Perfil de cores: Desativado
Composição Tela padrão

A *Coleção Pensar a Educação Pensar o Brasil* (1822-2022) é composta por cinco Séries: *Seminários, Estudos Históricos, Clássicos da Educação Brasileira, Diálogos e Ensaios*. Seu objetivo é difundir e fazer circular estudos, debates, ideias e proposições que suscitem e fundamentem os debates sobre a educação pública brasileira nas suas mais variadas formas de expressão.

Esta Série – *Estudos Históricos* – publica trabalhos do campo da História da Educação e de áreas afins que contribuam para alargar o entendimento sobre o lugar da educação no âmbito dos projetos de Brasil delineados ao longo de nossa história.

Coordenação das Séries:

Estudos Históricos

Profa. Dra. Juliana Cesário Hamdan (UFOP)

Prof. Dr. Marcus Vinícius Corrêa Carvalho (UFF)

Seminários

Profa. Dra. Marileide Lopes dos Santos (RME/PBH – GEPHE/UFMG)

Prof. Dr. Tarcísio Mauro Vago (UFMG)

Clássicos da Educação Brasileira

Profa. Dra. Cleide Maria Maciel de Melo (GEPHE/UFMG)

Profa. Dra. Maria do Carmo Xavier (PUC - Minas)

Profa. Dra. Rosana Areal de Carvalho (UFOP)

Profa. Dra. Rita Cristina Lima Lages (UFOP)

Diálogos

Profa. Dra. Ilka Miglio de Mesquita (UNIT)

Profa. Dra. Raylane Andreza Dias Navarro Barreto (UNIT)

Ensaios

Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho (UFMG)

Prof. Dr. Marcus Aurélio Taborda de Oliveira (UFMG)

Coordenação Geral da Coleção

Profa. Dra. Vera Lúcia Nogueira (UEMG)

Conheça todas as ações do Projeto em: http://www.pensaraeducacao.com.br/

Os textos desta coletânea abordam aspectos diversos da preservação da memória em arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação e informação, de pesquisa e de memória ligados à Universidade Federal de Minas Gerais e ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Discutem-se tanto a trajetória de constituição desses lugares quanto aspectos da preservação dos seus acervos. O conjunto de textos explicita a complexidade do tema da memória universitária e a necessidade de institucionalização de políticas de preservação.

FAPEMIG · REDE DE MUSEUS e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG · PROEX PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO · UFMG

ISBN 978-85-7160-669-2
9 788571 606692

Série Estudos Históricos

Adalson Nascimento
Andrea Moreno
(Organizadores)

Universidade, memória e patrimônio

Adalson Nascimento
Andrea Moreno (Organizadores)

Universidade, memória e patrimônio

COLEÇÃO Pensar a Educação
PENSAR O BRASIL – 1822 - 2022
Série **Estudos Históricos**

MAZZA edições

O *Projeto Pensar a Educação Pensar o Brasil* (1822-2022) articula ações de extensão, pesquisa e ensino com o objetivo de propor alternativas para se pensar o Brasil a partir de uma reflexão sistemática sobre um dos grandes desafios do nosso tempo: a educação pública. Tomando a escola pública como tema de reflexão coletiva, constrói canais de aproximação entre pesquisadores e sociedade possibilitando a produção e a circulação de conhecimentos e ideias que possam fomentar um debate amplo e contínuo sobre os desafios da educação brasileira ao longo do processo de construção e consolidação do Brasil como nação.

Uma das maneiras de projetar alternativas viáveis para a construção de um país mais democrático e igualitário se encontra, de um lado, na capacidade de empreender esforços para pensar os problemas de maneira plural e diversificada, fugindo de lugares-comuns e das soluções fáceis e, de outro, na necessidade de difundir essa atitude reflexiva para o conjunto da sociedade brasileira.

É isso o que pretendemos com mais essa ação do Projeto: a *Coleção Pensar a Educação Pensar o Brasil* (1822-2022).

Coordenação Geral do Projeto:
Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho (UFMG)
Prof. Dr. Tarcísio Mauro Vago (UFMG)

Universidade, memória e patrimônio_Arte-Final_CMYK.ps
F:\Trabalhos\Mazza Edições\2015\Universidade, memória e patrimônio\Arte-Final\SAÍDA\Universidade, memória e patrimônio_Arte-Final_CMYK.cdr
sexta-feira, 13 de novembro de 2015 15:36:28

Universidade e Patrimonio_MIOLO.indd 1 23/11/2015 10:19:23

Universidade e Patrimonio_MIOLO.indd 2 23/11/2015 10:19:23

Universidade, memória e patrimônio

Universidade e Patrimonio_MIOLO.indd 3 23/11/2015 10:19:23

Universidade e Patrimonio_MIOLO.indd 4 23/11/2015 10:19:23

Adalson Nascimento
Andrea Moreno
(Organizadores)

Universidade, memória e patrimônio

MAZZA
edições

UNIVERSIDADE, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO
Copyright © 2015 by Adalson Nascimento e Andrea Moreno (Organizadores)
Todos os direitos reservados

COLEÇÃO PENSAR A EDUCAÇÃO PENSAR O BRASIL

Comitê Editorial
Vera Lúcia Nogueira (UEMG – Coordenadora)
Cleide Maria Maciel de Melo (GEPHE/UFMG)
Ilka Miglio de Mesquita (UNIT)
Juliana Cesário Hamdan (UFOP)
Luciano Mendes de Faria Filho (UFMG)
Marcus Aurélio Taborda de Oliveira (UFMG)
Marcus Vinícius Corrêa Carvalho (UFF)
Maria do Carmo Xavier (PUC Minas)
Marileide Lopes dos Santos (RME/PBH – GEPHE/UFMG)
Raylane Andreza Dias Navarro Barreto (UNIT)
Rosana Areal de Carvalho (UFOP)
Tarcísio Mauro Vago (UFMG)

Série Estudos Históricos
Coordenação
Juliana Cesario Hamdan (UFOP)
Marcus Vinicius Corrêa Carvalho (UFF)

Capa
Túlio Oliveira

Foto da capa
Construção do prédio da Reitoria da UFMG no *campus* Pampulha, ano de 1962.
Acervo do Departamento de Projetos da Pró-Reitoria de Administração da UFMG.

Revisão
Lourdes Nascimento

Projeto gráfico e diagramação
Casadecaba Design e Ilustração

U58 Universidade, memória e patrimônio / Adalson Nascimento, Andrea Moreno (Organizadores). – Belo Horizonte : Mazza Edições, 2015.

152 p.; 16x23 cm. (Coleção Pensar a Educação Pensar o Brasil. Série Estudos Históricos)

ISBN: 978-85-7160-669-2

1. Universidade Federal de Minas Gerais. 2. Museus. 3. Bibliotecas - Memória. 4. Patrimônio. 5. Arquivos. 6. Obras Raras. I. Nascimento, Adalson. II. Moreno, Andrea.

CDD: 378.151
CDU: 378.1 (815.1)

Produção Gráfico-editorial
MAZZA EDIÇÕES LTDA.
Rua Bragança, 101 – Pompeia
30280-410 BELO HORIZONTE – MG
Telefax: + 55 (31) 3481-0591
edmazza@uai.com.br
www.mazzaedicoes.com.br

Sumário

Apresentação 9

Museus e coleções universitárias 13
Letícia Julião

Patrimônio acadêmico-científico da Universidade: uma contribuição a partir da História da Educação 25
Andrea Moreno e Luciano Mendes

Rede de Museus da Universidade Federal de Minas Gerais 31
Rita de Cássia Marques e Verona Campos Segantini

As bibliotecas e a memória da Universidade Federal de Minas Gerais 45
Carlos Alberto Ávila Araújo, Wellington Marçal de Carvalho e Anália das Graças Gandini Pontelo

Arquivos institucionais e memória da Universidade Federal de Minas Gerais: um estudo dos arquivos de arquitetura 59
Silvana Santos e Renato Venâncio

Patrimônio biológico universitário – Relação ensino, pesquisa, extensão e museus universitários 83
Maria das Graças Ribeiro

O acervo de obras raras e especiais do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais 103
Diná Marques Pereira Araújo, Wellington Marçal de Carvalho e Anália Gandini Pontelo

Memória e trabalho: o arquivo histórico do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais 123
Carla Simone Chamon e Adalson Nascimento

Sobre os autores 143

Apresentação

Esta coletânea reúne textos apresentados durante os seminários "Arquivos, bibliotecas especializadas e museus universitários" e "Patrimônio acadêmico-científico universitário", realizados, respectivamente, nos anos de 2013 e 2014 pelo Centro de Pesquisa, Memória e Documentação da Faculdade de Educação da UFMG (CEPDOC/UFMG). Também estão inseridas na coletânea outras contribuições sobre o tema da memória nas universidades brasileiras não apresentadas durante os referidos seminários.

Os textos desta coletânea abordam aspectos diversos da preservação da memória em arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação e informação, de pesquisa e de memória ligados à Universidade Federal de Minas Gerais e ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Discutem-se tanto a trajetória de constituição destes lugares quanto aspectos da preservação dos seus acervos. O conjunto de textos explicita a complexidade do tema da memória universitária e a necessidade de institucionalização de políticas de preservação.

Os textos revelam, também, a heterogeneidade dos acervos abrigados pelas universidades e a diversidade de motivações para a sua custódia. A divisão entre documentos oriundos da própria atividade universitária e documentos produzidos fora da instituição e por ela recolhidos é uma possível categorização dos acervos. Outra categorização, decorrente da primeira, seria entre acervos institucionais, gerados nas atividades administrativas, e coleções formadas, por exemplo, por bibliotecas e grupos de pesquisa. Enquanto os acervos gerados na própria atividade da universidade são de interesse para a memória institucional, os recolhidos por grupos de pesquisa interessam, muitas vezes, às atividades investigativas desses grupos e campos de conhecimento específicos.

Outra diferenciação possível entre os vários tipos de acervos abrigados nas universidades relaciona-se ao nível de proteção legal. De forma geral, há alguma proteção para os acervos institucionais, pelo menos do ponto de vista normativo. É o que ocorre no caso dos acervos arquivísticos, cuja preservação é garantida por ampla legislação.[1] A ausência de políticas institucionais de preservação da memória universitária torna-se muito evidente quando se pensa, por exemplo, nos documentos gerados pelos professores em suas atividades de ensino e pesquisa. Muitos desses documentos, na ausência de políticas institucionais, perdem-se no momento de aposentadoria.

Este brevíssimo panorama de ideias e questões presentes nos textos aqui reunidos demonstra a complexidade do tema da memória universitária brasileira. Certamente, as práticas de preservação da memória universitária são referência para outras organizações, na medida em que a sociedade atribui à universidade um papel de vanguarda. Debates realizados na universidade, e presentes nesta coletânea, como, por exemplo, o desenho de estruturas funcionais de gestão do patrimônio centralizadas ou descentralizadas, podem, certamente, contribuir para a reflexão em instituições não universitárias.

Abrindo a coletânea, o texto de Letícia Julião, "Museus e coleções universitárias", reflete sobre a potencialidade das coleções universitárias para o ensino e a pesquisa em suas áreas correspondentes e para áreas como Arquivologia e Museologia. A autora distingue os processos de colecionamento, de patrimonialização e de musealização, compreendendo que este último permite o entendimento da história das coleções, suas vocações e usos originais e a sua disseminação. O texto aborda ainda a musealização em rede, articulada por unidades centrais, como solução para a superação de problemas comuns dos museus, centros de memória e ciência universitários.

Em "Patrimônio acadêmico-científico da Universidade: uma contribuição a partir da História da Educação", Andrea Moreno e Luciano Mendes expõem preocupação sobre a falta de sensibilidade em relação aos documentos resultantes das práticas de ensino nas universidades. Sem desconsiderar a relevância dos materiais gerados nas atividades de pesquisa, e os frágeis investimentos para a sua preservação,

[1] Ver o mais recente ato normativo: Portaria MEC nº 1.224, de 18 de dezembro de 2013. Institui normas sobre a manutenção e guarda do Acervo Acadêmico das Instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao sistema federal de ensino.

os autores alertam sobre a menor atenção dada à dimensão do ensino. Nesta perspectiva, os autores, ligados ao Centro de Pesquisa, Memória e Documentação da Faculdade de Educação da UFMG (CEPDOC/UFMG), refletem sobre a importância da preservação dos documentos gerados nas atividades de ensino universitário para a história da educação.

Na sequência, em "Rede de Museus da Universidade Federal de Minas Gerais", Rita de Cássia Marques e Verona Campos Segantini relatam e analisam a trajetória da Rede de Museus e Espaços de Cultura e Ciência da UFMG, gestada no final da década de 1990 e criada no ano 2000. As autoras caracterizam os acervos abrigados pelas unidades componentes da Rede de Museus e refletem sobre a diversidade desses materiais e as possibilidades de atividades de pesquisa, ensino e extensão universitária. Por fim, as autoras apresentam os princípios de rede e rizoma, conceitos norteadores para a estruturação da Rede de Museus, e fazem um balanço sobre as ações desenvolvidas nos primeiros 15 anos de existência dessa Rede.

Em "As bibliotecas e a memória da Universidade Federal de Minas Gerais", Carlos Alberto Ávila Araújo, Wellington Marçal de Carvalho e Anália das Graças Gandini Pontelo abordam as funções de promoção do uso da coleção e apoio à pesquisa e ao ensino das bibliotecas universitárias e a sua função da memória. Em seguida, os autores apresentam um detalhado estudo sobre a história e a estrutura organizacional do Sistema de Bibliotecas da UFMG em paralelo com a própria trajetória da Universidade.

Silvana Santos e Renato Venâncio abordam, em "Arquivos institucionais e memória da Universidade Federal de Minas Gerais: um estudo dos arquivos de arquitetura", a origem física do *campus* universitário da UFMG na Pampulha, em Belo Horizonte, a partir do acervo arquivístico, que inclui plantas arquitetônicas, fotografias e documentos tridimensionais, como maquetes. Os autores problematizam a relação entre arquivo e memória e demonstram que, diferentemente dos acervos da maior parte dos centros de memória, o arquivo é gerado para instrumentalizar a administração e não para a produção de memórias. Posteriormente, os arquivos são utilizados para construção de narrativas históricas.

Maria das Graças Ribeiro discute, em "Patrimônio biológico universitário – Relação ensino, pesquisa, extensão e museus universitários", as funções dos museus universitários que abrigam coleções biológicas. A autora demonstra que o patrimônio biológico universitário brasileiro permanece desconhecido, ainda que nas duas últimas décadas esses acervos tenham passado por processo de musealização. Num

contexto de valorização da educação patrimonial, e a partir da experiência do Museu de Ciências Morfológicas da UFMG, o texto demonstra a potencialidade dos museus universitários para o ensino de ciências e biologia no Brasil.

Em "O acervo de obras raras e especiais do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais", Diná Marques Pereira Araújo, Wellington Marçal de Carvalho e Anália das Graças Gandini Pontelo apresentam a trajetória do acervo de obras raras e especiais da Universidade Federal de Minas Gerais, mantido pela Divisão de Coleções Especiais da Biblioteca Universitária. Os autores estudam a evolução dos conceitos de *livro raro* e *livro antigo* ao longo do século XX e, a partir daí, analisam a formação do acervo de obras raras e especiais na UFMG, desde a fundação da Universidade, em 1927. Apesar da publicação do documento *Critérios adotados para seleção de Obras Raras da UFMG,* em 1992, os autores consideram que tais conceitos não estão difundidos entre os bibliotecários da Universidade e salientam a importância de uma política para os acervos raros e especiais da Biblioteca Universitária da UFMG.

Encerrando a coletânea, Carla Simone Chamon e Adalson Nascimento apresentam um projeto de organização de arquivo em "Memória e trabalho: o arquivo histórico do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais". Os autores relatam as precárias condições de guarda em que os documentos do CEFET-MG, instituição criada em 1910, se encontravam antes da execução do projeto. O texto relata o processo de tratamento do arquivo histórico da escola, os procedimentos de organização intelectual e física e demonstra que o entendimento da dimensão histórica da instituição e a reconstrução do contexto de produção dos documentos foram fundamentais para a organização do acervo.

Por fim, cabe registrar e agradecer o apoio da Direção da Faculdade de Educação ao desenvolvimento das atividades do Centro de Pesquisa, Memória e Documentação da Faculdade de Educação da UFMG e à viabilização desta obra. Cabe, ainda, registrar o falecimento da Professora Maria das Graças Ribeiro em setembro de 2015, durante o processo de edição desta coletânea. Atuando no Departamento de Morfologia do ICB/UFMG, a Professora Maria das Graças Ribeiro foi idealizadora do Museu de Ciências Morfológicas da UFMG. Era incansável batalhadora pela difusão da ciência junto ao grande público, uma das pioneiras na área da divulgação científica para escolares, era detentora de vários prêmios que reconheciam o papel inovador do Museu e a excelência de sua dedicação a esta área. Sua extensa obra, em especial relacionada ao tema da promoção de eventos e divulgação científica de caráter educativo, é importante legado para as futuras gerações.

Museus e coleções universitárias

Letícia Julião

As universidades, como instituições que concentram a produção de conhecimento e que ocupam posição de prestígio na hierarquia social, são lugares historicamente de formação de coleções. O saber e o poder sempre conduziram o surgimento de coleções e museus e, por isso mesmo, as universidades figuram como um dos mais destacados lugares de ocorrência da prática do colecionamento. Não é diferente com a UFMG que, não apenas dispõe de importantes coleções e acervos, como há alguns anos vem acumulando experiência e conhecimento nessa área. A existência da Rede de Museus e Centros de Memória e Ciências é prova disso.

A criação dos cursos de Arquivologia e de Museologia, respectivamente em 2009 e 2010, logrou institucionalizar no âmbito acadêmico essas competências da UFMG, fortalecendo-as e ampliando-as. É possível que, em muito pouco tempo, se verifique processos de requalificação de museus e arquivos em Minas Gerais, como resultado positivo da criação dos dois cursos e da consequente atuação nas áreas de profissionais com formação específica. É esperado que esses desdobramentos alcancem também as unidades de guarda e extroversão de acervo da própria UFMG, razão pela qual propõe-se compartilhar algumas reflexões a respeito de como e em que medida esses campos de conhecimento, e em particular a Museologia – foco deste artigo – poderão contribuir nesse processo.

Não se trata, obviamente, de preconizar que a Museologia ou a Arquivologia detenham com exclusividade os conhecimentos e habilidades para debater os rumos de museus e centros de memória e ciência da Universidade. Mas é esperado que haja reciprocidades entre os cursos e as instituições responsáveis pelos acervos. Não se

pode esquecer do potencial que esses lugares têm como laboratórios de ensino e pesquisa, não apenas para as áreas de correspondência de seus respectivos acervos, mas também da Arquivologia e Museologia. Nesse movimento de mão dupla, ambos os cursos e as coleções e museus poderão gerar novos saberes, sentidos e desafios. Mas para que isso aconteça é preciso estabelecer um debate sem rodeios, interdisciplinar e interunidades, com o propósito de delinear uma política de acervo e de museus arrojada, consistente e de longo prazo.

COLEÇÕES UNIVERSITÁRIAS

Antes mesmo de se pensarem as contribuições de ordem prática, comumente solicitadas aos profissionais do campo museal – a exemplo de demandas de como documentar o acervo, como expô-lo, que ações poderão potencializar sua extroversão – convém fazer alguns apontamentos prévios que poderão qualificar a participação da Museologia nesse debate. Uma primeira questão que se impõe é saber o que vem a ser uma coleção universitária. Defini-la como aquela que se forma no interior dessas instituições, e que se encontra sob a sua tutela, parece insuficiente. Essa constatação contribui pouco para se entender o que o qualitativo universitário agrega à ideia de coleção. É preciso partir das funções e dos pressupostos que orientam sua formação para que se faça uma aproximação do sentido de uma coleção universitária, ainda que se possa incorrer em uma abordagem provisória, pouco justa à complexidade da questão.

Importante retornar à definição clássica de coleção de Pomian, que busca justamente ultrapassar o plano descritivo – conjunto de objetos mantidos temporária ou definitivamente fora o circuito econômico, sujeitos a proteção especial – e buscar na função – a de se oferecerem ao olhar – o denominador comum que permite encontrar semelhança entre objetos e coleções tão díspares. Pomian denomina os objetos de coleção de semióforos e define-os como intermediários entre dois mundos, o visível e o invisível. Semióforos presentificam o que está longe no espaço e no tempo, ou o que está fora do fluxo temporal. Na oposição entre os dois mundos – o visível e o invisível – é a linguagem que engendra o invisível; é ela que mostra que o que se vê é apenas uma parte do que existe. A diferença, portanto, entre visível e invisível refere-se à diferença entre a visão e o discurso, entre o que se percebe e o que se fala. Mas para que essa relação entre o visível e invisível torne-se estável, é preciso mais que a

linguagem. O homem reúne, conserva e produz objetos que representam o invisível. Investidos de significação, destinados a substituir, completar, guardar um traço, os objetos tornam visível e duradouro o que de outra maneira permaneceria evanescente e acessível somente pela escuta. Uma vez que reenviam a alguma coisa invisível, os objetos têm que se fazer visíveis ao espectador – seja ele um colecionador diletante, devoto, pesquisador ou visitante de museus. Eles são extraídos de seus contextos originais para que representem algo que não se pode ver; distinguem-se no ambiente, atraem e fixam o olhar, permitindo o intercâmbio com o invisível na condição de objetos expostos ao espectador (POMIAN, 1994 e 1999).

No caso da coleção científica, parece produtivo estabelecer uma correspondência entre o conceito de semióforo, de Pomian, e a ideia de inscrições proposta por Latour (2008). Assim como as bibliotecas, gabinetes, viveiros, jardins botânicos, as coleções são reconhecidas por Latour como inscrições – veículos materiais de informação – que fazem a mediação entre dois lugares: a periferia, que corresponde a uma realidade ausente que se quer conhecer, e o centro, o lugar da produção do conhecimento, distante dessa realidade. A coleção, como veículo de informação, estabelece uma relação material e prática transportando informações de um lugar para o outro, o que permite a um lugar manter-se sob a vista do outro e agir sobre ele. Constituída na atividade científica, a coleção torna, portanto, visíveis fenômenos que estão dispersos no mundo, franqueando-os à interpretação, ressignificações, de modo a se estabelecer um domínio intelectual sobre essa realidade. Aquilo que vive disperso em estados singulares no mundo unifica-se, universaliza-se, sob o abrigo de laboratórios, instrumentos, expedições, bibliotecas e museus. Somente assim é possível o exercício da comparação, da análise e da observação. Pode-se dizer que a coleção opera as reduções e as amplificações de distintas realidades, que vão de uma planta à célula; da galáxia às culturas de comunidades distantes. Elas emprestam coerência ótica à diversidade do mundo, tornando possível comparar, comensurar, examinar com o olhar distintos domínios da realidade.

Há em comum nas análises de Pomian e de Latour a percepção de que a coleção funciona como uma ponte capaz conferir visibilidade àquilo que foge ao mundo visível. A condição para que o objeto de coleção opere o intercâmbio entre os mundos visível e invisível, ou entre a periferia e o centro, tornando possível a um lugar ser conhecido por outro, é a sua exposição ao olhar, ainda que este seja franqueado a poucos.

No caso dos objetos de coleções universitárias, não importa se extraídos da realidade ou produzidos como substitutos de realidades inalcançáveis, funcionam como inscrições daquilo que está invisível e que se dá a ver e a conhecer pelo centro produtor de conhecimento – a Universidade. São coleções de estudo e de pesquisa, formadas no âmbito das atividades acadêmicas, orientadas por pressupostos de projetos investigativos e/ou pedagógicos. Organizadas por uma lógica científica, são expressões de categorias do conhecimento e testemunhas de formas sensíveis, materiais e empíricas de se produzir e disseminar o saber científico.

Orientada por inquietações científicas e intelectuais específicas, a formação de coleções universitárias, em geral, dá-se alheia à sua dimensão patrimonial, sem um projeto de preservação de longo prazo. O afastamento de docentes responsáveis pelas investigações geradoras de coleta de objetos ou a mudança de métodos e paradigmas de pesquisa, comumente, decretam ao ostracismo ou ao extravio importantes acervos universitários. Ao perderem o interesse epistemológico, muitas coleções parecem tomar um caminho errático. Permanecem guardadas em depósitos dos departamentos, nas reservas técnicas dos museus sem nunca alcançarem o destino desejável de se exporem ao olhar de espectadores. Uma condição que muitos acervos de núcleos de memória de unidades universitárias parecem compartilhar, porque mantidos em lugares que não dispõem de prestígio suficiente para dar-lhes longevidade e visibilidade, permanecendo numa espécie de hiato institucional. São lugares de trajetória descontínua, que subsistem muitas vezes na contramão de políticas universitárias e que interpelam as fronteiras entre arquivo, biblioteca ou museu, uma vez que não se reconhecem em nenhum modelo clássico dessas instituições.

Ao lado desses acervos que resultam das atividades de pesquisa e ensino e delas são testemunhas, existem aqueles que chegam à universidade como parte de uma política simbólica. São acervos artísticos ou que documentam a atividade de intelectuais, artistas e pesquisadores e que, por gozarem de valor já consagrado pela sociedade, conferem prestígio à Universidade. Em geral, são incorporados, independentemente de um projeto científico específico, ainda que venham a se tornar objetos de futuras pesquisas e estudos. Embora esses acervos, ou pelo menos grande parte deles, prestem-se a dar projeção a bibliotecas e museus universitários, por vezes enveredam também por caminhos da invisibilidade, como é o caso de coleções de arte que se desmembram, dispersando-se por várias unidades acadêmicas.

As fronteiras entre um tipo e outro de acervo são, obviamente, fluidas – coleções formadas na rotina do ensino e da pesquisa podem adquirir notoriedade,

enquanto outras, chegadas à Universidade para cumprir papel prestigioso, podem se desviar de seu destino. Mas, a despeito dessas imprecisões, ou mesmo considerando-as como um ponto de exploração museológica, uma política de acervos universitários somente alcançará consistência após um esforço para se compreender a história dessas coleções, os pressupostos de colecionamento, suas vocações e usos originais e na atualidade. Reconhecidas, então, em suas historicidades, será possível ampliar ou descortinar novas vocações para essas coleções na contemporaneidade.

MUSEUS UNIVERSITÁRIOS

A musealização, processo que se distingue do colecionamento, embora o pressuponha, é uma das alternativas de preservação do patrimônio científico e cultural universitário. Diferentemente da patrimonialização, que se reporta à salvaguarda do bem patrimonial, protegendo-o dos riscos de destruição, a musealização vai mais além, estendendo-se à função de comunicação, ao associar a pesquisa à disseminação do patrimônio (DESVALLÉE; MAIRESSE, 2011). Por isso mesmo, é processo que, ao franquear ao olhar as coleções, potencializa a produção de seus significados junto aos diferentes segmentos da universidade e da sociedade. Transferidas de armários fechados de laboratórios ou almoxarifados de departamentos para espaços expositivos, as coleções musealizadas podem operar mediações polissêmicas com o invisível, porque vistas por distintos olhares.

No contexto universitário, mais que em outros, os processos de musealização, se conduzidos em diálogo com a comunidade acadêmica, encontram condições particularmente favoráveis para estabelecer cruzamentos de conhecimentos, articulando-se nas fronteiras da inter e da transdisciplinaridade. É desejável mesmo que os espaços museais universitários configurem-se como o museu-laboratório, tal como concebido por Rivière (1993). Tendo a pesquisa no coração da sua vida institucional, o museu-laboratório apresenta "un organismo de investigación que planifica su política de compra y organiza su documentación en función, tanto de sus propias necesidades, como de sus usuarios externos" (RIVIÈRE, 1993, p. 238).

Sabendo-se que muitas coleções universitárias perderam interesse para pesquisas para as quais foram originalmente constituídas, como pensar em revigorar o potencial de produção de conhecimento desses acervos, na perspectiva do museu-laboratório? A questão parece central em se tratando de museus universitários,

quando novos paradigmas científicos abandonam tipologias de objetos como fonte de informação e experimentação ou mesmo prescindem dos objetos como evidências importantes de comprovação.

Sabe-se do importante papel desempenhado pelos museus e suas coleções na institucionalização e consolidação de campos disciplinares, nos séculos XVIII e XIX. Disciplinas como História Natural, História da Arte, Antropologia, Paleontologia, Geologia, Arqueologia, ligadas ao paradigma indiciário, tiveram os museus como lugares de visualização de realidades pesquisadas e de reunião e manejo de evidências (DIAS, 2007). No século XX, não apenas assiste-se a uma migração da produção dos saberes científicos dos museus para as universidades e institutos de pesquisa, como também mudam os interesses e modelos epistemológicos. De outra parte, os museus também se transformam, ao se comprometerem cada vez mais com demandas de amplas audiências, seja como atrativos de um mercado de consumo da cultura ou como lugares de projeções identitárias de distintos grupos sociais.

Se, de um lado, antigas abordagens de acervos fragilizaram-se no cenário contemporâneo da produção de conhecimento e dos próprios museus, de outro, observa-se uma tendência na museologia que tem se ocupado em debater a avaliação e a reinterpretação das coleções. Ainda que pouco alardeada, essa é uma prática que vem se tornando corrente em projetos de reformulação de exposições de longa duração, em exposições temporárias ou mesmo em processos de (re)criação de museus.

Ao abordar o assunto, Mensch (2013) identifica dois conceitos-chave: o de desenvolvimento de coleção e o de coleção dinâmica. Reconhece que a coleção não é um fim em si mesma, mas um meio para se alcançar um objetivo socialmente definido. Por isso mesmo deve ter seu papel e relevância permanentemente avaliados e reinterpretados, em particular considerando três níveis: os objetos que a compõem; a coleção enquanto tal e a missão da instituição, como expressão de seu papel social. Em diferentes circunstâncias, as coleções podem ser ressignificadas envolvendo distintas estratégias e formulações: abordagens das coleções por novas perspectivas disciplinares, reorganização e ressignificação de coleções em processos de redefinição da vocação de museus, implantação de processos curatoriais participativos, atualização dos significados dos acervos em novos formatos, ampliação das conexões sociais das coleções (MENSCH, 2013).

Com base nas ideias de desenvolvimento e de dinâmica, ambas sugestivas de fluxos de mudança, a perspectiva da avaliação e reinterpretação permanentes de coleções pode não apenas revigorar os elos de museus e centros de memória universitários com

a produção de conhecimento, na perspectiva do museu-laboratório, como auxiliar processos de identificação de acervos a serem musealizados. E aqui algumas considerações devem ser apresentadas a respeito da incorporação de acervos em espaços museais universitários.

Embora a coleção, em princípio, deva ser salvaguardada como um patrimônio científico e cultural da Universidade, nem toda coleção apresenta-se como patrimônio a ser musealizado. Definir o que musealizar é tarefa que envolve um trabalho de pesquisa e avaliação, talvez o mais desafiador para a museologia. De outra parte, o processo de musealização não significa necessariamente transferir coleções para unidades museológicas centrais. Em alguns casos, esse deslocamento poderá romper com a relação direta com pesquisadores, que assegura a integração da coleção ao ambiente de seu uso, seja de ensino, seja de pesquisa.

Conceber o processo de musealização como uma ação descentralizada e coordenada em rede parece ser uma alternativa adequada ao contexto universitário. Sem prejuízo para o uso de coleções em unidades menores, a exemplo de departamentos e laboratórios, ao incorporá-las e articulá-las aos museus universitários, não apenas se assegura a salvaguarda desses acervos, como promove-se a sua extroversão, seja em exposições temporárias em unidades centrais, itinerantes ou nas unidades descentralizadas.

Como reconhece o German Council of Science and Humanities, a descentraliação das coleções em unidades universitárias menores apresenta algumas desvantagens, como submeter o destino de acervos exclusivamente às prioridades de pesquisas específicas desenvolvidas por docentes individuais ou grupos, que podem, ao longo do tempo, mudar seus focos. Soma-se a isso a impossibilidade de se dar visibilidade a coleções que apresentam potencial de exploração interdisciplinar. (ALEMANHA, 2011).

A musealização em rede, articulada por unidades museológicas centrais, pode promover justamente esse equilíbrio entre a centralização e a descentralização, entre demandas específicas de pesquisa e ensino geradoras da coleção e sua integração ao universo do patrimônio científico e cultural da Universidade. Nessa configuração, os centros de memória e de ciência podem funcionar como instâncias tentaculares, que se espalham e ao mesmo tempo centralizam inscrições-informações, dando suporte ao exercício da produção de sentido e de conhecimento desses acervos. É estratégia que também fortalece os museus já existentes, requalificando-os nos processos de incorporação de novas coleções e ampliando seu diálogo com a comunidade acadêmica.

Na perspectiva da gestão, os investimentos necessários para a conservação e a comunicação desses acervos podem ser otimizados, permitindo superar, pelo menos em parte, muitos dos problemas que são compartilhados comumente pelos museus, centros de memória e ciência universitários. Como lembra Ribeiro (2013), em geral, essas instituições gozam de pouco prestígio acadêmico, na disputa por recursos ocupam sempre posição inferior, gerando ao final pouco capital científico.

Obviamente essa é uma alternativa que requer estudos cuidadosos, sobretudo de compatibilização entre os imperativos de preservação e o uso acadêmico de coleções. Mas não seria um formato estranho à museologia e ao mundo dos museus, cujas experiências de inovação, desde as últimas décadas do século XX, acenam para processos de musealização *in situ*, unidades descentralizadas nos territórios e permanência, em alguns casos, do patrimônio com seus proprietários originais.

O próprio entendimento do que vem a ser o museu mudou substancialmente, em parte como resultado de processos de musealização inovadores. O conceito de museu na contemporaneidade diz respeito menos à organização institucional e mais a uma prática social, implicada na representação e presentificação de ideias. Muito mais que produto, o museu remete para uma dimensão processual; muito mais que um espaço físico, o que importa é o espaço simbólico, no qual se articulam a memória, o saber, o tempo e o poder, num processo criativo de interpretação da realidade (SHEINER, 2008). De fato, o museu consubstancia a relação do homem com sua realidade, por meio do patrimônio. Compreendido como uma categoria do pensamento, o patrimônio constitui-se em uma das chaves pelas quais são construídas as interpretações da realidade e as identificações sociais. Vocacionado, portanto, para permitir ao homem haver-se com sua herança, com o conhecimento e interpretação que constrói do mundo, com sua própria identidade social, o museu é por excelência um espaço de mediação das maneiras distintas pelas quais as sociedades opõem o visível e o invisível.

As coleções universitárias são expressivas dessa condição. Elas presentificam o conhecimento científico, assim como as formas de produzi-lo no âmbito acadêmico, integrando um patrimônio que se reporta à cultura e identidade intelectual e científica da comunidade universitária. Mas é patrimônio que também diz respeito a toda sociedade, porque desempenha importante papel na construção e interpretação da identidade cultural da sociedade.

Não por acaso, diferentes instâncias internacionais têm se mobilizado em torno da defesa de coleções e museus universitários. Em documento de 2005, o Comitê de Ministros da União Europeia incentiva os estabelecimentos europeus de ensino superior a adotarem políticas para proteger e valorizar seu patrimônio. Especificamente no que concerne ao acesso, recomenda:

> Desde que seja compatível com as principais missões da universidade e com as normas deontológicas nacionais e internacionais, as universidades devem ser encorajadas a tornar seu patrimônio acessível ao corpo universitário e/ou, quando aplicável, ao grande público.
> Em alguns casos, pode ser necessário restringir o acesso ao patrimônio para proteger e conservar algumas peças ou por razões relacionadas à investigação e ao ensino na universidade. Nestes casos, as instituições devem ser incentivadas a encontrar um equilíbrio razoável entre as necessidades de conservação do patrimônio, as necessidades de pesquisa e ensino e o interesse de proporcionar acesso amplo ao público. No entanto, a conservação do patrimônio universitário não deve de forma alguma, ser prejudicada por medidas tomadas pelos estabelecimentos em matéria de acesso ao patrimônio. (UNIÃO EUROPEIA, 2005)

Mais recentemente, o Comitê para os Museus e Coleções Universitárias (UMAC) ligado ao Conselho Internacional de Museus (ICOM) aprovou resolução na qual reconhece que as coleções, além de parte importante dessas instituições, constituem patrimônio mundial. Elas devem ser valorizadas em nome da preservação da história da Universidade e pelo papel que podem desempenhar na atualidade no ensino e pesquisa na nessa instituição, assim como na educação do público. De acordo com o documento: "É de responsabilidade da universidade assegurar a proteção apropriada das coleções mantidas sob sua guarda para os estudantes, as faculdades e para a comunidade mundial, no presente e no futuro" (ICOM; UMAC, 2013).

Observa-se uma tomada de consciência do patrimônio universitário. Em particular chama a atenção a projeção conferida a esse patrimônio, para além da comunidade exclusivamente acadêmica, havendo uma disposição de ampliar o seu acesso ao grande público. Ainda que haja algumas ressalvas, menciona-se a preocupação em buscar-se o equilíbrio entre a conservação e o acesso, entre o uso corrente e a musealização.

AINDA ALGUMAS QUESTÕES SOBRE COLEÇÕES E MUSEUS UNIVERSITÁRIOS

Uma agenda extensa emerge para o debate da Universidade no que concerne à definição do que vem a ser o seu patrimônio, à vocação e ao destino de seus acervos e ao papel dos museus, assim como de outros modelos institucionais de guarda do patrimônio, no universo acadêmico. Buscar respostas para essas questões parece ser o primeiro passo para estabelecer-se uma política de preservação do patrimônio universitário. Dos apontamentos por ora apresentados, talvez o maior desafio seja o de encontrar modelos de gestão de coleções capazes de equilibrar a força aglutinadora de instituições centrais – os museus universitários – e o caráter tentacular da formação de coleções universitárias. Como efetivamente manter o potencial intelectual e científico de coleções, espalhadas e integradas a pesquisas em diversos departamentos e faculdades e, ao mesmo tempo, conferir-lhes visibilidade para uma audiência ampliada, de modo a pluralizar suas conexões disciplinares e sociais?

Concretamente, é importante analisar a pertinência de se criarem novos museus e/ou centros de memória e ciência universitários. É preciso considerar, no entanto, os custos altos de manutenção e a carência de investimentos vivida por muitos museus universitários já existentes. O processo de patrimonialização de acervos da universidade demanda espaços adequados de armazenamento, processamento, condições de acesso e exposição. Uma alternativa consistente seria estudar a implantação de unidades centrais de conservação e armazenamento de acervos, sem prejuízo da tutela da unidade gestora do acervo.[1]

Nessa mesma vertente, e considerando a invisibilidade de grande parte das coleções universitárias, a ideia de se dispor de um espaço expositivo central, como já mencionado, assegura a extroversão de acervos com alcance para o grande público. Espécie de museu concebido como zonas de contato (CLIFFORD, 1999), o espaço articularia conexões entre os distintos acervos, disciplinas e públicos. Acervos que estão à margem ganhariam visibilidade em espaço consagrado à exposição, e nesse trânsito da periferia para o centro surgiriam oportunidades para abordagens inter e transdisciplinares das coleções. É mesmo provável que essas coleções constituídas

[1] Em Marselha, França, tivemos a oportunidade de conhecer uma experiência bem-sucedida de reserva técnica que armazena acervos de todos os museus da municipalidade. Os procedimentos de conservação preventiva, armazenamento e transporte são unificados, mas cada museu tem a tutela de seus acervos.

à margem, expressivas de pesquisas desenvolvidas na rede tentacular das unidades universitárias, ao se integrarem a um universo ampliado de acervos universitários, apresentem uma potência perturbadora, capaz de interpelar a história hegemônica sobre o fazer da ciência.

Qualquer que seja a política adotada para a preservação de coleções universitárias, não se pode concebê-la apartada do princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, que rege as universidades brasileiras. No que concerne aos museus, estudos e contribuições importantes têm discutido a questão (RIBEIRO, 2013 e 2005) e, de alguma maneira, o tripé dessas funções serviu de fio condutor para os argumentos ora desenvolvidos. O que talvez mereça ser destacado, e que provavelmente está na raiz de problemas enfrentados por alguns museus universitários, é a necessidade de se articularem ao tripé da vida universitária as funções específicas dos museus e da museologia, quais sejam, a salvaguarda e a comunicação ou, como querem alguns, a preservação, a pesquisa e a comunicação. Embora os museus universitários apresentem particularidades que os diferem dos demais, exatamente porque concebidos e geridos a partir das três dimensões do fazer universitário, é imprescindível haver um esforço de convergência da tríade da cultura universitária com as funções e operações museológicas. Mais que reconhecer as afinidades e os pontos comuns entre essas funções, o desafio é fazê-las coincidir em um programa museológico coerente e virtuoso, tanto do ponto de vista museal quanto do acadêmico.

REFERÊNCIAS

ALEMANHA. *Recomendations on scientific collections as reserch infrastructures*. The German Council of Science and Humanities. (dr 10464-11). Berlim, 28 jan. 2011. Disponível em: <http://www.wissenschaftsrat.de>. Acesso em: 22 dez. 2014.

CLIFFORD, James. Los museos comozonas de contato. In: _____. *Itinerarios transculturales*. Barcelona: Gedisa, 1999. p. 233-270.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Dir.) Muséalisation. In: *Dictionnaire Encyclopédique de Muséologie*. Paris: Armand Colin, 2011. p. 251-269.

DIAS, Nélia. Antropologia e museus: que tipo de diálogo?. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza; SANTOS, Míriam Sepúlveda dos (Org.). *Museus, coleções e patrimônios*: narrativas polifônicas. Rio de Janeiro: Garamond; MinC/IPHAN7DEMU, 2007. p. 126-137.

ICOM; UMAC. *Resolution*. Rio de Janeiro, 14 Aug. 2013. Disponível em: <http://publicus.culture.hu-berlin.de/umac/pdf/UMAC%20Resolution%20on%20protection%20of%20University%20collections%20final%20version.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2014.

LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Dir.). *O poder da biblioteca*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008. p. 21-44.

MENSCH, Peter van. The re-interpretation and re-usages of (older) collections and their value for contemporary society; first reflections. *Comcol Newsletter*, n. 23, Oct. 2013. Disponível em: <http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/comcol/Newsletter/Newsletter23.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014.

POMIAN, K. Coleção. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994. v. 1: Memória-História. p. 51-86.

POMIAN, K. Histoire culturelle, histoire des sémiophores. In: SUR L'ISTOIRE. Paris: Gallimard, 1999. p. 191-229.

RIBEIRO, E. S. Museus em universidades públicas: entre o campo científico, o ensino, a pesquisa e a extensão. *Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 2, p. 88-102, 2013. Disponível em: <http://www.red.unb.br/index.php/museologia/article/view/9630>. Acesso em: 20 dez. 2014.

RIBEIRO, Maria das Graças. Museu de Ciências Morfológicas: um lugar diferente na Universidade Federal de Minas Gerais. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 12, supl. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702005000400017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 dez. 2014.

RIVIÈRE, Georges Henri. *La muselogía*: curso de museología/textos y testimonios. Madri: Akal, 1993.

SCHEINER, Tereza Cristina. O museu como processo. In: CADERNO de Diretrizes museológicas 2: Mediação em museus: curadorias, exposições e ação educativa. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura/Superintendência de Museus, 2008. p. 34-47.

UNIÃO EUROPEIA. *Recommendation of the committee of ministers to member states on the governance and management of university heritage*. 2005. Disponível em: <https://wcd.coe.int/ViewDoc.jsp?id=946649&Site=COE>. Acesso em: 22 dez. 214.

Patrimônio acadêmico-científico da Universidade: uma contribuição a partir da História da Educação

Andrea Moreno
Luciano Mendes

Nossa proposta neste texto é explicitar algumas das questões com as quais temos nos deparado na organização do acervo do Centro de Pesquisa, Memória e Documentação da Faculdade de Educação da UFMG (CEPDOC/UFMG) e propor algumas reflexões sobre a questão da atuação de nossos centros na guarda, tratamento e divulgação do patrimônio acadêmico-científico dessa Universidade.

Inicialmente, importa explicitar como estamos entendendo o que seja o patrimônio acadêmico-científico da Universidade. Entendemos este como sendo todo e qualquer documento, nos mais variados suportes, que resulte das atividades dos atores que nela atuam, notadamente docentes, discentes e técnico-administrativos em educação. Dizemos notadamente porque outros atores também atuam nas atividades fins da Universidade e nos legam importantes documentos. No campo da educação, não são desprezíveis os documentos produzidos, por exemplo, pelos professores e alunos da escola básica em suas inter-relações com os pesquisadores da UFMG. Assim, tudo aquilo que resulta das atividades de ensino, pesquisa e extensão nos interessa diretamente.

No entanto, é preciso também considerarmos que muitos dos documentos que resultam da ação administrativa desenvolvida no âmbito da Universidade têm claramente uma conotação acadêmico-científica e que, nem sempre, estão incluídos entre aqueles documentos que a legislação manda guardar. Este é, por exemplo, o caso de diversos relatórios emanados desde as posições de comando da Universidade – ou

mesmo do dia a dia da prática docente, discente e técnica – que, muitas vezes, não logram ser arquivados como "documentos administrativos", mas também não são, via de regra, reconhecidos como documentos acadêmicos ou científicos que valham a pena ser guardados.

Sob este ponto de vista, há uma infinidade de documentos que podem ser arrolados como acadêmico-científicos: relatórios de pesquisa, teses, dissertações, livros, revistas, boletins, filmes e similares, gravações de áudio em diversos suportes etc.

O que nos preocupa no Cedoc-FaE é, mais especificamente, o fato de que, em boa parte da UFMG, inclusive para aqueles que se ocupam do patrimônio acadêmico-científico, há maior (quando não exclusive) preocupação com a guarda do patrimônio que resulta das atividades de pesquisa e, quando muito, extensão. Mais ainda, quando adquirem clara materialidade de suporte ou de resultados diretos da produção científica e acadêmica da Universidade.

Há, notadamente, certa falta de sensibilidade de nossa parte com a guarda e o tratamento dos materiais que resultam e/ou dão suportes às práticas de ensino. Tal falta reflete, de modo geral, a pouca atenção dada à dimensão do ensino na Universidade, seja porque os modos de consagração estão todos voltados para a pesquisa e sua divulgação, seja, no mesmo movimento, porque não nos reconhecemos como professores e sim como pesquisadores. Por isso, também, os resíduos dos suportes ou dos resultados da ação docente e, conjugado a ela, da ação discente têm sido considerados muito pouco nobres ou importantes para entrarem em nossas pautas de guarda, tratamento e extroversão. É justamente disso que queremos falar.

O desprestígio da atividade docente no interior da Universidade, e o consequente descaso com que são tratados – ou descartados? – os documentos que lhe dão suporte ou que dela resultam, é diretamente proporcional ao prestígio que as práticas de ensino ganharam na História da Educação nas últimas décadas.

Conforme demonstram vários estudos, a partir de um inédito alargamento e enriquecimento teórico-metodológico produzido no interior da disciplina, os historiadores da educação passaram a dar cada vez mais atenção à escola e às práticas escolares. A partir do diálogo estabelecido, por um lado, com as teorias da História e demais campos das Ciências Humanas e Sociais e, por outro, com as chamadas Ciências da Educação (Sociologia da Educação, Psicologia da Educação, Antropologia da Educação, Filosofia da Educação...), a disciplina ampliou seu escopo e renovou-se. Assim, sem deixar de problematizar o pensamento e as políticas

educacionais, seus objetos mais tradicionais e mais prestigiados, as investigações passaram a tomar como objeto de atenção aquilo que ocorre no interior da escola.

Nessa direção, de modo geral, documentos como planos de ensino (ou de estudos), livros didáticos, provas elaboradas pelos professores, cadernos de preparação de aulas, laboratórios e bibliotecas e suas materialidades, entre outros, ganham relevo e notoriedade. Mas a possibilidade de tomar as práticas de ensino e de aprendizagem como objeto de investigação reside, é evidente, na existência (ou na produção, no caso das fontes orais) de fontes que deixem vislumbrar as meias verdades que as portas semicerradas das salas de aula deixam entrever. Assim, os cadernos dos alunos, os trabalhos por eles realizados, as provas respondidas, os rascunhos, os ensaios de escrita que não deram certo, entre muitos outros, são fundamentais para entendermos a dinâmica da sala de aula e das relações aí estabelecidas.

Mas, é evidente, não é apenas a sala de aula que importa aqui. A escola como um todo, inclusive em sua relação com as demais instituições sociais, como espaço de ensino e aprendizagem ou, se quisermos, como instituição educativa, chamam a nossa atenção. Assim, cartazes, folhetos, desenhos, pinturas etc. que remetem a esse universo são tomados como fontes.

Pois bem, se têm sido esses alguns dos investimentos dos historiadores no que se refere à história da escola básica, por que não dirigir esse questionário para a Universidade, ela também uma instituição de ensino e de aprendizagem?

É evidente que, aqui também, será preciso deslocar (sem abandonar) o olhar da pesquisa, da política e do pensamento intelectual para flagrar a Universidade como instituição que, malgrado os pesquisadores, também ensina. E ensina na sala de aula, nos laboratórios, nas bibliotecas, pátios, corredores...

Fazer uma história da universidade desde o ensino é, certamente, estabelecer outro lugar, outra posição da narrativa. E essa outra posição, certamente, supõe e impõe a exigência de fontes que lhe sirvam de suporte. Apesar da ideia de que o historiador faz flecha com qualquer graveto que encontra, ele não pode inventar suas fontes. Por isso, nossa atenção como pesquisadores e guardiões do patrimônio acadêmico-científico precisa ser suficientemente elástica para abranger as peculiaridades das pesquisas sobre o ensino.

O esforço de quem trabalha com a guarda do patrimônio científico e acadêmico encontra sérios obstáculos, como sabemos. Em primeiro lugar, pela limitação de nosso olhar, como guardiões, sobre o próprio objeto: raramente nos interrogamos a partir deste lugar, o ensino e, portanto, pouco sabemos sobre o que necessita ser

guardado. Em segundo, encontramos também um grande limite numa muito menor ainda sensibilidade dos nossos colegas professores/pesquisadores sobre os resíduos das atividades de ensino. Se pouco nos preocupamos com a guarda das sobras da pesquisa, atividades de grande nobreza entre nós, por que nos preocuparíamos com aquelas relativas ao ensino?

De modo geral, o que observamos na Faculdade de Educação é que o armazenamento do patrimônio acadêmico-científico que se refere ao ensino, à dinâmica da sala de aula, fica sob a responsabilidade do docente e, quase sempre, a depender de sua posterior reutilização ou de um possível retorno aos alunos. Situada, portanto, numa zona cinzenta entre o pessoal e o institucional, essa documentação fica totalmente sob responsabilidade do professor que sobre ela tem o poder de guarda ou, no mais das vezes, de descarte.

Talvez seja justamente aqui que se situe o maior e mais fascinante de nossos desafios: cuidar para que os cacos da história permitam que se contem outras histórias! No caso do ensino, nosso desafio seria trabalhar com as sobras, com os restos deixados pela atividade docente, pois, de modo geral, como nos ensina Ilmar Holloff [1] a propósito da aula de História, a narrativa da sala de aula produz um singular conhecimento que se dissipa tão logo é enunciado: por mais que seja aprendido e/ou registrado pelo aluno e pelo professor, ou mesmo registrado em suportes fílmicos, a sua natureza é a da circunstância, inclusive porque, em boa parte, ele é de proveniência oral.

Mas nada disso quer dizer, também, que a parte mais nobre das atividades universitárias – a pesquisa – tem o seu patrimônio preservado. Todos sabemos que é muito pequena a dimensão de nossas atividades de investigação que vem a público. Geralmente publicamos o que deu certo e, além disso, aquilo que pode significar uma contribuição ao conhecimento de nosso campo de estudos e, não raras vezes, garantir nossa posição na área.

Muito do que produzimos na e para a pesquisa fica invisível aos olhos do público e, o que é pior ainda, é descartado por ato ou omissão dos pesquisadores. O problema é que os materiais recolhidos/produzidos por nossas pesquisas atuais serão, no futuro, fontes fundamentais para o entendimento não apenas das práticas de pes-

[1] Ilmar H Mattos. "Mas não somente assim!" Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de história. *Tempo*, Rio de Janeiro, 21, 5-16, 2007.

quisa que hoje desenvolvemos, mas também para investimentos de interpretações outras sobre o nosso presente.

Nesse sentido, nós historiadores da educação e, particularmente, da educação universitária, temos sido mais pródigos em reclamar daquilo que os nossos colegas do passado nos legaram como fontes, do que em pensar alternativas à destruição documental do presente.

Finalmente, não poderíamos deixar de mencionar duas coisas: o impacto das novas tecnologias sobre a conservação e a guarda e a importância de uma consideração especial para os arquivos pessoais dos docentes das universidades.

A respeito da primeira questão, não custa nada lembrar que, aqui, estamos lidando mais com práticas aleatórias de descarte e de esquecimento do que com práticas de memória, de arquivo e de conservação. Nossos computadores, os computadores dos professores, quando do exercício da docência ou das demais atividades-fins da Universidade – ou mesmo das atividades de administração universitária – estão muito pouco sujeitos às ordens de guarda. O descarte é a regra e o esquecimento é, quase sempre, o resultado. A questão aqui é: o que podemos, institucionalmente, fazer?

Essa questão articula-se a outra, já anunciada: como lidar com os arquivos pessoais dos professores? Para a memória que queremos instituir e para as operações historiográficas que queremos tornar possíveis no futuro, os arquivos dos professores são fundamentais. E isso não apenas para a história do ensino, como já dissemos, mas também para a história das sociabilidades acadêmicas, história das edições, história dos intercâmbios científicos etc. É por meio da exploração de alguns acervos e/ou documentos pessoais sob a guarda do Cedoc-FaE, por exemplo, que é possível contar a história de edições importantes, como a do livro *A bonequinha preta*, de Alaíde Lisboa, ou de outros livros importantes no campo literário e/ou acadêmico.

No entanto, se tais acervos são muito importantes, como pensar a guarda deles quando, de modo geral, estamos trabalhando em instituições que contam com exíguos espaços físicos e parcos recursos financeiros? Como sabemos, nessa dimensão particular, o menor de nossos problemas é convencer os nossos colegas a nos doarem seus acervos pessoais. É possível construir uma saída comum?

Por isso, na FaE, o grupo do Cedoc, em continuidade a interrogações e realizações daqueles que nos precederam vem tentando avançar no trabalho com o acervo. Para tanto, temos investido em duas direções: na primeira, mais adiantada na concepção e realização, temos tentado cuidar do acervo acadêmico-científico sob a

guarda do Centro, iniciando por sua limpeza e buscando ensaiar novas formas de arranjos arquivísticos.

A partir do inventário de parte do acervo, anteriormente realizado pela direção da Biblioteca da FaE, e desse trabalho de higienização e reorganização da documentação, percebemos claramente que foi a partir da posição, ou do lugar, de professor(a) que o acervo se constituiu. Tudo, ou quase tudo, nele reflete essa posição ou esse comando na constituição do arquivo. A posição dos alunos só é percebida, por exemplo, pela ausência ou filtrada pelos professores. Esta parece ser, também, uma das formas de aproximação do fazer universitário com a universalidade do fazer escolar: em toda e qualquer instituição escolar moderna o poder é desigualmente distribuído, cabendo aos professores a direção, mesmo que em profunda dependência das ações dos alunos.

Temos buscado discutir sobre uma possível política de acervo acadêmico-científico própria de um Centro como o nosso. Para isso, temos nos perguntado:

> [...] o que foi guardado e o que importa guardar? Não se trata de uma pergunta trivial. Se se responde que importa guardar tudo, lembrar tudo, tornar tudo memorável... como fazê-lo? E, sobretudo, para que fazê-lo? Se se acorda que é preciso selecionar... que critérios utilizar? Não sendo possível controlar as perguntas a serem elaboradas no futuro, importa hoje tornar públicas as seleções, as dúvidas, as intencionalidades que presidem as práticas de memória e de esquecimento de quem organiza o arquivo.[2]

Aqui, sem perder de vista a necessária e fundamental conservação de acervos de tipo mais "nobre", como teses, dissertações, livros e revistas, intencionamos dirigir a vocação do centro para a guarda, o tratamento e a extroversão dos cacos ou dos restos da história, ou seja, para aquilo que quase invariavelmente se perde quando sob a guarda dos professores e dos pesquisadores. Se tal opção é a mais acertada ou não, é isso que queremos discutir com os colegas. De todo modo, antevemos aí um lugar e uma contribuição específicos de nosso Centro de Documentação para uma possível política de memória da Universidade e, no futuro, para possíveis histórias do passado de nossa instituição.

[2] FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Apresentação. *In*: NASCIMENTO, Adalson; CHAMON, Carla S. (Org.). *Arquivos e história do ensino técnico no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013, p. 6.

Rede de Museus da Universidade Federal de Minas Gerais

Rita de Cássia Marques
Verona Campos Segantini

[...] *porque é sempre por rizoma que o desejo se move e produz.*
(DELEUZE; GUATTARI, 2007)

CONSTITUIÇÃO: ARTICULANDO INICIATIVAS NA UFMG

A primeira articulação com o propósito de se criar uma política de museus na UFMG surgiu em 1999. Por iniciativa da Pró-Reitoria de Extensão e de representantes dos Museus de Ciências Morfológicas, do Museu de História Natural e Jardim Botânico (MHNJB), do Centro de Referência em Cartografia Histórica (Instituto Casa da Glória) e do Centro de Memória da Medicina, iniciaram-se discussões sobre as possibilidades de organização de ações conjuntas nesses espaços. O objetivo primeiro era reunir os espaços para apresentarem propostas em conjunto, sobretudo em editais de financiamento de projetos de pesquisa e extensão. Pensava-se que a convergência de esforços, a soma das experiências, o trabalho conjunto das equipes e a união das propostas dos diferentes espaços potencializariam as possibilidades de aprovação de projetos, financiamento e visibilidade das ações dos museus e centros de memória da UFMG.

Alguns anos antes, foram criados museus e espaços expositivos e de divulgação científica, como iniciativas decorrentes de projetos de pesquisa, ensino e extensão de diferentes departamentos e unidades acadêmicas da Universidade, como, por exemplo, o Museu de Ciências Morfológicas aberto ao público em 1997, resultante de um projeto do Laboratório de Histologia Animal do Departamento de Morfologia do Instituto de Ciências Biológicas (ICB), iniciado em 1989. Ao final da década de 1990, foi criado o Centro de Referência em Cartografia Histórica, instalado na Casa da Glória (Diamantina). O Centro de Memória da Medicina, criado em 1977, no contexto da mudança curricular do curso, foi o precursor desse tipo de espaço na UFMG. O Museu de História Natural, criado no final da década de 1960, no bojo da Reforma Universitária, tornava-se órgão Suplementar em 1994.

Com a urgência em articular e elaborar um projeto, a primeira tentativa de trabalhar com os espaços em grupo não foi bem-sucedida. Contudo, a iniciativa suscitou e resultou na criação do programa de extensão "Museus da UFMG: Centros de Memória, cultura e conhecimento".

Em 2000, a *Rede de Museus* foi aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), tendo por objetivo convergir ações e propostas dos museus e espaços expositivos da UFMG. No mesmo ano, entre os dias 18 e 19 de dezembro, realizou-se, no Museu de História Natural e Jardim Botânico, o "I Encontro de Museus e Espaços de Ciência da UFMG". O evento foi aberto ao público e contou com a presença de funcionários, mediadores e representantes de outras entidades ligados aos museus. Naquele momento, era necessário fomentar o desenvolvimento de uma política de museus na Universidade. Surgiam discussões suscitadas pela experiência das instituições e espaços: acervo e reserva técnica, sistema de captação de recursos financeiros, capacitação de pessoal, ações educativas, possibilidades de ações conjuntas e projetos. No Encontro, foram discutidas também estratégias de divulgação ampla e efetiva das atividades desenvolvidas pelos museus e espaços de ciência da UFMG junto à comunidade, por meio da confecção de um folder único, cartazes e outros meios. Ao final do encontro, foi redigida e apresentada a "Carta dos Museus e Espaços de Ciência da UFMG", que referendou a criação da Rede e decidiu pela participação conjunta em eventos.

O sucesso do encaminhamento nas instâncias da Universidade traduziu-se pelo recebimento do apoio importante do Fundo FUNDEP 2000 (Fundação de Desenvolvimento à Pesquisa). Os recursos recebidos foram investidos pontualmente nas instituições integrantes do programa. Essa primeira conquista fomentou a neces-

sidade de potencializar ações que evidenciassem atividades desenvolvidas nos respectivos espaços voltados para os públicos interno e externo da Universidade. Para isso, era preciso preparar os espaços para visitação. Uma das maiores dificuldades à época eram a formação e a capacitação de mediadores e funcionários que trabalhavam nos espaços.

Partindo dessa demanda, foi idealizado e implantado o primeiro "Curso Semipresencial sobre Museus de Ciências" coordenado pelo grupo Scientia – Grupo de Teoria e História da Ciência da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH-UFMG) com a colaboração da equipe do projeto Museu&Escola, da Faculdade de Educação (FaE-UFMG). Com metodologia inédita e resultados promissores, promoveu-se a primeira integração dos espaços. O curso foi oferecido em duas turmas no ano de 2001. Idealizado para a disponibilização na internet, utilizava a plataforma MOODLE que integra o sistema acadêmico da UFMG. Os principais aspectos teórico-metodológicos da museologia, incluindo história dos museus e das coleções, pesquisa e ação educativa, foram contemplados no curso, que também realizava visitas aos espaços que integravam a Rede de Museus.

O curso foi mais uma iniciativa bem-sucedida de articulação entre os museus e impulsionou a criação da Rede Virtual de Museus e Espaços de Ciência da UFMG integrando os espaços entre si e com a comunidade. A proposta de integração foi apresentada ao CNPq, em setembro de 2001, intitulada "Educação em Ciências e tecnologia: desenvolvimento de redes virtuais integrando Museus e Centros de Ciências da UFMG". Essa proposta acabou sendo "apelidada" e entrou para a história da Rede como obra do "Incrível Exército de Brancaleone", tendo em vista as muitas dificuldades enfrentadas pelo grupo para elaborar um projeto que, pela primeira vez, não buscava recursos para os espaços isoladamente, mas apresentava uma proposta coletiva.

No bojo dessa iniciativa, foi instituído o Núcleo de Museologia da UFMG, com o objetivo de promover ações conjuntas dos programas e centros da Universidade, além de incentivar a integração com parceiros extramuros.

Com o progresso das articulações, especialmente com a incorporação de novos membros, como o Observatório Astronômico, a Estação Ecológica e o Centro de Memória da Engenharia, a Rede consegue, pela segunda vez, o Prêmio FUNDEP, em 2001. Os recursos foram destinados, em grande parte, à recuperação das cúpulas do Observatório. Todas as melhorias nos espaços, empreendidas a partir dos Prêmios FUNDEP 2000 e 2001, foram voltadas para a ampliação da visitação, incluindo a comunidade interna da UFMG e o público em geral, especialmente escolar.

A consolidação da Rede ocorre nos anos seguintes com participação conjunta em eventos, como na Semana do Conhecimento da UFMG, Semana Nacional de Ciência e Tecnologia[1] ("Ciência na Rodoviária" e "Ciência no Parque"), Semana dos Museus, entre outros eventos. A experiência da Rede foi apresentada em eventos nacionais e internacionais, como a EXPOCIÊNCIA e o IV Congresso Mundial de Centros de Ciência. Realizado no Rio de Janeiro, em 2005, esse Congresso contou com a participação de todos os coordenadores dos espaços.

Ainda em 2005, mais um projeto foi contemplado em edital do Ministério da Cultura e os recursos beneficiaram todos os espaços com equipamentos. Com mais esse projeto aprovado, a Rede já estava consolidada e novos espaços foram se aproximando e se agregando: Centro de Memória da Veterinária, Centro de Memória da Escola de Enfermagem, Centro Cultural da UFMG, Centro de Memória da Faculdade de Direito, Centro de Estudos Literários, Acervo Escritores Mineiros e Scientia.[2]

Com a consolidação e o crescimento, a Rede entra em nova fase rumo à institucionalização. Em 2005, pela primeira vez, ela passa a ter uma sede, que se propunha itinerante. À época, a coordenação era da Profa. Maria das Graças Ribeiro, do Museu de Ciências Morfológicas, portanto o primeiro a sediar a Rede.[3]

Em 2006, após muitas discussões, foi encaminhada à Reitoria a primeira versão do Regimento da Rede, que daria início a sua institucionalização. A proposta primeira era de transformação da Rede em um órgão suplementar à UFMG. No mesmo

[1] Em 2004, a programação da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia foi realizada na Estação Rodoviária de Belo Horizonte. Foi montada uma exposição com a participação da Estação Ecológica, do Museu de Ciências Morfológicas, do Centro de Referência em Cartografia Histórica e do Centro de Memória da Medicina. Também faziam parte da exposição acervos da PUC Minas, do Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN) e da Fundação Fiocruz. No ano seguinte, a Semana teve como temática "Brasil, olhe para a água". A UFMG organizou uma programação interna com debates e apresentação de trabalhos. Inserida nessa programação, a Rede de Museus realizou na Rodoviária de Belo Horizonte oficinas abertas ao público abordando o tema "A água e a vida – conhecer para preservar". O Observatório Astronômico da Serra da Piedade, a Estação Ecológica da UFMG e o Museu de História Natural e Jardim Botânico também realizaram atividades abertas ao público. A 3ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia teve como tema "Ciência, Arte e Sociedade" e foi realizada no Parque Municipal de Belo Horizonte. Foram feitas exposições e oficinas pela Rede de Museus e atividades de educação ambiental pela Estação Ecológica da UFMG. O MHNJB, em parceria com a Faculdade de Farmácia da UFMG, realizou a exposição "Plantas aromáticas medicinais".

[2] Os últimos quatro citados não tiveram participação efetiva na Rede, embora tenham sua inserção formalizada junto à coordenação dela.

[3] A coordenação da Rede foi assumida pelo Prof. Antônio Gilberto em 2007, sendo então transferida a sede para o Centro de Refêrencia em Cartografia Histórica.

encaminhamento do Regimento, feito em 1º/12/2006, foi manifestada a disposição de "dar prosseguimento às discussões sobre a criação do Curso de graduação e/ou Formação Complementar em Museologia, cuja proposta inicial para estudo foi encaminhada recentemente".[4] A proposta encaminhada intitulada "Considerações sobre a formação de pessoal que atua em museus e centros de ciências" inseria a Rede no importante debate que mais tarde concretizou-se na criação do curso de Graduação em Museologia, na Escola de Ciência da Informação (ECI) em 2010, por meio da adesão da Universidade ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).[5]

Nos anos seguintes, a Rede dedicou-se à institucionalização, buscando a inserção na estrutura da Pró-Reitoria de Extensão. Entre 2009 e 2012, aconteceram várias reuniões visando à institucionalização. Em 2009, a Rede passou a fazer parte do orçamento da PROEX e a receber uma cota de bolsas institucionais que garantiam o funcionamento dos espaços, mesmo no período de férias. Nesse ano também aconteceu a primeira exposição conjunta dos acervos da Rede de Museus, no saguão da Reitoria. Foi uma oportunidade para apresentar a Rede à sua própria comunidade, depois dos muitos eventos voltados ao público externo.

Concebida inicialmente como um projeto de extensão, atualmente a Rede abriga projetos de pesquisa, graduação e pós-graduação. Para além de espaço de formação para alunos de graduação, também vem motivando a produção de teses e dissertações, que investigam diferentes aspectos museográficos, criticam e sugerem novas metodologias e soluções para os espaços expositivos.[6]

---

[4] Correspondência encaminhada ao Pró-Reitor Mauro Braga, pela coordenadora da Rede de Museus, Profa. Maria das Graças Ribeiro, em 1º/12/2006.

[5] Desde então, a Rede vem buscando estabelecer parcerias com os cursos recém-constituídos na UFMG. Os museus e centros de memória já se configuram como espaços de formação, atuação e pesquisa para graduandos de vários cursos. Obviamente que tais parcerias ainda podem se expandir buscando maior sintonia entre a Rede e as propostas político-pedagógicas que orientam a formação, principalmente, dos estudantes de Museologia, Arquivologia e Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis.

[6] Entre trabalhos de conclusão de curso, mestrado e doutorado, destaque para: POSSAS, Helga Cristina Gonçalves. *Saber fazer e fazer saber*: os museus de ciência da UFMG: (uma contribuição para a reflexão em torno dos museus de ciência universitários). UFMG- Programa de Pós-graduação em História, 2006; VEIGA, Ana Cecília Rocha. *Modelo de referência para a gestão de projetos de museus e exposição*. UFMG- Programa de Pós-Graduação em Belas Artes, 2012.

IDEIA DE REDE (RIZOMA), PRINCÍPIOS NORTEADORES E OBJETIVOS

Rede e rizoma. Essas expressões foram inspiradoras para conceituar o desejo de integração entre os museus e espaços de exposição e divulgação científica da UFMG. A ideia de rizoma, como uma haste subterrânea que cresce de forma horizontal, foi uma sugestão do então Pró-reitor de extensão Edison Correa, um médico, que da vivência com a Biologia trouxe essa imagem. Espaços interligados para compartilhar recursos e experiências, potencializar formas de extroversão do acervo e divulgação, promover eventos, qualificar espaços e pessoal. Esse foi o interesse inicial e que permanece orientando as ações conjuntas.

Como um substantivo, o rizoma suscita-nos a imagem de algo polimorfo, com crescimento horizontal, sem direção clara e objetiva. De certa forma, olhando para a última década na Universidade, assistimos ao crescimento dessa haste. Nas diferentes unidades acadêmicas, foram aparecendo iniciativas de musealização. Atualmente a Rede de Museus é composta por 20 espaços, revelando a potencialidade de ações conjuntas e a preocupação com a memória e o patrimônio científico da Universidade. Fazem parte da Rede: Museu de Ciências Morfológicas, Museu de História Natural e Jardim Botânico, Espaço do Conhecimento UFMG, Estação Ecológica, Casa Padre Toledo, Museu da Escola de Arquitetura e Urbanismo, Centro de Referência em Cartografia Histórica, Centro de Referência do Patrimônio Geológico, Centro Cultural, Centro de Memória da Medicina, Centro de Memória da Enfermagem, Centro de Memória da Educação Física, Esporte e Lazer, Centro de Memória da Odontologia, Centro de Memória da Farmácia, Centro de Memória da Veterinária, Centro de Memória da Engenharia, Centro de Pesquisa, Memória e Documentação da Faculdade de Educação, Centro de Estudos Literários e Culturais (Acervo de Escritores Mineiros), Espaço Memória do Cinema e Centro de Referência da Música de Minas (Museu Clube da Esquina).[7]

Os museus, espaços e centros de memória que compõem a Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura (RMECC) possuem um rico e diversificado acervo. Patrimônio cultural, científico e tecnológico da UFMG, registros de práticas científicas na Universidade e da formação profissional.

[7] Atualmente pertence à estrutura da Pró-Reitoria de Extensão, com cota de bolsas institucionais e orçamento anual.

Atualmente a Rede continua vinculada à Pró-Reitoria de Extensão da UFMG e "tem por missão a proposição e o desenvolvimento de ações nas áreas de Pesquisa, Extensão, Graduação e Pós-Graduação, relacionadas aos Museus e Espaços de Ciência e Cultura da UFMG, com o objetivo de apoiar e estimular o desenvolvimento desses espaços".[8]

Compete também à Rede de Museus:

a) propor, debater e refletir sobre diretrizes políticas norteadoras dos museus e espaços de ciência e cultura da Universidade, em consonância com as propostas da UFMG e com as políticas nacionais para os museus;
b) promover por meio de cursos de reciclagem e atualização a capacitação/atualização científica, tecnológica e cultural de professores, estudantes e profissionais que atuam nos diferentes espaços integrantes da RMECC;
c) divulgar a missão, as ações e potencialidades da RMECC entre instituições congêneres, universidades e instituições de ensino e pesquisa locais, regionais, nacionais e estrangeiras, visando promover o intercâmbio e estabelecer parcerias;
d) apoiar e fomentar o intercâmbio científico, tecnológico e cultural entre os espaços integrantes da RMECC e entre estes e as comunidades interna e externa à UFMG.

Ressalta-se que, pelo Regimento, os museus, centros e espaços de ciência e cultura da UFMG, independentemente de suas vinculações institucionais, podem solicitar a vinculação à Rede. Também é previsto o desligamento espontâneo de qualquer membro integrante, mediante solicitação e requerimento.[9]

DIVERSIDADE DE ACERVO E POSSIBILIDADES DE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO

Apesar da continuidade e consolidação de muitas das propostas do projeto inicial de criação da Rede de Museus, alguns dos desafios colocados, há mais de uma década, permanecem e complexificam-se. Sabemos que os centros de memória, hoje

[8] Regimento CAPÍTULO I - Do órgão e seus fins Art. 1º.

[9] Regimento CAPÍTULO II - Da organização e funcionamento. Art. 4º – São membros da RMECC.

presentes em quase todas as unidades acadêmicas, foram criados, principalmente, com o desejo de salvaguardar um acervo em risco. Histórias de objetos em caçambas de lixo ou em depósitos em situações precárias são comuns nos relatos daqueles que iniciaram os projetos de criação de espaços de memória.

Uma das primeiras funções da Universidade é a produção do conhecimento. Produzir conhecimento e fazer ciência. Pensar o novo, inovar. Com essa tarefa, é compreensível que a Universidade também seja o lugar onde o descarte do velho e do inservível seja mais justificado. Sendo assim, como discutir a preservação do Patrimônio científico cultural? Como pesquisar e ensinar uma ciência que contemple um olhar para o seu passado?

Essa preocupação não é só nossa e nos últimos anos vem crescendo a produção intelectual sobre o patrimônio cultural científico brasileiro. Segundo Granato e Câmara:

> [...] conhecimento científico e tecnológico produzido pelo homem, além de todos aqueles objetos que são testemunhos dos processos científicos e do desenvolvimento tecnológico, aqui incluídas as construções arquitetônicas produzidas e com a funcionalidade de atender às necessidades desses processos e desenvolvimentos. (GRANATO; CÂMARA, 2008, p. 174)

A produção intelectual felizmente está em consonância com políticas públicas que captaram a necessidade de se estabelecer um novo olhar sobre o patrimônio cultural da ciência e tecnologia no Brasil, cujos valores histórico, cultural, científico e tecnológico serão mais amplamente reconhecidos na medida em que houver maior relacionamento entre órgãos públicos das áreas da Cultura e da Ciência e Tecnologia. Segundo Valente e Handfas (2012), ainda carecemos de um entendimento mais pleno da ciência como ato cultural, e é preciso atenção maior ao patrimônio científico e tecnológico, de modo a percebê-lo como parte da produção cultural. O estágio atual de proposições de ações e diretrizes da esfera pública para a área da cultura e da ciência e tecnologia sugere a necessidade de priorização e inserção das atividades relacionadas à preservação do patrimônio cultural científico e tecnológico como estratégicas para o aprimoramento do desenvolvimento cultural e social dos brasileiros (VALENTE; HANDFAS, 2012, p. 272).

Pensando nessa perspectiva, a Rede busca participar da discussão sobre patrimônio atrelado a seu acervo institucional, presente em seus espaços e museus. Fa-

zem parte dos acervos: equipamentos, instrumentos, materiais didáticos usados em aulas práticas, uniformes, quadros e documentos orais e escritos. A preocupação da Rede não se restringe ao acervo da Universidade que está presente em seus museus e centros de memória, mas estende-se também aos objetos em uso e aos que foram descartados e abandonados pelas instituições.

Além do acervo institucional, os centros de memória abrigam objetos doados por antigos professores e alunos que, depois de colecionar itens diversos sobre sua profissão, por anos a fio, doam seus acervos para a Universidade, tornando-os públicos. São coleções privadas, que tornam mais complexa a missão de preservar a memória e a história das profissões, mas enriquecem o acervo com: "diplomas, certificados diversos, lembranças, brindes, fotografias, documentos referentes a vida pessoal e a profissional, cadernos de anotações, cadernetas, cartas, cartões postais, livros, muitos livros. [...] (MARQUES; SILVEIRA, 2005, p.50).

Esse complexo acervo de história e memória, dentro de uma estrutura deficitária em recursos humanos e materiais, vem recebendo atenção especial da Rede. Apesar de terem se desencadeado, nas unidades acadêmicas, discussões sobre o patrimônio científico e as formas de salvaguardá-lo, os desafios para a institucionalização dos centros ainda estão presentes. Carência de recursos, de pessoal e de espaço são alguns dos problemas. Contudo, uma das principais questões está na ausência de uma política de salvaguarda que inclui discussões sobre a gestão de documentos e informações produzidos contemporaneamente no âmbito dos grupos de pesquisa e departamentos acadêmicos.

A ausência de uma política institucional afeta outro tipo de acervo presente nos centros de memória: o arquivo documental corrente e permanente. Enquanto não se define o que é um arquivo institucional, com seus profissionais e espaços, é comum encontrar nos centros de memória parte significativa ou mesmo a totalidade dos arquivos da unidade. Tal situação tem levado a Rede de Museus a participar de outro fórum de discussão sobre os arquivos universitários tanto das atividades-meio, quanto das atividades-fim, promovido pela recém-criada Diretoria de Arquivos Institucionais (DIARQ-UFMG). Outro parceiro nas discussões sobre arquivos e acervos institucionais é o Scientia – Grupo de Teoria e História da Ciência, interessado na preservação dos acervos para viabilizar pesquisas sobre História da Ciência. A Rede acredita que a Universidade deve enfrentar o desafio de definir o que é arquivo institucional e o que é acervo de memória. Trata-se de uma instituição que tem por objetivo produzir conhecimento, por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão. Seus

documentos não possuem apenas caráter administrativo, mas servem também para registrar como se pensou e se produziu o conhecimento. Portanto, o compromisso da Universidade com a historicidade da produção do conhecimento e da formação deve ser também revelado no empenho pela salvaguarda de seu acervo.

Outro aspecto que deve ser sublinhado é a heterogeneidade dos museus e centros de memória da Universidade. Possuem trajetórias distintas de criação e também de formação de suas coleções científicas. Guardam objetivos e interesses também diferentes. São, portanto, espaços que assumem, no âmbito da Universidade, vocações distintas. Sem hierarquizar essas diferentes vocações, é preciso, no âmbito da Rede de Museus, valorizá-las. Em alguns desses espaços, nota-se a articulação com a pesquisa desenvolvida pelos professores e discentes da Universidade. Em outros, há uma potencialidade nítida na extroversão de acervos. Nos museus, principalmente, destacam-se as ações educativas de difusão da ciência.

Como rede, as diferentes ações de salvaguarda desenvolvidas pelos espaços poderiam ser potencializadas, de maneira colaborativa. Formação de mediadores e ações educativas comuns,[10] protocolos de conservação preventiva dos acervos, sistemas integrados para a documentação museológica e exposições coletivas são algumas das possibilidades de integração. Outra proposta da Rede é incentivar as ações de difusão da ciência tendo em vista que o trabalho de divulgação não está desvinculado da produção de conhecimento. Na Universidade, as ações de divulgação são, geralmente, inseridas no âmbito da extensão. Dessa forma, os projetos desenvolvidos pela Rede podem sublinhar como a divulgação científica se insere na dinâmica da ciência e é parte essencial do processo do conhecimento. Vale ressaltar que, no âmbito dos museus, a difusão da cultura científica em ações de comunicação museal implica dinâmicas de recriação. Múltiplas possibilidades ensaiadas em exposições, estratégias de mediação e uso de diferentes mídias e suportes poten-

[10] Um dos projetos aprovados pelo CNPq é intitulado "Aprimoramento do Circuito de Divulgação Científica da Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultural Universidade Federal de Minas Gerais: despertando vocações e incentivando a formação de jovens estudantes". Tal projeto visa à consolidação de um circuito de vocação científica que englobe os espaços da Rede de Museus e Espaços de Ciências da UFMG. O circuito deverá ser percorrido por turmas da educação básica e do ensino médio de escolas estaduais, com o objetivo de dar a conhecer aspectos profissionais e a ciência envolvidos no ensino superior. A visita aos espaços proporá temas ligados à educação e à ciência, ensejo para externar seu acervo e instigar questões, inspirar pesquisas e desenvolver conceitos científicos entre o público jovem.

cializam a criação de narrativas, metáforas, cenários, argumentos e questões, em novas linguagens e ângulos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passada mais de uma década daquele desejo que suscitou a criação da Rede, retomamos a ideia que lhe deu forma. O conceito de rizoma vindo da Biologia e inspirado em Deleuze e Guattari, o rizoma, diferente da forma de uma árvore, possui linhas. Linhas que seguem diferentes direções, que fazem contato com outras raízes. A estrutura, a arborificação, quebra e aprisiona os rizomas. "Toda vez que uma multiplicidade se encontra presa numa estrutura, seu crescimento é compensado por uma redução das leis de combinação" (DELEUZE; GATTARI, 2007, pag. 14).

Quando a Rede foi criada, havia produção de conhecimento em seus espaços, baseada em uma prática cotidiana de colecionar, pesquisar e guardar. Sempre houve em seus espaços a circulação de pessoas ligadas à Universidade e interessadas no que existia nesses espaços. O aumento do público, nos últimos anos, foi potencializado, por um maior investimento em suas estruturas e em ações de divulgação e extroversão do acervo. As ações desenvolvidas contribuíram para o aumento e a diversificação do público e deram maior visibilidade ao conhecimento produzido em seu interior. As ações educativas também fomentaram a constituição de novas redes com a comunidade externa. Além de abrirem suas portas ao público, os acervos também foram expostos para além de seus muros, buscando acertar o passo com o discurso da divulgação científica e da popularização da ciência.

Os novos investimentos, frutos de conquistas históricas, trouxeram novos membros para a Rede, que também passa a conviver com a presença de novos cursos de graduação que agregam conhecimento, profissionais e alunos interessados em conhecer, criticar e contribuir com os espaços existentes, favorecendo transformações possíveis em locais que estejam abertos às novas ligações.

Desse modo, a imagem do rizoma ainda nos inspira: não é linear, não se fecha em si, está aberto a experimentações. O pensamento rizomático é contra regras preestabelecidas, de um pensamento linear, move-se em múltiplas direções, espalha-se. Constrói e desconstrói. Conexões multiplicam-se, intensidades também.

REFERÊNCIAS

Documentos e arquivos consultados

ARQUIVO REDE DE MUSEUS:

- Correspondências enviadas, 1º dez. 2006.

- De membros do "Brancaleone", para todo o Exército/Projeto "Educação em Ciências e tecnologia: desenvolvimento de redes virtuais integrando Museus e centros de Ciências da UFMG" – set. 2001.

- I Encontro do Núcleo de Museologia da UFMG., UFMG, 2001

- Núcleo de Museologia da UFMG, dez. 2002.

- Programa Rede de Museus, Centros e Espaços de Ciência e Tecnologia na UFMG, 2001.

- Projeto CNPQ 2014: Aprimoramento do Circuito de Divulgação Científica da Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura da Universidade Federal De Minas Gerais: despertando vocações e incentivando a formação de jovens estudantes. 2014.

- Regimento Rede de Museus e espaços de Ciência e cultura da UFMG, 2010.

COSTA, Antonio Gilberto. *Doze anos de Rede de Museus da UFMG*: hora de mudanças para continuar com a sua missão, 2012.

Bibliografia

CARVALHO, C.S.R.; MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (Brasil). *Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural imaterial*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. p. 172-200.

DELEUZE, Giles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs I.* São Paulo: Ed. 34, 2007.

GRANATO, Marcos; CÂMARA, R. Patrimônio, Ciência e Tecnologia: inter-relações. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL UM OLHAR CONTEMPORÂNEO SOBRE A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL, 2008.

MARQUES, Rita de Cássia; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. Por trás das coleções: uma experiência com acervos da história da saúde. *Episteme*, Porto Alegre, n. 20, p.49-54, jan.-jun. 2005.

POSSAS, Helga Cristina Gonçalves. *Saber fazer e fazer saber*: os museus de ciência da UFMG: (uma contribuição para a reflexão em torno dos museus de ciência universitários). UFMG- Programa de Pós-graduação em História, 2006.

VALENTE, Maria Esther Alvarez; HANDFAS, Ethel Rosemberg. O patrimônio cultural científico e tecnológico brasileiro e a importância de políticas publicas para sua preservação. *Revista Ciências Estratégicas*, Medelín, v. 20, n. 28, p. 271-284, jul./dec. 2012.

VEIGA, Ana Cecília Rocha. *Modelo de refêrencia par a gestão de projetos de museus e exposição*. UFMG - Programa de Pós-Graduação em Belas Artes, 2012.

As bibliotecas e a memória da Universidade Federal de Minas Gerais

Carlos Alberto Ávila Araújo
Wellington Marçal de Carvalho
Anália das Graças Gandini Pontelo

> Reza a quinta lei: A biblioteca é um organismo em crescimento.
> (RANGANATHAN, 2009, p. 241)

Este texto se insere na confluência de duas temáticas: o papel da biblioteca no ambiente universitário e a questão da memória nas universidades – daí resultando a questão do papel da biblioteca em relação à memória universitária. Inicialmente, são apresentados alguns aspectos relativos à biblioteca universitária e suas funções. A seguir, discute-se o caso específico do Sistema de Bibliotecas da UFMG, apresentando-se elementos de sua história e de sua estrutura organizacional.

1 BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS E A QUESTÃO DA MEMÓRIA

O surgimento e incremento de bibliotecas e das práticas biblioteconômicas, ao longo dos séculos, acabou por conduzir, em tempos mais recentes, ao desenho de tipos diferentes de bibliotecas, tais como as bibliotecas públicas, escolares, especializadas e universitárias. Deve-se destacar que "essas diferentes categorias não existiam na Antiguidade, sendo uma exigência da nossa época: uma época em que o planejamento se impôs como condição *sine qua non* do desenvolvimento" (FONSECA, 2007, p. 49). É, pois, numa maior complexificação da biblioteconomia que se encontra a

motivação para o surgimento de uma tipologia de bibliotecas. E, conforme apontado acima, há também uma relação direta com a questão do planejamento. Como aponta Almeida (2005), o exercício de atividades de planejamento nas bibliotecas busca maior eficiência e eficácia, adequando recursos, serviços e objetivos.

É nesse sentido que se pode pensar na construção tipológica de bibliotecas como um refinamento das potencialidades de execução dos objetivos dessas instituições. Afinal, as bibliotecas não existem isoladas – elas fazem parte do sistema total de comunicação por meio do qual se mantém unida uma sociedade, ou coletividade, onde se cria e se sustenta uma determinada cultura (SHERA, 1990). Ainda conforme Shera, compreender as bibliotecas é entendê-las como instituições (conjunto de fenômenos, convenções, estruturas formalizadas por meio das quais se fixam limites, controles, desenho de atividades específicas) e instituições existem cumprindo determinados papéis no todo social. Como bibliotecas existem em contextos muito diferenciados, os papéis a serem desempenhados também se alteram, e é por esse motivo que surgem então os diferentes tipos de bibliotecas. Em anos mais recentes, tem-se aprofundado essa compreensão, por exemplo nas discussões sobre biblioteca como espaço de mediação.

Num primeiro momento, a ideia de mediação foi entendida como uma ação de "ponte", de ligação, entre o acervo documental de uma biblioteca e a comunidade de usuários com suas necessidades. Mas, em pouco tempo, tal concepção avançou no sentido de indicar uma ação mais incisiva do profissional bibliotecário como orientador das leituras, separador das obras "úteis" e "edificantes" daquelas "inúteis", "irrelevantes" ou mesmo "degradantes". A ideia de mediação passou a se aproximar à de filtro, e a tarefa do bibliotecário como a de um selecionador. A manifestação pioneira desta questão surgiu em 1935, quando Ortega y Gasset proferiu a palestra de abertura do II Congresso Mundial de Bibliotecas e Bibliografia organizado pela International Federation of Libraries Associations and Institutions (IFLA) O autor identificava, à época, um assustador crescimento do volume de produção editorial, e o livro tornava-se, então, uma fonte de conflito, uma "selva" sufocante, cabendo ao bibliotecário exercer um papel de "domador". Ortega y Gasset (2006) propôs que o bibliotecário deveria intervir na fase mesma de produção dos livros, participando da decisão de quais deveriam e quais não deveriam ser publicados. Para ele, tal proposta não seria um ato contra a liberdade, tanto quanto as regras de trânsito não o são. Independentemente da polêmica causada (suas ideias foram recebidas por alguns profissionais como totalitárias), o autor antecipava uma realidade que se tornou cada vez mais

evidente (a gigantesca produção documental) e as implicações disso na atuação bibliotecária (a necessidade de seleção e filtragem como parte dos serviços oferecidos aos usuários).

Ao longo dos anos, a ideia pioneira de Ortega y Gasset mostrou-se fundamental para a concretização de uma alteração estrutural do próprio conceito de biblioteca, sendo esta considerada "menos como 'coleção de livros e outros documentos, devidamente classificados e catalogados' do que como assembléia de usuários da informação" (FONSECA, 2007, p. 60). Assim, a ideia de mediação sofreu uma mudança, enfatizando menos o caráter difusor (de transmissão de conhecimentos) e mais o caráter dialógico da biblioteca. Nessa mudança, é possível identificar uma influência das ideias de Paulo Freire: a ideia de mediação passou a definir-se como "toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional" (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 92). A ideia de mediação passa então a ser entendida não como algo coadjuvante, mas "interferindo em seu próprio objeto". A mediação aparece como uma interferência intencional, "em oposição ao pensamento hegemônico que sustenta a imparcialidade e a neutralidade" do bibliotecário (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 93). E, nesse sentido, relaciona-se diretamente com a memória, pois a memória é constituída de processos de lembrar e esquecer, guardar e descartar, de tal forma que constroem-se assim os processos de constituição de identidade e a própria ideia de realidade (MONTERSPERELLI, 2004).

Também no âmbito da chamada "nova biblioteconomia" tal questão está presente. Conforme essa proposta, o papel dos bibliotecários seria ajudar no progresso das sociedades facilitando a produção de conhecimentos nas várias comunidades, pressupondo-se que a conversação é a base da produção desse conhecimento. Dessa forma, "a biblioteca, em um debate sobre como uma comunidade define o que é informação boa ou má, precisa fazer parte dessa conversação para ter uma voz" (LANKES, 2011, p. 33, tradução nossa).[1]

Diversos manuais e tratados de biblioteconomia abordam a questão da tipologia de bibliotecas. Amat i Noguera (1982) argumenta que existem várias possibili-

[1] "The library, in a debate about how a community defines good and bad information, needs to be part of that conversation to have a voice".

dades de classificação, e identifica os seguintes tipos de bibliotecas: nacionais, públicas, universitárias e especializadas. Argumenta a autora que elas atuam de maneira diversificada conforme sua função e serviços, como proteção do documento, sistema de conservação, sistemas de organização, localização de documentos e garantia aos usuários do acesso.

De acordo com a autora, as bibliotecas universitárias são aquelas que fazem parte de uma instituição de ensino superior (colégio universitário, faculdade ou universidade) e que têm por função apoiar os objetivos gerais da própria instituição – conforme a autora, os programas de pesquisa e de ensino da instituição. Amat i Noguera destaca, pois, que as bibliotecas precisam ser reconhecidas como parte da estrutura universitária e que, portanto, precisa haver cooperação entre biblioteca e professores. Sobre sua coleção, ainda que a biblioteca precise manter uma coleção que satisfaça as necessidades previstas nos planos de ensino e projetos de pesquisa, deve-se considerar que muitas vezes a coleção, por ter também a produção de estudantes (monografias e teses) e de professores (relatórios de pesquisa, livros, etc.), acaba por acumular uma coleção preciosa, que precisa ser conservada: "A maioria das bibliotecas universitárias, dada sua tradição de anos, possui fundos antigos, considerados, alguns deles, como tesouros nacionais. Deve-se garantir, portanto, a segurança e a conservação destas coleções, desde que isso não coloque dificuldades de acesso aos pesquisadores e aos estudantes" (AMAT I NOGUERA, 1982, p. 68, tradução nossa).[2] A autora destaca ainda como centrais as questões de centralização/descentralização dos sistemas bibliotecários e a ação cooperativa entre bibliotecas.

Numa abordagem diferente, também Pallier (2010) trata da questão da tipologia de bibliotecas. Antes, contudo, define a instituição biblioteconômica: "As bibliotecas são ao mesmo tempo um instrumento de trabalho (e de entretenimento e cultura) e um conservatório do patrimônio intelectual da humanidade" (PALLIER, 2010, p. 3, tradução nossa).[3] O autor apresenta os seguintes tipos de bibliotecas: nacionais, públicas, escolares, universitárias, especializadas, centros de

[2] "La mayoría de Bibliotecas Universitarias, dada su tradicíón de años, poseen fondos antiguos, considerados, algunos, como tesoros nacionales. Debe vigilarse, está claro, la seguridad y conservación de estas colecciones pero siempre que ello no suponga uma dificultad para el acceso del investigador o estudiante".

[3] "Les bibliothèques sont à la fois um instrument de travail (et de loisir culturel) et un convervatoire du patrimoine intellectuel de l'humanité".

documentação e redes de bibliotecas. Aponta que essa classificação varia muito de país para país, apresentando uma rica história de vários casos. Sobre as bibliotecas universitárias, mostra um quadro de suas diferenças conforme a tradição de distintos países, mas conclui que, guardadas todas as diferenças, há um denominador comum: atender às necessidades de ensino e pesquisa, tornar acessível sua coleção especializada: "As bibliotecas universitárias estão na encruzilhada entre as bibliotecas públicas e escolares, e entre as bibliotecas nacionais e especializadas" (PALLIER, 2010, p. 98, tradução nossa).[4] As bibliotecas universitárias estão assim nessa encruzilhada: aproximam-se das primeiras pela massa de estudantes e adultos em formação que a buscam, e das segundas pela documentação especializada que realizam para os pesquisadores.

Dessa forma, a questão da memória aparece lado a lado com as funções propriamente bibliográficas da biblioteca universitária (de promoção do uso da coleção e apoio à pesquisa e ao ensino), sem que ambas sejam excludentes. Contudo, dada a importância da produção intelectual produzida no espaço universitário, a questão da preservação e da construção da memória cerca-se de uma centralidade no conjunto das atividades e serviços e do próprio papel que a universidade desempenha na sociedade – a memória universitária reveste-se, pois, de uma dimensão de responsabilidade social dentro da construção da memória coletiva (BERGALLI; BEIRAS, 2010).

2 O SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UFMG: ROBUSTEZ E DINAMICIDADE COLETIVAMENTE REFERENCIADAS

2.1 Alguns apontamentos de cunho histórico

Para abordar a história de formação do que hoje se configura como o Sistema de Bibliotecas da UFMG, cumpre, preliminarmente, retomar algumas passagens da própria constituição da Universidade. Sobretudo porque o processo de formação do Sistema ocorreu em concomitância à formatação e ao desenvolvimento da Instituição universitária. Em 1927,

[4] "Les bibliothèques universitaires se trouvent à la charnière entre les bibliothèques publiques et scolaires et les bibliothèques nationales et spécialisées".

> a Universidade Federal de Minas Gerais (então Universidade de Minas Gerais) reuniu diversas Faculdades e Escolas já existentes, localizadas em edifícios próprios, situados nos mais diversos bairros da cidade de Belo Horizonte. Estas unidades, assim como outras posteriormente criadas, possuíam suas próprias bibliotecas, diretamente subordinadas aos respectivos diretores, com orçamentos independentes e conseguiram reunir vultosos acervos, de excelente qualidade. (LIMA, BARROS, CASTELLO BRANCO, 1972, p. 125)

Em 1949, ocorre a federalização da Universidade. Com a Reforma Universitária de 1968, a instituição passa por alteração estrutural. Desse elenco de medidas, destaca-se a Coordenação de Bibliotecas Universitárias, criada com o objetivo de coordenar tecnicamente as bibliotecas da UFMG, a fim de normatizar os processos técnicos de formação, organização e utilização do patrimônio bibliográfico da Universidade.[5]

Transcorridos quatro anos, observa-se a aprovação do *Plano de Reestruturação do Estatuto e Regimento da Universidade*, que altera a denominação da Coordenação de Bibliotecas Universitárias para Biblioteca Universitária (BU) e determina que caberá à BU, por meio de uma política global, planejar e centralizar as atividades das bibliotecas das unidades acadêmicas e administrativas.

No ano de 1976, dá-se o movimento de centralização, na BU, da dotação orçamentária para aquisição de material bibliográfico. Nesse mesmo ano é expedida a *Portaria nº 1.292*, que estabeleceu a vinculação técnica e administrativa das bibliotecas da Universidade.

Fato marcante é a construção, em 1980, do prédio da Biblioteca Central, no *campus* da Pampulha, que possibilitou a transferência das coleções do Ciclo Básico dos Institutos de Ciências Exatas e Ciências Biológicas e o acervo do Centro de Computação.

Após o período de um ano, o novo prédio é inaugurado e acolhe, em suas instalações, a estrutura administrativa da BU. O ano de 1981 também registra a centralização dos serviços de processamento técnico e aquisição para todas as bibliote-

[5] Para esta seção, de grande valia foram informações disponibilizadas no sítio eletrônico do Sistema, especificamente na aba "Histórico".

cas setoriais. Desse período também é a primeira versão do *Regimento da Biblioteca Universitária*.

Nos primeiros anos da década de 1980, descentraliza-se o processamento técnico. Revoga-se a *Portaria nº 1.292* e desvinculam-se administrativamente as bibliotecas setoriais da Direção da BU. Todavia, é mantida sua vinculação para as questões de natureza técnica. Manteve-se centralizada na Biblioteca Universitária apenas a aquisição de material bibliográfico.

Em 1994, é inaugurado o

> Posto de Serviço Antares, o qual prestava serviço de acesso aos recursos informacionais da Internet. Exemplo: acesso a bases de dados via gopher ou web como também em CD-Rom (Centros Distribuidores como BIREME, IBICT, etc.), correio eletrônico, Telnet, File Transfer Protocolo (FTP) e outros. Esse Posto de Serviço faz parte da Rede de Serviços de Informação em Ciência e Tecnologia – Rede Antares – que é coordenada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Esse serviço representa, para o Sistema de Bibliotecas da UFMG, o marco inicial para o acesso às fontes de informação disponibilizadas em bases de dados no formato eletrônico e traz uma mudança no acesso à informação científico-tecnológica. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2014b)

No que diz respeito a sistemas informáticos para automação das bibliotecas, em 1996, cumpre destacar a aquisição do programa *Virginia Tech Library System* (VTLS), que impactou consideravelmente o Sistema, uma vez que promoveu a integração em rede das 28 bibliotecas setoriais, tendo deixado de utilizar o "CDS/ISIS – como gerenciador de bases de dados bibliográficas, acoplado ao EMP" (MANGUE, 2007, p. 165).

Em meados de 2003, exigências administrativas e necessidades técnicas do próprio Sistema de Bibliotecas oriundas dos avanços na oferta de serviços e produtos biblioteconômicos emblematizaram-se na adoção de novo *software.* A migração para o Pergamum, desenvolvido por massa crítica brasileira, otimizou a qualidade das atividades e, ao mesmo tempo, o investimento em novo parque tecnológico computacional.

Passados 24 anos de sua primeira versão, por meio da *Resolução nº 02*, de 03 de novembro de 2005, do Conselho Universitário da UFMG, é aprovado o novo *Regimento da Biblioteca Universitária do Sistema de Bibliotecas da UFMG*, elaborado pelo Conselho Diretor da BU e amplamente discutido com a comunidade universitária.

De acordo com o *Relatório Anual do Sistema de Bibliotecas da UFMG* de 2012 (UFMG, 2012), o Sistema possui por volta de 1.000.000 de exemplares, cerca de 18.000 títulos de periódicos, aproximadamente 153.000 usuários inscritos e realizou por em torno de 780.000 empréstimos de material, naquele ano.

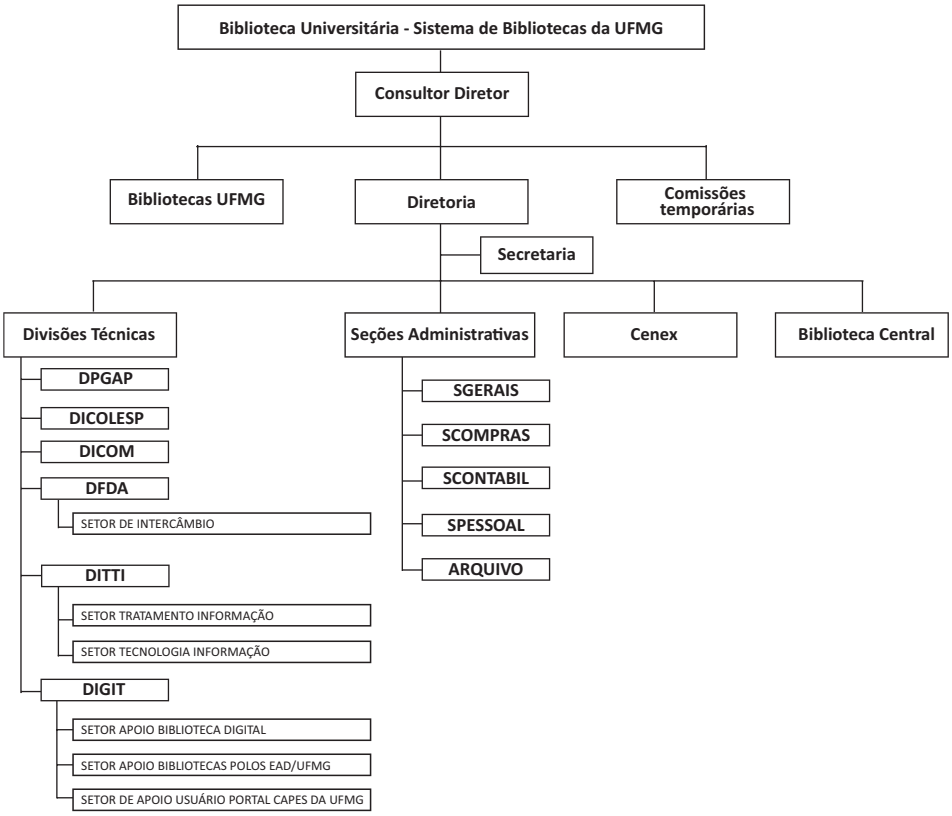
É interessante sublinhar o esforço realizado para dimensionar a força de trabalho lotada no Sistema. Tal exercício esteve a cargo da Comissão constituída especificamente para esse fim via *Portaria nº 004*, de 24 de março de 2014, pela Diretoria da BU. O resultado desse trabalho consolida-se no documento *Dimensionamento de Recursos Humanos para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais*. Dele destaca-se o quantitativo de bibliotecários atuando no Sistema, que atinge o montante de 129 profissionais e 125 assistentes e auxiliares administrativos. À equipe somam-se bolsistas, menores da Cruz Vermelha, voluntários e outros, perfazendo um total de aproximadamente 430 pessoas.

Por fim, parece relevante registrar as várias administrações que foram responsáveis por nortear o funcionamento do Sistema, entre servidores técnico-administrativos em educação e docentes. Para tanto, foram consultados os arquivos do Centro de Memória do Sistema, localizado em sala específica no quarto andar da Biblioteca Central. Em levantamento realizado nessa documentação, podem ser citados, pelo menos, os seguintes gestores: Marília Júnia Gardini, Marízia Fiúza, Ângela Lage, Paulo da Terra Caldeira, Maria Augusta da Nóbrega Cesarino, Maria Helena de Sá Barreto, Júlia Gonçalves da Silveira, Shirley Maciel da Silva, Simone Aparecida dos Santos, Maria Elizabeth de Oliveira da Costa, Rosemary Tófani Motta, Belkiz Inez Rezende Costa, Anália das Graças Gandini Pontelo e Wellington Marçal de Carvalho.

2.2 Breve notícia acerca da estrutura organizacional e normativas balizadoras

De acordo com o *Regimento* aprovado pela *Resolução nº 02*, de 03 de novembro de 2005, do Conselho Universitário da UFMG, o Sistema de Bibliotecas em sua estrutura organizacional é integrado pelo Conselho Diretor; pela Diretoria da Biblioteca Universitária – Sistema de Bibliotecas e suas Divisões Técnicas e Seções Administrativas; pelas Bibliotecas da UFMG e pelas Comissões Temporárias. A figura a seguir apresenta o organograma da Biblioteca Universitária/Sistema de Bibliotecas da UFMG (BU/SB-UFMG).

Figura 1. Organograma da BU/SB-UFMG



Fonte: <https://www.bu.ufmg.br/images/apresentacoesppt/organograma%20sb%20ufmg.pdf>.

A Biblioteca Universitária/Sistema de Bibliotecas da UFMG é Órgão Suplementar vinculado à Reitoria, nos termos do *Estatuto da UFMG* em vigor. É tecnicamente responsável pelo provimento de informações necessárias às atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade. É responsável pela coordenação, administração e divulgação dos recursos informacionais das Bibliotecas da UFMG.

O Conselho Diretor, órgão de deliberação superior, é responsável por: definir a política de gestão da BU/SB-UFMG; elaborar lista tríplice para escolha, pelo Reitor, do Diretor e do Vice-Diretor da BU/SB-UFMG; propor e aprovar a criação, a fusão, o desdobramento ou a supressão de Bibliotecas da UFMG, Divisões Técnicas e Seções Administrativas vinculadas à Diretoria da BU/SB-UFMG; aprovar a previsão orçamentária da BU/SB-UFMG; propor a política de recursos humanos, em especial a

lotação e a relotação de bibliotecários, e o plano de capacitação da BU/SB-UFMG, de comum acordo com a Pró-Reitoria de Recursos Humanos; criar Comissões Temporárias para subsidiar demandas específicas.

Como demonstrado no organograma, a BU é assessorada por divisões técnicas e administrativas. Encaminha-se, então, breve apresentação sobre cada uma.

A Divisão de Inovação e Gestão Tecnológica (DIGIT) é composta: pelo Setor de Apoio à Biblioteca Digital, que tem por objeto disponibilizar via *Web* a produção científica oriunda dos programas de pós-graduação da Universidade; pelo Setor de Apoio ao Portal de Periódicos da Capes na UFMG, criado com o objetivo de otimizar e intermediar as demandas de pesquisadores, professores, bibliotecários e alunos no acesso ao Portal de Periódicos da Capes e, também oferecer, de forma contínua para a comunidade acadêmica da UFMG e externa, programas de capacitação no uso de recursos disponíveis no Portal; e pelo Setor de Apoio às Bibliotecas dos Polos de Educação a Distância, que objetiva auxiliar e assessorar as bibliotecas dos polos da Universidade Aberta do Brasil nos quais a UFMG ofereça cursos, criando diretrizes e normatizações, bem como disponibilizar os produtos e serviços informacionais necessários aos alunos dessa modalidade de ensino.

A Divisão de Tratamento e Tecnologia da Informação (DITTI) foi criada para questões relacionadas à orientação, ao controle e ao suporte no que diz respeito ao tratamento da informação e busca oferecer as condições necessárias para o funcionamento, uso adequado e suporte operacional ao Pergamum adotado pelo SB/UFMG, além de executar atividades de suporte de rede e *hardware* no âmbito do prédio da Biblioteca Central.

A Divisão de Comunicação (DICOM) é responsável pelas atividades de assessoria de comunicação do SB/UFMG e, entre as suas principais linhas de trabalho, figuram estratégias com o intuito de dar visibilidade a atividades, produtos e serviços prestados pelas bibliotecas.

A Divisão de Formação e Desenvolvimento do Acervo (DFDA) é responsável pelo controle patrimonial do acervo do SB/UFMG, pelo controle da aquisição de periódicos assinados por meio da Diretoria da BU, bem como pelo suporte à realização do inventário anual. Em sua estrutura, abriga o Setor de Intercâmbio, que atua no recebimento de doações de material bibliográfico para as bibliotecas da UFMG, e na realização de doações para bibliotecas externas à Universidade.

A Divisão de Planejamento, Gestão e Apoio a Projetos (DPGAP) objetiva apoiar a Diretoria da BU no desempenho de atividades relacionadas a planejamento, gestão de informação, elaboração de projetos e melhoria de processos.

A Divisão de Coleções Especiais (DICOLESP) é composta por um acervo estruturado em três grupos: Memória Intelectual da UFMG, Obras Raras e Coleções Especiais, objetos de outro capítulo da presente obra, motivo pelo qual não serão aqui fornecidos mais detalhes a respeito.

O Centro de Extensão (CENEX/BU) atua no planejamento, coordenação e estabelecimento de parcerias, executando e divulgando programas, projetos, serviços e atividades, procurando articular suas ações com base nos princípios da extensão universitária da UFMG.

As Bibliotecas da UFMG vinculam-se, tecnicamente, à BU/SB-UFMG. A Biblioteca Central vincula-se administrativamente à Diretoria da Biblioteca Universitária – Sistema de Bibliotecas da UFMG.

As Bibliotecas da UFMG vinculam-se, administrativamente, às Diretorias das respectivas Unidades Acadêmicas, Unidades Especiais ou Órgãos Suplementares. Cada uma das Bibliotecas da UFMG tem seu funcionamento previsto em regulamento próprio, aprovado pela Congregação da respectiva Unidade Acadêmica, ou, quando for o caso, pelo Órgão Colegiado Superior, com base no *Regimento*.

Atualmente, o Sistema conta com 25 bibliotecas

> nas áreas de Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharia, Ciência da Saúde e Linguística, Letras e Artes, além das bibliotecas vinculadas às Unidades Especiais e atividades de extensão, cultura e lazer, assim discriminadas: Bibliotecas do Colégio Técnico, Centro Pedagógico e do Museu de História Natural e Jardim Botânico. Integram também o SB/UFMG o Carro-Biblioteca, vinculado ao Centro de Extensão da Escola de Ciência da Informação, a Biblioteca do Instituto Casa da Glória em Diamantina, vinculada ao Instituto de Geociências, e as Coleções Especiais vinculadas à Biblioteca Universitária. (UFMG, 2012, p. 5)

As Bibliotecas da UFMG são assessoradas por Comissões de Bibliotecas presididas pelo Chefe da Biblioteca.

Segundo a *Carta de Serviços ao Cidadão da UFMG*, e ratificado no Plano de desenvolvimento institucional 2013-2017, a missão do Sistema de Bibliotecas é "prestar serviços de informação técnico-científica que ultrapassem as expectativas da comunidade acadêmica, sustentando e colaborando com a UFMG para que ela permaneça dentre as mais bem conceituadas universidades do país" (UFMG, 2014e).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. Mediação da informação e múltiplas linguagens. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009.

ALMEIDA, M. C. B. *Planejamento de bibliotecas e serviços de informação*. Brasília: Briquet de Lemos, 2005.

AMAT I NOGUERA, N. *La biblioteca*: tratado general sobre su organización, técnicas y utilización. Barcelona: Scripta, 1982.

BERGALLI, R.; BEIRAS, I. (Org.). *Memoria colectiva como deber social*. Rubi: Anthropos; Barcelona: OSPDH, 2010.

FONSECA, E. *Introdução à biblioteconomia*. São Paulo: Pioneira, 2007.

LANKES, D. *The atlas of new librarianship*. Cambridge: MIT Press, 2011.

LASSO DE LA VEGA, J. *Manual de biblioteconomia*: organización tecnica y cientifica de las bibliotecas. Madri: Mayfe, 1952.

LIMA, Etelvina; BARROS, Márcio Pinto de; BANCO, Alípio Pires Castello. Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 125-131, set. 1972.

MANGUE, Manuel Valente. *Consolidação do processo de informatização em sistemas de bibliotecas universitárias na África do Sul, Brasil e Moçambique*. 2007. 307 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2007.

MONTESPERELLI, P. *Sociología de la memoria*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2004.

ORTEGA Y GASSET, J. A missão do bibliotecário. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

PALLIER, D. *Les bibliothèques*. Paris: PUF, 2010.

RANGANATHAN, Shyiali Ramamrita. *As cinco leis da biblioteconomia*. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

SHERA, J. *Los fundamentos de la educación bibliotecológica*. México: UNAM, 1990.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Conselho Universitário. *Resolução n. 4/99*, de 4 de março de 1999. Aprova o novo Estatuto da Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <https://www2.ufmg.br/sods/Sods/Sobre-a-UFMG/Estatuto>. Acesso em: 16 out. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Coordenação de Ensino e Pesquisa (CEPE). *Resolução n. 02*, de 23 de fevereiro de 2010. Dispõe sobre o acolhimento de Acer-

vos Especiais pela Biblioteca Universitária – Sistema de Bibliotecas da UFMG. Disponível em: <https://www.bu.ufmg.br/images/apresentacoesppt/resoluo02-2010.pdf>. Acesso em: 15 out. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Biblioteca Universitária. *Relatório Anual do Sistema de Bibliotecas da UFMG* – 2012. Belo Horizonte: UFMG/Biblioteca Universitária, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Biblioteca Universitária. *Dimensionamento de recursos humanos para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais*: relatório final. Belo Horizonte: UFMG/Biblioteca Universitária, 2014a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Biblioteca Universitária. *Informações*. Disponível em: <https://www.bu.ufmg.br/inicio>. Acesso em: 15 out. 2014b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Biblioteca Universitária. *Portaria n. 004*, de 24 de março de 2014. Constitui Comissão de Dimensionamento do Sistema de Bibliotecas da UFMG. Belo Horizonte: UFMG/Biblioteca Universitária, 2014c.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Planejamento. *Carta de serviços ao cidadão*. Disponível em: <https://www2.ufmg.br/proplan/proplan/ORDENADOR-DE-DESPESAS-GESTOR-FINANCEIRO/Servicos/Gestao-da-Informacao/Carta-de-Servicos-ao-Cidadao>. Acesso em: 16 out. 2014d.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Planejamento. *Plano de Desenvolvimento Institucional*: 2013-2017. Disponível em: <https://www.ufmg.br/conheca/pdi_ufmg.pdf>. Acesso em: 16 out. 2014e.

Arquivos institucionais e memória da Universidade Federal de Minas Gerais: um estudo dos arquivos de arquitetura

Silvana Santos
Renato Venâncio

Arquivos são compostos por informações registradas, com significado próprio, geradas e estruturadas por processos de trabalho, funcionalmente inter-relacionados. Documentos arquivísticos são diferenciados de outros documentos pelos motivos de sua criação. Têm em comum o fato de que estão vinculados aos processos de trabalho pelos quais foram gerados.1 Por isso mesmo, pode-se afirmar que os registros documentais arquivísticos não são coletados artificialmente, mas acumulados em função de objetivos práticos, como provas de direitos e obrigações, assim como são dotados de um elemento de coesão espontânea; em outras palavras, são ligados por um elo estabelecido no momento em que são produzidos, sem o qual não existiriam como tal (DURANTI, 1994).

Nessa perspectiva, os arquivos asseguram que o trabalho seja feito de modo eficiente e efetivo, legítimo e confiável. Além disso, garantem responsabilidade e evidências de decisões tomadas, permitindo avaliar a realização e a efetivação das ações e transações de indivíduos, comunidades e organizações. Em suma, os documentos

[1] Um processo de trabalho é uma cadeia de atividades conexas, direcionadas a um objetivo específico, que é a razão da existência, ou a missão, do produtor dos documentos, assim como estabelece os vínculos que tornam os arquivos um todo coerente (THOMASSEM, 2006, p. 6-7).

arquivísticos desempenham um papel ativo, registram as relações orgânicas e funcionais da organização, comunidade ou pessoa que os produziu, e, também, interferem nas relações técnicas, científicas, socioeconômicas e culturais, pois identificam-se como representativos de sua história e identidade.

O presente texto tem por objetivo explorar, a partir dessa perspectiva, os acervos referentes à construção física da UFMG. Nossa intenção é problematizar a relação entre arquivo e memória. Partimos do pressuposto de que os "arquivos" são registros com as características acima apontadas, ao passo que a "memória" consiste em uma reconstrução problematizada do que não mais existe, ou seja, consiste em elaborar e reelaborar uma experiência histórica, estruturando uma narrativa a partir dela (NORA, 1993).

Os arquivos não são originalmente gerados com o objetivo da produção de memórias. Conforme mencionamos acima, a documentação arquivística regula obrigações e direitos e sua forma de acumulação relaciona-se à dinâmica administrativa e funcional das instituições. Não obstante, uma vez constituídos, os arquivos servem de base para a construção de narrativas históricas, que elaboram ou reelaboram a memória de um indivíduo, de uma instituição ou de uma comunidade.

Existem ainda outras dimensões diferenciadoras dos dois conceitos, pois

> [...] os documentos de arquivo não são representações da memória coletiva, e as instituições arquivísticas não são depósitos de memória coletiva. Ao contrário, os arquivos são fontes para a potencial descoberta ou recuperação de memórias que haviam sido perdidas. Uma vantagem particular que os arquivos possuem enquanto veículos da memória coletiva (além de sua persistência) é que eles podem permanecer insuspeitados e imperturbáveis enquanto as memórias individuais se esvaem, enquanto a memória coletiva é reconfigurada, ou até mesmo enquanto existem esforços conscientes de se apagar a memória. Os arquivos talvez tenham seu máximo valor não quando a memória coletiva persiste, mas quando eles oferecem as únicas fontes de informação sobre acontecimentos, eventos e idéias há muito esquecidos, conhecidos por rumores, mas não por provas, ou reprimidos e mantidos em segredo. Em vez de afirmarem que os arquivos de uma nação são sua memória, ou que, sem o arquivo, não haveria memória, os arquivistas poderão se beneficiar de uma melhor compreensão de como os arquivos são mobilizados para a descoberta ou recuperação de provas, de evidências que estavam perdidas ou negadas a comunidades em busca de memória. (HEDSTROM, 2010, p. 176)

Nas próximas páginas, apresentaremos o exemplo de um arquivo composto por dezenas de milhares de itens documentais, que permitem contar a história de como a UFMG foi concebida do ponto de vista de suas estruturas físicas, principalmente suas edificações e seu *campus* universitário.

Cabe uma vez mais repetir que os desenhos arquitetônicos e de engenharia e as fotografias que compõem esse acervo não foram deliberadamente reunidos com o objetivo da escrita da história, porém consistem em precioso acervo e facultam fontes para essa escrita.

No sentido de melhor compreender essa questão, apresentaremos, a seguir, conceitos fundamentais relacionados aos arquivos de arquitetura.

ARQUIVOS DE ARQUITETURA

Um arquivo de arquitetura pode ser entendido como um conjunto de documentos produzidos no transcorrer da elaboração de um projeto de uma edificação, assim como aqueles que documentam a construção dela. Esse tipo de acervo é formado, principalmente, por plantas, desenhos, fotografias, maquetes, assim como por documentos textuais (contratos, anúncios, reportagens, depoimentos, inventários), que compõem um contexto a ser analisado e interpretado.

O projeto arquitetônico, em todas as suas etapas – o estudo preliminar, o anteprojeto e o projeto de execução –, é a dimensão mais conhecida da produção dessa área profissional. Trata-se geralmente de um conjunto de itens, que se configuram em um dossiê, composto por documentos distintos: desenhos de plantas baixas, cortes, fachadas, detalhes, assim como maquetes, fotografias (da situação atual do terreno, da evolução da construção etc.) e textos (por exemplo, o memorial descritivo) que apresentam, justificam e esclarecem aspectos da representação gráfica da edificação.

Como é possível perceber, os projetos arquitetônicos possuem, em geral, uma estrutura documental que abrange diferentes códigos de linguagem e tipos de representação. Além disso, é comum esses documentos apresentarem múltiplos suportes, frágeis, do ponto de vista físico-químico, ou tecnologicamente voláteis em razão da constante evolução tecnológica.

Alguns autores entendem que a constituição de um arquivo de arquitetura compreende a documentação relacionada à informação descritiva das edificações e dos monumentos

> históricos ou de interesse patrimonial, que inclui, além da informação descritiva – a sua história, o estilo, o ano de construção, entre outros dados – o levantamento preciso da sua geometria, sejam eles ambientes interiores ou fachadas, e o registro do seu estado de conservação atual. (SANTOS, Z., 2003, p. 27-29)

A formação desses acervos é importante, pois servem não só na construção, como também por ocasião de reformas ou restaurações das edificações (SANTOS, Z., 2003, p. 27-29). No entanto, nem todos os autores concordam com a utilização do termo *arquivos de arquitetura* (BLANCO, 2004, p. 59), aceitando essa conceituação apenas para arquivos pessoais de arquitetos. A razão dessa restrição decorre de uma característica dos documentos de arquivo anunciada no início deste texto: *a organicidade*. Em outras palavras, dificilmente entenderemos os significados dos registros de arquitetura se não forem preservados os nexos entre os documentos gráficos e os registros textuais que os contextualizam (HILDESHEIMER, 1986, p. 2).

O acesso a esses registros também tem uma característica própria, pois se configura uma área sensível, com "obstáculos impostos pela necessidade imperiosa de proteger direitos de propriedade intelectual, de privacidade e de garantir a segurança dos bens e dos seus proprietários". Cabe ainda lembrar que esses registros, além do valor funcional, informativo e probatório, podem "ser relevantes do ponto de vista artístico", o que sem dúvida os torna muito mais valorizado financeiramente (CASTRIOTA, 2010, p. 119).

Independentemente da perspectiva adotada, pode-se considerar que os registros arquitetônicos documentam os objetos arquitetônicos ou as atividades e os agentes que sobre eles incidem. Os acervos assim constituídos têm expressivo valor como testemunho de uma época e de uma cultura, podendo ser considerados um dos patrimônios documentais mais significativos, uma vez que representam vestígios das concepções de edificações existentes ou já destruídas, constituindo uma importante fonte de investigação para estudantes e profissionais da área de Arquitetura e Urbanismo (GONZÁLEZ FRANCO, 2004). Essa dimensão dos registros arquitetônicos "é percebida como uma crônica do ambiente construído pela humanidade" (ICA, 2000, p. 9) e a sua preservação, nos *arquivos de arquitetura*, é decisiva para a preservação da memória social, cultural de uma sociedade, considerando-se a complexidade e a durabilidade da informação "e a sua incomparável força probatória e testemunhal" (VIEIRA, 2010, p.15).

Os documentos assim gerados dão suporte às atividades administrativas, técnicas e científicas, assim como são objetos de valor cultural, dando apoio a atividades educativas e a processos identitários de organizações, comunidades e indivíduos. Entretanto, na maioria das vezes, os arquivos de arquitetura ainda não estão inseridos em contextos informacionais, nem são objeto de gestão e de procedimentos técnicos arquivísticos que viabilizem esse potencial de utilização (VIEIRA, 2010).

Trata-se de uma debilidade quase sempre decorrente da ausência de uma política de arquivos nas instituições. Como é sabido, os documentos de arquitetura são um recurso vital tanto para os profissionais, como para os historiadores e para a comunidade em geral. A gestão dos registros e dos arquivos de arquitetura – além dos fatores intrínsecos e extrínsecos necessários à implantação de um arquivo[2] – tem que considerar algumas especificidades de uso e de acesso, assim como as características físicas que demandam aspectos próprios de cuidado e manuseio, tornando o processo de avaliação, tratamento e preservação desses registros de difícil execução.

A seguir, apresentaremos aspectos da evolução do *Campus* da UFMG, sublinhando a potencialidade de pesquisa do acervo em questão.

CAMPUS DA UFMG: OS REGISTROS DA MEMÓRIA

A Lei Estadual nº 895, de 10 de setembro de 1925, promulgada pelo governador Fernando de Melo Viana, é um dos marcos fundadores da atual UFMG. Tal legislação recomendava a fusão dos estabelecimentos de ensino superior – então existentes na capital de Minas Gerais –, dando origem a uma universidade.

Não demorou muito para que outros marcos normativos delineassem com mais clareza os contornos dessa proposta. Em 07 de setembro de 1927, o governador Antônio Carlos Ribeiro de Andrada promulgou a Lei nº 956, criando a Universidade de Minas Gerais (UMG), entidade privada, mas subsidiada pelo governo estadual, a partir da reunião de quatro institutos de ensino superior existentes em Belo Horizonte: Faculdade de Direito (criada em 1892, em Ouro Preto e transferida para Belo Horizonte em 1898),[3]

[2] Envolvendo várias atividades, como, por exemplo, tratamento (organização e avaliação), armazenamento adequado, disponibilização e divulgação de informações sobre as edificações, para os mais variados fins.

[3] O governo estadual primeiramente tentou transferir a sede da Escola de Minas, localizada em Ouro Preto, para Belo Horizonte, mas não conseguiu implementar essa mudança proposta, talvez pela forte concorrência

Faculdade de Medicina e Escola de Engenharia (criadas em 1911) e a Escola Livre de Odontologia e Farmácia (criada como Escola Livre de Odontologia em 1907 e ampliada com a incorporação do Curso de Farmácia, criado em 1911) (MORAES, 1971).

A UMG permaneceu como instituição estadual até 17 de dezembro de 1949, quando foi federalizada. Nessa época, já haviam sido integradas, à estrutura da Universidade, a Escola de Arquitetura (fundada em 1930), a Faculdade de Filosofia (fundada em 1939) e a Faculdade de Ciências Econômicas (fundada em 1941). O nome atual – Universidade Federal de Minas Gerais – só foi adotado em 1965. Até essa última data, a UMG apresentou uma considerável expansão e diversificação, criando e incorporando cursos e unidades: Escola de Enfermagem (1950), Escola de Veterinária (1961), Conservatório Mineiro de Música (1962) – atual Escola de Música –, Escola de Biblioteconomia (1963) – atual Escola de Ciência da Informação –, Escola de Belas Artes (1963) e Escola de Educação Física (1969) – hoje Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

Em 1967, com a aprovação de seu Plano de Reestruturação e, no ano seguinte, com a implantação da Reforma Universitária, a Universidade sofreu profunda alteração orgânica, principalmente no que se refere à estrutura do sistema de ensino. É dessa época a criação dos Ciclos Básicos de Ciências Biológicas e Ciências Exatas, que surgiram com a fundação dos Institutos de Ciências Biológicas (ICB) e de Ciências Exatas (ICEx), em 1968, a partir do desmembramento da Faculdade de Filosofia. O desmembramento dessa unidade, além da criação do ICB e do ICEx, deu origem ao Instituto de Geociências (IGC) e às Faculdades de Educação e de Letras.

Em sua estrutura atual, a UFMG também conta com o *campus* da Saúde, localizado na área hospitalar da cidade, onde funcionam a Faculdade de Medicina, a Escola de Enfermagem e o Hospital das Clínicas (que compreende os Hospitais São Geraldo, Borges da Costa, São Vicente de Paulo e ambulatórios em várias especialidades). A Universidade possui, ainda, outras unidades acadêmicas espalhadas pela cidade: Escola de Arquitetura, Faculdade de Direito, Hospital Universitário (Risoleta Tolentino Neves), Museu de História Natural e Jardim Botânico, Centro Cultural, bem como unidades acadêmicas em Montes Claros e Diamantina e unidades cultu-

da cidade de Barbacena, cuja elite política local também reivindicou essa transferência. Ver: Escola de Minas. *Minas Gerais*, 12 out. 1927. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/gravata_brtdocs/photo.php?lid=9121>. Acesso em: 31 ago. 2014.

rais em Tiradentes. Em sua infraestrutura global, a Universidade possui mais de mil laboratórios e salas de aulas práticas, duas fazendas experimentais (uma modelo em Pedro Leopoldo e uma experimental em Igarapé) e biotérios.

Essa expansão dependeu de um planejamento físico-territorial. Tal processo teve início, ainda em 1927, com a criação de sua sede provisória, localizada na Faculdade de Direito. Nessa mesma época, foi prevista a incorporação do quarteirão 45, da 6ª seção urbana de Belo Horizonte, localizado no bairro Santa Efigênia, entre a Avenida Bernardo Monteiro e as Ruas Padre Marinho, Ceará e dos Otoni.

De acordo com o planejamento inicial, a ocupação desses espaços facilitaria o acesso e a comunicação entre as unidades universitárias (DIAS, 1997). Em seu discurso inaugural como Reitor, o Professor Francisco Mendes Pimentel expôs as condições de implantação da Universidade, apresentando seus planos e insistindo no significado da integração das unidades e no valor da autonomia. Integração era um objetivo central para o primeiro reitor: entre docentes, alunos e ex-alunos; e entre as quatro escolas, tanto em relação à constituição legal de instrumentos e associação de apoios, de expedientes simbólicos (como a abertura e o encerramento letivos), como também de mecanismos que possibilitassem a reunião espacial de todas as suas unidades componentes naquele momento (DIAS, 1997).

Em aula inaugural de 1928, Mendes Pimentel sublinhou a importância da integração espacial das unidades, que na época constituíam a UMG:

> A Universidade de Minas Gerais inicia seu primeiro ano letivo mal aparelhada materialmente, para que possa trabalhar com êxito. Ainda não temos sede própria. Somos ainda quase uma abstração. Falta-nos o lar universitário. Precisamos de edifício, onde diariamente nos encontremos professores e alunos de todos os nossos cursos para atar e cultivar as relações que nos vinculam como membros de uma família indissolúvel. De acomodações para a biblioteca [...] tão necessária para toda a universidade como o giz e a pedra para a aula de cálculo ou como o laboratório para o ensino de química. De salões onde se façam conferências públicas e se realizem cursos populares. Enfim, do *ubi* universitário, resumo e representação de toda atividade escolar. (PIMENTEL, 1953, p. 163)

Em 1929, foi publicado edital de concurso de anteprojetos arquitetônicos para a construção de uma sede da Universidade. Entretanto, após a realização do concurso, o governo estadual alterou a proposta inicial e, em vez de uma sede isolada, a

proposta foi a construção de um conjunto arquitetônico denominado *Cidade Universitária*. Para efetivação desse plano, a administração central assinou contrato com o escritório do engenheiro Eduardo de Vasconcellos Pederneiras.

Nessa época, o governo estadual optou pela desapropriação de 35 quarteirões nos bairros de Lourdes e Santo Agostinho (cerca de 500.000,00 m²). Conforme é possível perceber na Figura 1, tais iniciativas começam a dar origem ao acervo arquitetônico da UFMG. Enquanto registro da memória, tal documento apresenta um interesse adicional: a história de uma instituição não se restringe ao que se efetivou concretamente, como também inclui os projetos, perspectivas e planos imaginados, mas nem sempre implementados.

Em outras palavras, a proposta em questão, embora esboçada, não se efetivou. A crise econômica da época, com forte impacto negativo no orçamento estadual, parece ter inviabilizado a iniciativa. Ademais, os conflitos militares registrados em 1930 acrescentaram ainda mais problemas a esse quadro. Nessa data, registra-se até mesmo o Decreto Estadual nº 9.762, fechando "a Universidade de Minas Gerais, por tanto tempo quanto o exigirem a ordem e a segurança pública" –, medida revogada nesse mesmo ano.[4] Em razão desse quadro, em 1932, é reincidido o contrato firmado com o escritório de Eduardo Pederneiras, ficando este responsável apenas pelos projetos da Faculdade de Medicina e do Hospital das Clínicas (MORAIS, 2013).

Como se vê, a década de 1930 foi marcada pela precariedade orçamentária da Universidade de Minas Gerais. Em busca de recursos, a administração estadual chegou a homologar uma "loteria", com fins de angariar recursos para o ensino superior. No Decreto-Lei nº 165, é previsto: "Art. 2º - Dos lucros líquidos, anualmente, verificados, serão atribuídos: a) Cr$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil cruzeiros), a Universidade de Minas Gerais, destinando-se, especialmente, Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) a aquisição de livros para a biblioteca".[5]

Não obstante essas dificuldades, em 1937, é retomada uma vez mais a proposta da construção de um *campus* no espaço urbano. Em 06 de abril do referido ano, o jornal *Minas Gerais*, órgão da imprensa oficial, noticia:

[4] Decreto nº 9.762, de 18 de novembro de 1930. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=9762&comp=&ano=1930>. Acesso em: 31 ago. 2014.

[5] Decreto-Lei nº 165, de 10 de janeiro de 1939. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEL&num=165&comp=&ano=1939>. Acesso em: 31 ago. 2014.

> A construção da Cidade Universitária. Iniciadas, ontem, as obras de prolongamento da rua Pernambuco [...]
> O Sr. Governador Benedito Valadares recebeu ontem em Pará de Minas, o seguinte radio, assinado pelo Dr. Otacílio Negrão de Lima prefeito da Capital:
> Tenho o prazer de comunicar eminente amigo que assinalando o transcurso do segundo ano de seu governo, tiveram início, hoje, as obras de prolongamento da rua Pernambuco, de acordo com o plano de construção da Cidade Universitária.[6]

Essa iniciativa, contudo, também foi malograda. Na década de 1940, reiniciam-se as propostas de instalação de uma cidade universitária, mas não mais na área urbana central. Nessa época, Belo Horizonte encontrava-se em um contexto diferente daquele registrado na criação da UMG: a população municipal local havia aumentado em 400% em relação à década de 1920, cifra que, por sinal, não foi registrada na mesma intensidade nas décadas subsequentes (Tabela 1) (DUARTE, 2009, p. 33).

Tabela 1: População do município de Belo Horizonte, 1920-1970

Município	1920	1940	1950	1960	1970
Belo Horizonte	55.563	211.377	352.724	693.328	1.235 030

Fonte: *População dos municípios brasileiros*. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 25 ago. 2014.

[6] A construção da Cidade Universitária. Iniciadas, ontem, as obras do prolongamento da rua Pernambuco. *Minas Gerais*, 06 abr. 1937. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/gravata_brtdocs/photo.php?lid=6767>. Acesso em: 31 ago. 2014.

Figura 1. Quarteirões desapropriados nos bairros de Lourdes e Santo Antônio para Construção da Cidade Universitária, c. 1927

Fonte: Departamento de Projetos da Pró-Reitoria de Administração da UFMG.

Não é difícil imaginar os efeitos desse crescimento acelerado: o espaço urbano torna-se alvo de uma disputa acirrada, elevando o preço dos terrenos e inviabilizando grandes desapropriações nas áreas centrais. Não por acaso, na referida data, foi desapropriada – e incorporada ao patrimônio da Universidade – uma grande área na região da Pampulha, a antiga Fazenda Dalva, para que fosse construída a cidade universitária.

Paradoxalmente, contudo, a escolha de uma área rural refletia uma proposta de modernidade, vanguardismo e sofisticação (DUARTE, 2009, p. 33). Em outras palavras, em vez de a Universidade adaptar-se aos espaços urbanos já existentes, a escolha de uma área não ocupada possibilitaria o completo planejamento, com a formação do *campus* universitário ideal.

Essa busca de modernidade também se refletiu em novas estruturas administrativa. Um decreto-lei estadual de 1946, intitulado "Cria e organiza os Serviços de Construção da Cidade Universitária", autoriza a contratação de engenheiros e cria uma comissão de edificações. A partir da referida data, é possível reconhecer o surgimento de um setor administrativo voltado para o acompanhamento da construção de prédios e instalações na UMG. Eis o que afirma o texto legal:

> Art. 3º - Compete ao Engenheiro Chefe:
> a) Dirigir e fiscalizar, pessoalmente e por intermédio de seus auxiliares, os trabalhos de construção da cidade;
> b) tomar parte nas reuniões da Comissão de Construção;
> c) propor à Comissão de Construção o quadro do pessoal necessário à execução das obras e os vencimentos e salários respectivos;
> d) estudar as propostas de concorrências e indicar à Comissão de construção as que devem ser aceitas, justificando os motivos da preferência;
> e) organizar as folhas de pagamento e de medições;
> f) requisitar mensalmente à Comissão de construção os pagamentos das despesas realizadas no mês anterior, podendo receber adiantadamente para despesas de pronto pagamento;
> g) apresentar à comissão de construção até o dia 10 de cada mês um relatório dos trabalhos e ocorrências do mês anterior e, no princípio de cada ano, relatório circunstanciado dos mesmos;
> h) expedir e assinar as encomendas de materiais a serem adquiridos no comércio.
> Parágrafo único - O Engenheiro-Chefe perceberá dos cofres do Estado a remuneração que for arbitrada pelo Chefe do Governo.7

Durante as décadas de 1940 e 1970, período em que as universidades nas Américas estavam se reformulando e se estruturando, é consolidado o ideário da "cidade universitária". Na UFMG, o referido período é demarcado por três planos urbanísticos: o Plano Pederneiras (1943-1955), elaborado pelo escritório do engenheiro Eduardo de Vasconcellos Pederneiras; o Plano do Escritório Técnico (1956-1968),

[7] Decreto-Lei nº 1.759, de 11 de junho de 1946. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEL&num=1759&comp=&ano=1946&aba=js_textoOriginal#texto>. Acesso em: 31 ago. 2014.

desenvolvido pela equipe do arquiteto Eduardo Mendes Guimarães Júnior; e o Plano Cordeiro (1968-1975), produzido pelo setor de planejamento físico da Universidade, chefiado pelo arquiteto Alípio Pires Castello Branco e assessorado pelo paisagista Waldemar Cordeiro.

Na Tabela 2, podemos observar um dos resultados dessa mudança. A partir dos anos 1940, a produção documental referente ao planejamento físico da Universidade começa a dar origem a uma tipologia documental variada.

Tabela 2. Estimativas de documentos iconográficos produzidos pelo Departamento de Planejamento e Físico e Projetos da UFMG, 1940-2014

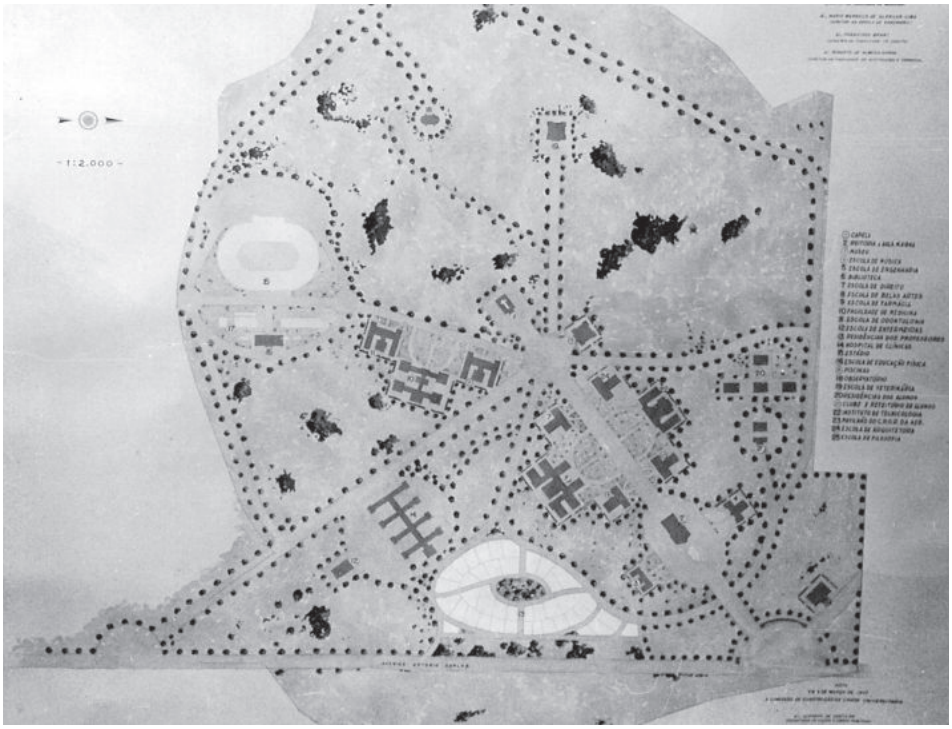
Tipo	Tradicionais	Digitais
Desenhos*	30.000	40.000
Fotografias	20.000	5.000
Total	50.000	45.000

Fonte: Departamento de Planejamento e Físico e Projetos.

* Plantas arquitetônicas e de engenharia.

A Figura 2 ilustra a riqueza desse acervo por meio da imagem da planta do *campus* universitário. Na referida imagem, produzida provavelmente entre 1943 e 1949, constata-se o plano de construção da cidade universitária, na Pampulha. Nessa imagem, observam-se: além da Praça de Esportes e das Casas de Estudantes, a Reitoria, a Biblioteca, a Escola de Direito, a Escola de Engenharia, a Escola de Medicina e Farmácia, a Escola de Odontologia e o Hospital de Clínicas (MORAES, 1971).

Figura 2. Proposta de Eduardo Pederneiras para a Construção da Cidade Universitária (Pampulha), c. 1943-1949



Fonte: Departamento de Projetos da Pró-Reitoria de Administração da UFMG.

No entanto, a modernidade desse planejamento guarda ainda muitos traços que estavam em vias de ser superados. Em razão disso, várias foram as manifestações de descontentamento diante do projeto proposto. Em 1951, o Instituto dos Arquitetos do Brasil lança um manifesto contrário à construção da cidade universitária, no qual, além de inúmeras observações de caráter técnico sobre a adequação do terreno e ao meio ambiente, o texto crítico é permeado por uma série de concepções sobre o que a Universidade deveria representar para a sociedade e qual o papel dos modelos urbanísticos e arquitetônicos nesse quadro (DUARTE, 2009, p. 33).

A maior dificuldade apontada pelo manifesto relacionava-se ao projeto arquitetônico e urbanístico. Segundo o texto desse documento, em uma época em que Minas revolucionara a arquitetura e o urbanismo no Brasil, a Universidade,

> local de onde deveriam surgir movimentos promissores de renovação científica, tecnológica e cultural... deveria obrigatoriamente, afinar-se ao que havia de mais moderno ao invés de se pautar pela estética pseudo-clássica dos prédios hirtos e convencionais propostos no plano original. (MORAES, 1971, p. 162)

Em 1952, Juscelino Kubistchek, então governador de Minas Gerais, escreve uma carta ao Reitor da Universidade solicitando considerar o crescimento do ensino superior no estado e as perspectivas de progresso futuro, assim como questionando o projeto urbanístico proposto para a cidade universitária. O futuro presidente sublinhava que, tendo em vista a construção da Pampulha, "a cidade universitária devia, necessariamente, obedecer às linhas da arquitetura moderna" (DUARTE, 2009, p. 33).

Em razão das críticas, o Plano Pederneiras foi abandonado. A UMG e o Governo Federal concordaram sobre a inviabilidade de execução do Plano e sobre a necessidade de uma nova proposta para a construção da cidade universitária. Em 1955, a incumbência foi atribuída à Comissão Técnica de Revisão,[8] criada em novembro de 1954 pelo Conselho Universitário, para rever planos e elaborar novos projetos para a cidade universitária. Dois anos mais tarde foi nomeado, a partir de portaria do Ministério da Educação (MEC), o arquiteto Eduardo Mendes Guimarães Júnior,[9] professor da Escola de Arquitetura e membro da comissão de análise do Plano Pederneiras, para dirigir o Escritório Técnico. O mesmo documento incumbiu o Escritório Técnico de projetar e executar as obras da cidade universitária (Figuras 5 e 6).

Nessa mesma época, foram desapropriadas novas áreas de terreno para garantir a futura expansão da Universidade e a nova equipe de trabalho retomou a

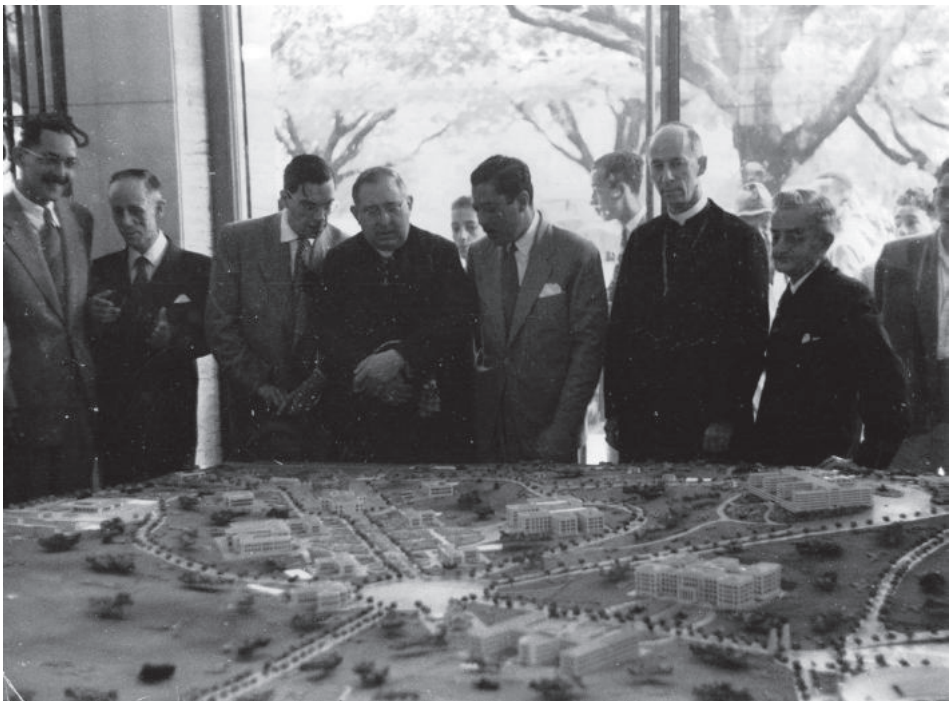
[8] A Comissão era composta por: professor Eduardo Mendes Guimarães Júnior, catedrático da Escola de Arquitetura; professor Lincoln de Campos Continentino, representante da Escola de Engenharia; professores Ademar Rodrigues, da Escola de Engenharia, e Sylvio de Carvalho Vasconcellos, da Escola de Arquitetura, indicados pelo Conselho Universitário; Ítalo Pezzuti, engenheiro arquiteto diplomado pela Escola de Arquitetura da UFMG, nomeado pelo Governo do Estado (UNIVERSIDADE..., 1954). Como síntese de seus trabalhos, a equipe produziu o Memorial da Comissão Técnica de Revisão, Legislação, Contratos e Pareceres sobre o planejamento e organização atuais (1955), documento que retoma as discussões anteriores e orienta ações futuras de planejamento e projeto.

[9] Eduardo Mendes Guimarães Júnior faleceu em 1968.

construção das galerias de águas pluviais e canalizações do terreno. Também foi iniciado o projeto do prédio da Reitoria e construídos os galpões de almoxarifado e de apoio de obras (MARQUES, 1997).

A partir da década de 1960, iniciou-se a real implantação da cidade universitária – atual *campus* Pampulha. O Plano Diretor, que definia o sistema viário e o zoneamento por áreas de conhecimento e serviços (Figura 7), foi concluído em 1957, quando foram iniciadas as obras de infraestrutura e de apoio. O Projeto proposto apresentava, em alguns pontos, influências do antigo Plano Pederneiras, assim como uma identificação, ainda mais significativa com o Plano Piloto de Brasília, de Lúcio Costa, concebido nessa mesma época.[10]

Figura 3. Apresentação da maquete da proposta para autoridades, c. 1950



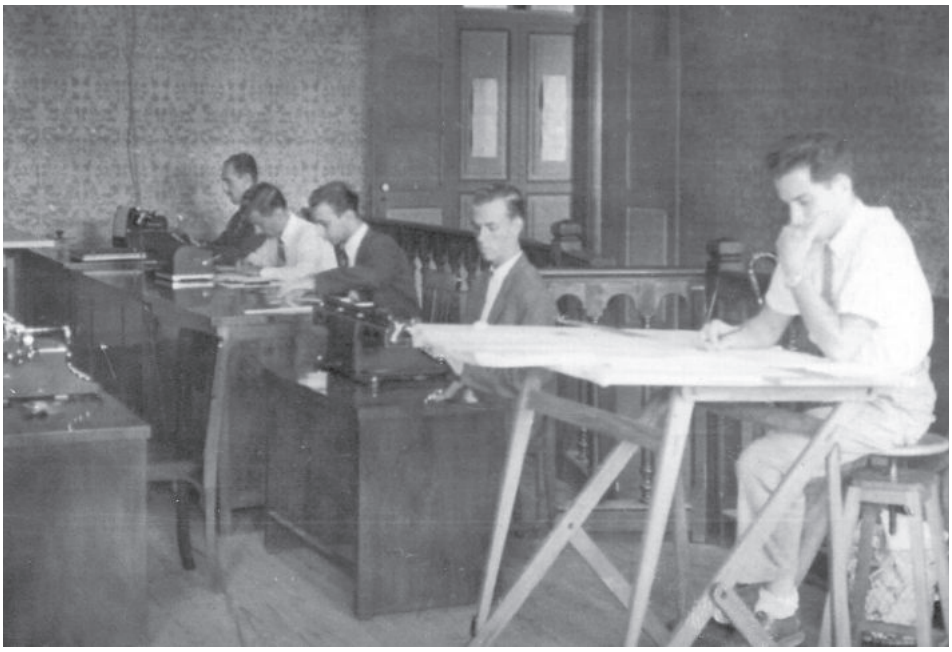
Fonte: Departamento de Projetos da Pró-Reitoria de Administração da UFMG.

[10] Plano Viário do *Campus* – Acervo documental do Departamento Planejamento Físico e Projetos.

Figura 4. Maquete – Proposta para a Cidade Universitária, c. 1950

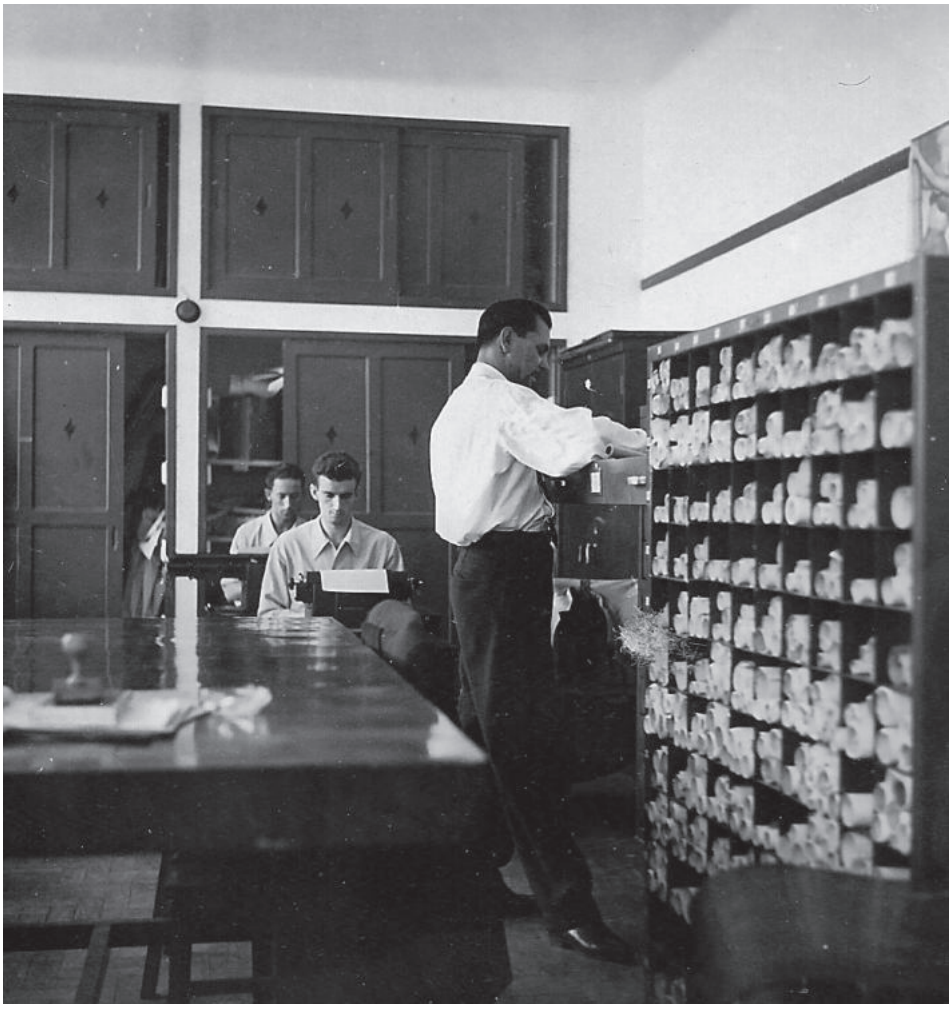
Fonte: Departamento de Projetos da Pró-Reitoria de Administração da UFMG.

Figura 5. Escritório Técnico, c. 1955



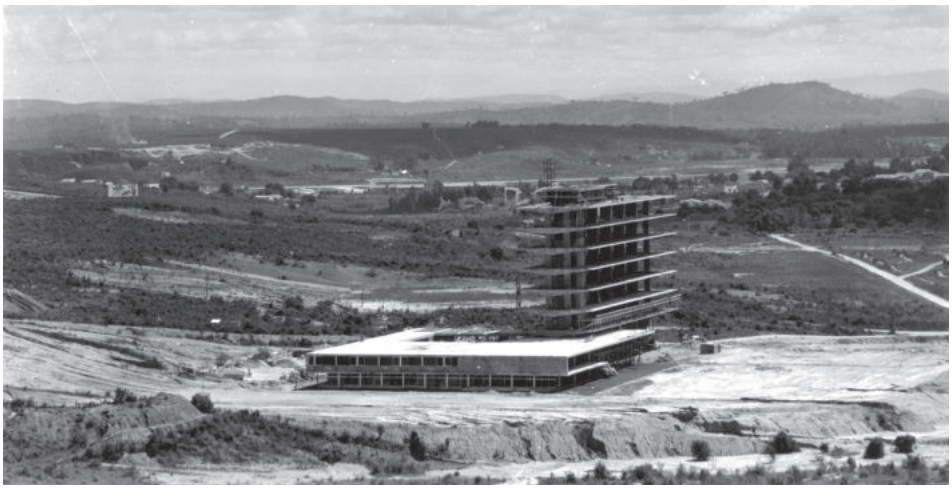
Fonte: Departamento de Projetos da Pró-Reitoria de Administração da UFMG.

Figura 6. Escritório Técnico – Detalhe da organização dos documentos à época, c. 1955



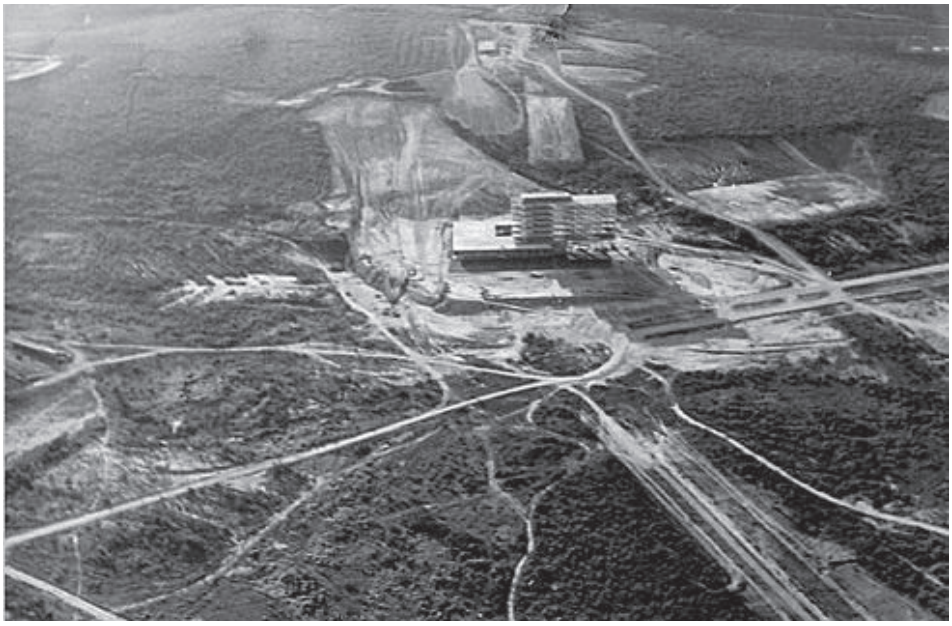
Fonte: Departamento de Projetos da Pró-Reitoria de Administração da UFMG.

Figura 7. Construção do prédio da Reitoria, c. 1960



Fonte: Departamento de Projetos da Pró-Reitoria de Administração da UFMG.

Figura 8: Vista aérea do prédio da Reitoria em construção, c. 1960



Fonte: Departamento de Projetos da Pró-Reitoria de Administração da UFMG.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Universidade é um órgão por excelência de difusão da ciência e da cultura. Formadora do pensamento, a Universidade recorre às experiências do passado para construção de sua realidade e projeção de seu futuro.

> Estar presente à sua época é o destino histórico da universidade. Esta presença significa mais do que a mera adaptação às circunstâncias do momento – significa estar à frente dos acontecimentos e ser capaz de indicar novas opções [...] do mesmo modo que a transmissão do saber faz supor um passado e uma tradição que devem ser resguardados, a produção ou criação, por sua vez, traz em si a dimensão do futuro. (SANTOS, J., 1985, p. 218)

É também preciso que a Universidade esteja consciente de si, enquanto instituição que pretende produzir a consciência crítica da sociedade (SANTOS, 1985). A preservação dos registros documentais da instituição, a partir do acompanhamento das atividades, das situações vivenciadas, dos problemas enfrentados e das soluções encontradas é fundamental para a sobrevivência dessa instituição com consciência histórica e responsabilidade social – "uma universidade não se improvisa – ela é obra de gerações" (MORAES, 1971, p. 25).

Nessa perspectiva, os arquivos são um dos meios de acesso ao passado. Para este último ser reconstituído, é necessária a preservação de vestígios e marcas. Em outras palavras, a história, enquanto narrativa, depende de documentos de arquivos, museus e bibliotecas, assim como de outras formas de registros: monumentos, território físico, edificações e até mesmo relações entre os indivíduos, cristalizadas em memórias escritas ou recuperadas por meio de entrevistas.

As linhas gerais acima traçadas, a respeito da origem do *campus* universitário da UFMG, servem como exemplo para apresentarmos as diferenças entre os arquivos institucionais e os centros de memória. Conforme é possível perceber, o acervo arquitetônico de documentos textuais, gráficos e até mesmo tridimensionais – como as maquetes – não foi resultado de uma iniciativa de pesquisadores, que deliberadamente formaram uma coleção a respeito do tema.

Ao contrário, o que se observa é um processo de acumulação decorrente de rotinas administrativas internas e do planejamento governamental, que, dependendo do período, foi estadual ou federal. Os arquivos formados dessa maneira são um

repositório fundamental, sempre consultado nos momentos de ampliação e reformas das edificações da UFMG. Em contrapartida, para que seja possível a formação e a perenidade desses e de outros arquivos da Universidade, a legislação federal determina procedimentos de Gestão Documental, prevendo a implantação de setores arquivísticos nas unidades administrativas e acadêmicas.

De acordo com esses procedimentos, é necessária a contratação de profissionais da área (os arquivistas), além da formação das Comissões Centrais de Avaliação de Documentos de Arquivos, denominadas CPADS central e setoriais. Outra dimensão fundamental diz respeito à formação das estruturas materiais para guarda do acervo: o arquivo central e os arquivos setoriais. Sem esses investimentos, corre-se o risco da perda de conjuntos expressivos da documentação produzida e acumulada pela UFMG, ao longo de mais de um século.

Nesse contexto, qual é a importância dos Centros de Memória? Primeiramente, cabe lembrar que muitas vezes esses centros acolhem acervos externos à instituição, sendo alguns deles, como o *Acervo de Escritores Mineiros* ou o *Acervo Curt Lange*, exemplos de primeira grandeza e que atraem inclusive pesquisadores de outros países. Uma segunda dimensão importante dos Centros de Memória é seu papel na salvaguarda de arquivos pessoais dos professores, iniciativa não prevista nas leis que regulam a Gestão Documental. Uma terceira dimensão desse setor diz respeito a seu papel celebrativo, como local de exposição e de monumentalização de experiências e personalidades de destaque na história institucional.

Conforme pode ser percebido, os Arquivos Institucionais e os Centros de Memória não competem entre si, nem são excludentes. Ademais, a formação de um Arquivo Institucional não significa a centralização de Centros de Memória, pois estes podem e devem continuar a desenvolver as atividades acima apresentadas.

Na realidade, cabe a um Arquivo Institucional atuar justamente onde os Centros de Memória não atuam. Em outras palavras, atuar no nível da administração corrente, classificando e avaliando a destinação dos documentos das atividades-meio e atividades-fim, garantindo a preservação e o acesso às séries documentais consideradas de guarda permanente, como as que apresentamos acima, e que constituem uma parcela fundamental do patrimônio da UFMG e, por consequência, da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Arivaldo Leão. Documenting Architectural Heritage in Bahia – Brazil, Using Digital Technologies. In: *INTERNATIONAL CIPA SYMPOSIUM*, 21. *Anais...* Athens, 2007. Disponível em: <http://cipa.icomos.org/index.php?id=63>. Acesso em: 12 set. 2014.

ARRUDA, Anna Karla T.; SILVA, Terezinha, J. P.; AMORIM, Arivaldo, L. Do Construído ao digital: os arquivos arquitetônicos do Palácio do Campo das Princesas, em Recife – Pernambuco – Brasil. *Fórum Patrimônio*, v. 5, n. 1, 2012.

BLANCO, Manuel. Os Arquivos de Arquitectura: relato das iniciativas internacionais. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE ARCHIVOS DE ARQUITECTURA, 1., 2004, Alcalá de Henares, ESP. *Archivos de arquitectura*: documentos para el debate… [s. l.: s.n.], [s.d.]. p. 59-66.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. Portaria nº 80 de 13 de junho de 2006. *Diário Oficial República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 19 jun. 2006.

CASTRIOTA, Leonardo Barci; SANTOS, Carla Viviane. Thesaurus de Arquitetura e Urbanismo: instrumento para um trabalho em rede. In: *ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO*, 1. Rio de Janeiro, 2010.

COELHO, Carla M. T. *et* al. Recuperação de acervos de arquitetura em Manguinhos: contribuição para estudos de preservação de edifícios modernos. IN: SEMINARIO DOCOMOMO BRASIL, 9: Interdisciplinaridade e Experiências em Documentação e Preservação do Patrimônio Recente. Brasília, 2011. Disponível em: <http:// www.docomomo.org.br/> acessado em 14 de julho de 2014..

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998. Disponível em: http://www.cpoc.fgv.br/ acessado em 20 de junho de 2014.

CORRÊA, Edison José; GUSMÃO, Sebastião Nataniel Silva. Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – da criação à federalização. *Revista de Medicina de Minas Gerais*, v. 21, n. 1, p. 105-111, 2011.

DELMAS, Bruno. *Arquivos para quê?* Textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DIAS, Fernando Correia. *Universidade Federal de Minas Gerais*: Projeto Intelectual e Político. Belo Horizonte: UFMG, 1997.

DUARTE, Regina Horta. O lugar da cidade universitária. In: STARLING, Heloisa Maria Murgel (org.); DUARTE, Regina Horta (org.). *Cidade Universitária da UFMG*: história e natureza. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. *Revista Estudos Históricos*, v.7, n.13, p.50-64, 1994.

FIALHO, Beatriz Campos. *Da cidade universitária ao Campus da Pampulha da UFMG*: arquitetura e urbanismo como materialização do ideário educacional (1943-1975). Dissertação (Mestrado) – UFMG, Belo Horizonte, 2012.

FILLION, Chantale. Os tipos e os suportes de arquivo. In: ROSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol; DUCHARME, J. *et al. Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998. Cap. 8, p. 227-243.

FONSECA, Maria Odila. Informação, arquivos e instituições arquivísticas. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan./jun. 1998.

GODINHO, Pedro Miguel Serra. *Tratamento arquivístico de documentação da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do extinto Ministério do Ultramar*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Documentação e Informação) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.

GONZÁLEZ FRANCO, Lourdes Cruz. Archivos de Arquitetura. *Anales del Instituto de Investigaciones Estéticas*, v. 26, n. 85, p. 155-159, 2004.

GUEDES, Kaline Abrantes; TINEM, Nelci. Documentando o patrimônio moderno: informação e visibilidade. In: SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO ARQUITETURA E DOCUMENTAÇÃO, 3. Belo Horizonte, 2013.

GUTIÉRREZ, Ramon. *Los archivos de arquitetura en el contexto latinoamericano*. 2001. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/>. Acesso em: 12 set. 2014.

HEDSTROM, Margaret. Archives and collective memory: more than a metaphor, less than analogy. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather. *Currents of archival thinking*. Santa Barbara: Libraries Unlimited, 2010. p. 163-180.

HILDESHEIMER, Françoise. *El tratamiento de los archivos de arquitectos*: el caso de Francia. Paris: UNESCO, 1986.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *A guide to the archival care of architectural records*: 19th-20th centuries. Paris: ICA, 2000.

MACIEL, Carlos Alberto. O sistema básico da UFMG e seus precedentes: infraestrutura, crescimento, superação da função e construção da paisagem. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 9. Brasília, 2011.

MARQUES, José Soares da Silva. *O planejamento físico da UFMG*: histórico. Belo Horizonte, 1997.

MONTEIRO, Denise Maria; AZEVEDO, Marlice Nazareth Soares de. O Campus da Praia Vermelha da Universidade Federal Fluminense: contradições e desafios. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO – BRASIL, 8. Rio de Janeiro, 2009.

MORAES, Eduardo R. A. *História da Universidade Federal de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Minas Gerais: 1971. 2v.

MORAIS, Cláudia Santos Pires de. *Estudo Orgânico-Funcional e Tratamento Arquivístico dos Concursos para Obtenção do Diploma de Arquiteto realizados na Escola de Belas Artes do Porto*: utilização do software ICA-AToM. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Engenharia e Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PIMENTEL, F. Mendes. Aula Inaugural do Primeiro Ano Letivo da Universidade (1928). *Revista da Universidade de Minas Gerais*, Belo Horizonte, n. 10, p. 160-173, 1953.

REZENDE, Raquel Fernandes; REZENDE, Vera F. *Campus da Universidade Federal de Juiz de Fora, a contribuição de um projeto moderno para uma cidade contemporânea*. IN: SEMINARIO DOCOMOMO BRASIL, 8. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.docomomo.org.br/> acessado em 14 de julho de 2014.

SANTOS, Aline Abreu Mignon dos; FREITAS, Margareth Regina; BOJANOSKI, Silvana de Fátima. Plantas arquitetônicas em papel translúcido industrial: um diálogo entre arquitetura, arquivologia e patrimônio. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 361-374, jan./jun. 2014.

SANTOS, José Henrique dos. Atualidade e perspectivas da universidade brasileira. *Ciência e Cultura*, v. 37, n. 7, p. 211-219, jul. 1985.

SANTOS, Zulmira Maria Santos Pereira. *Elaboração de um Arquivo Arquitectónico inserido num Modelo Tridimensional Urbano*. Dissertação (Mestrado em Detecção Remota) – Faculdade de Ciências, Universidade do Porto, Porto, 2003.

STARLING, Heloisa Maria Murgel; DUARTE, Regina Horta (Org.). *Cidade Universitária da UFMG*: história e natureza. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

THOMAS, Cristopher. A Historian's Experience of Architectural Collections. *The American Archivist*, v. 59, n. 2, 1996.

THOMASSEM, Theo. Uma primeira introdução à Arquivologia. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 5-16, jan./jun. 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Conselho Universitário. Ata do Conselho Universitário, Livro 5, Sessão de 17 de novembro de 1954. Belo Horizonte, 1954.

VIANA, Claudio Muniz. A Organização da informação arquivística em arquivos de arquitetura do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFRJ. *Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.*, Florianópolis, n. esp., 1º sem. 2011.

VIANA, Claudio Muniz; RODRIGUES, Ana Célia. Identificação de tipologia documental como metodologia para a organização de arquivos de arquitetura. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação,* v. 5, n. 1, 2012.

VIEIRA, João. A arquitetura dos arquivos: reflexões em torno do conceito de ordem original. *Arquivo & Administração*, v. 4, n. 2, p. 33-45, jul./dez. 2005.

VIEIRA, João. Documentos e arquivos de arquitetura: princípios, estratégias, metodologias e instrumentos de gestão. In: CONFERÊNCIA ARQUITETO MARQUES DA SILVA, 2009. Porto: Fundação Marques da Silva, 2010.

Patrimônio biológico universitário – Relação ensino, pesquisa, extensão e museus universitários

Maria das Graças Ribeiro

1 INTRODUÇÃO

> *Uma universidade estará sempre onde o nosso olhar, cativado pela realidade a que pertencemos, for capaz de infundir vida nova e não se distrair da tarefa de tornar real o que, devendo ser, é ainda mera promessa.*
> (Ana Lúcia de Almeida Gazola)

As universidades brasileiras passam por momentos especiais, dentre os quais se destacam, de um lado, a sua grande expansão nos últimos anos, e de outro, a convergência de olhares dos diversos setores da sociedade refletindo diferentes leituras, expectativas, intenções e projeções, embora todos reconheçam sua presença indutora do uso do conhecimento como recurso transformador: do homem, do ambiente e da própria sociedade. A substituição do modelo hegemônico de *construção do conhecimento* por um modelo mais participativo, que leve em conta outros saberes e outras formas de construí-lo, revela mudanças pelas quais vêm passando as universidades nas últimas décadas. Aliada à produção, *a difusão do conhecimento* aproxima as universidades da comunidade, tornando a ciência e a cultura motivações comuns para a substituição de velhos paradigmas.

Quanto à sua *função educativa*, num mundo globalizado e num contexto nacional no qual impera a diversidade cultural e a desigualdade social, muitas das universidades brasileiras vêm ampliando sua atuação na construção de competências e consciências buscando, na formação de novos profissionais, torná-los mais humanos e comprometidos com a sociedade na qual estão inseridos. E, nesse mesmo contexto, a educação patrimonial passa a ser vista como caminho capaz de sensibilizar, mudar o juízo de valor e incentivar a preservação do patrimônio nacional, seja ele histórico, artístico, científico, tecnológico ou natural.

A *extensão universitária*, entretanto, pelo grande salto quantitativo e qualitativo dos últimos anos, tem sido vista pela sociedade como uma das mais importantes funções das universidades. Abrindo novas fronteiras, o extensionismo passou a representar a face integradora entre o ensino, a pesquisa e a comunidade, com grande ampliação de horizontes, tanto para as universidades quanto para a sociedade. A reflexão e o diálogo permanentes, a utilização de metodologias participativas, o desenvolvimento de ações sinérgicas, a experimentação, o intercâmbio entre saberes e a geração de novas formas de construção de conhecimento são conquistas incontestáveis das universidades no estabelecimento de pontes com a sociedade. Somam-se a elas o desenvolvimento da análise e da crítica e a relação dialógica que estabelece e/ou reforça a confiança mútua, que tem levado a extensão a revelar uma nova face das universidades brasileiras, que reconstroem sua identidade institucional baseadas em sua função social: produzir e difundir conhecimento, contribuindo para desconstruir e reconstruir conceitos e hábitos que possam melhorar a qualidade de vida da população, bem como para evitar e/ou solucionar inúmeros problemas que afetam a todos nós. E assim, com portas, corações e mentes abertos, universidades e sociedade reconhecem a importância e a necessidade de caminharem juntas e de aprenderem a construir e/ou ampliar esse novo jeito de caminhar.

Mas a simples referência às áreas de atuação e múltiplas atividades desenvolvidas pelas universidades, hoje, não retrata toda a dimensão de seu trabalho, nem esgota a visão de suas potencialidades. Uma das atribuições das universidades, cuja importância é lembrada neste contexto, refere-se à sua função de depositárias de ricos acervos científico-acadêmicos, gerados por pesquisadores (ou adquiridos ou ainda recebidos em doações), nas mais diversas áreas do conhecimento. Parte desses acervos é transformada em coleções didáticas, utilizadas em laboratórios de ensino de graduação e pós-graduação em todo o país. Grande parte, entretanto, permanece desconhecida e nem sempre mantida em condições ideais à sua preservação.

Infelizmente esse é um quadro bastante conhecido e comum nas universidades públicas brasileiras que, embora figurem nas estatísticas como as maiores produtoras de conhecimento científico e tecnológico no Brasil, ainda carecem de recursos e de políticas locais e governamentais comprometidas em salvaguardar o patrimônio nacional, seja ele material (científico, artístico, histórico, natural) ou imaterial. É ainda incipiente em nosso país a consciência de que a preservação patrimonial e a construção da memória fazem parte da identidade de um povo, de uma nação. E, apesar do muito que se tem caminhado nesta direção nos últimos anos, há que se pensar e enfrentar o quanto ainda está por fazer!

2 COLEÇÕES BIOLÓGICAS – RICO ACERVO ACADÊMICO-CIENTÍFICO UNIVERSITÁRIO

As ciências naturais sempre despertaram o interesse dos pesquisadores em todo o mundo, desde os mais remotos relatos da história da ciência. Os grandes cientistas buscavam, na natureza, respostas para suas dúvidas e inquietações e, em diferentes momentos históricos, deixaram seu legado e despertaram a curiosidade, que motivou e segue motivando a continuidade e o avanço das pesquisas, chegando hoje à verdadeira revolução na produção científica e tecnológica que presenciamos. Obviamente as pesquisas geraram, ao longo dos anos, ricos acervos constituídos de coleções em todas as áreas das ciências, abrigadas pelas universidades que, em todo o mundo, tornaram-se os maiores centros de pesquisa.

No Brasil, o acervo biológico universitário possui coleções sobre a nossa fauna e flora que se tornaram referência nacional e internacional e evidenciam a riqueza de nossa biodiversidade. Os acervos de arqueologia e etnologia constituem um patrimônio nacional inimaginável. E assim em muitas outras áreas. Um exemplo disso acontece nas universidades que oferecem cursos de Medicina e abrigam coleções de anatomia humana, utilizadas nos laboratórios de ensino. Esse rico e precioso acervo, cujo conhecimento é hoje tão demandado pela comunidade, é ainda muito pouco socializado.

Em sua maioria, o patrimônio biológico universitário brasileiro permanece desconhecido, muitas vezes, das próprias instituições que o geraram e abrigam. E como nem sempre as coleções são devidamente preservadas, acabam se perdendo e levando junto o tempo gasto, os recursos dispensados e o conhecimento que poderia

ter sido expandido, indo além de um artigo em revista especializada, estrangeira principalmente, longe do alcance da grande maioria da população brasileira. Nas últimas duas décadas, entretanto, políticas públicas estimulando a divulgação mais ampla do conhecimento produzido no Brasil (popularização científica) têm levado pesquisadores e instituições a implementarem ações de socialização/musealização desses acervos. E os museus universitários vêm ampliando seu papel de aliados nesta missão.

3 MUSEUS UNIVERSITÁRIOS – ALIADOS NA SOCIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

Os museus brasileiros apresentaram visível crescimento quantitativo e qualitativo nos últimos 20 anos, principalmente alavancado e/ou estimulado pela criação e atuação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), do Ministério da Cultura. Os museus universitários também cresceram significativamente nas duas últimas décadas, alcançando cada vez mais visibilidade e conquistando a credibilidade do público. Embora esses museus assemelhem-se aos demais em muitos aspectos, detêm características e compromissos que os diferenciam. Representam uma das categorias de museus reconhecida pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), tendo por missão a preservação, a investigação e a divulgação das coleções e acervos do patrimônio universitário. Mas, além disso, o intercâmbio multicultural que são capazes de promover, a atuação na formação profissional (graduação e pós- graduação), as ações inter, multi e transdisciplinares que desenvolvem, a acessibilidade, inclusão social e de pessoas com limitações e/ou deficiência que promovem, a reflexão e contribuição para o conhecimento e preservação patrimonial, a credibilidade para o diálogo interinstitucional, intermunicipal, interestadual e interministerial, são aspectos de suas atividades que mostram as potencialidades e alcance destas instituições museais. Grande número de museus universitários detém coleções/acervos gerados e/ou associados às pesquisas e ao ensino nas universidades e, na extroversão desse conhecimento, tornam-se parceiros fundamentais no cumprimento do papel científico-educativo-cultural das universidades, assumindo, de forma consciente, planejada e eficaz, a interface universidade e sociedade. A partir da real integração entre ensino, pesquisa e extensão, esses museus, além de protegerem a herança científico-cultural que abrigam, são (re)conhecidos como

instituições que produzem e divulgam democraticamente o conhecimento, com metodologias inovadoras, linguagens atraentes e seguras, abordagens interativas e múltiplas formas de comunicação, estabelecem pontes entre universidades e sociedade e conquistam cada vez mais espaço junto a diferentes tipos de público.

Mas esta não é a realidade vivenciada pela maioria dos museus e outros espaços universitários de ciência e cultura no Brasil. Em diferentes níveis, as dificuldades são causadas, em geral, pela diversidade de museus e acervos, diferentes formas de inserção político-administrativa desses museus nas universidades, insuficiência de pessoal capacitado, instabilidade política gerada pela mudança de gestão das universidades a cada quatro anos, falta de recursos e de políticas das próprias universidades para esses espaços museais que, somadas ao desconhecimento de suas potencialidades, desmotivam o seu desenvolvimento, dificultam a gestão e os impede de cumprir até mesmo a sua missão básica de preservar, investigar e divulgar as coleções e acervos universitários.

O fortalecimento da extensão universitária nos últimos anos trouxe certo alento a muitos desses museus, que responderam positivamente, contribuindo, de forma significativa, para a ampliação das ações extensionistas e o aumento do público atendido. No entanto, é ainda recente o reconhecimento da atuação dos museus universitários na pesquisa (produção de conhecimento, educação científica) e no ensino de graduação e de pós-graduação (oferta de disciplinas, de estágios multidisciplinares, colaboração na formação profissional de professores, de museólogos, entre outros), o que, de certa forma, inibe a sua expansão. Em pleno século XXI, a visão distorcida de priorizar a pesquisa e o ensino contradiz o espírito de "universalidade" que norteou a concepção das universidades como instituições de ensino, pesquisa e extensão e empobrece os museus universitários, que a cumprem integralmente.

Tal postura redutiva impede que muitos museus universitários sejam tão (re) conhecidos no Brasil como o são fora dele e cumpram verdadeiramente as suas funções, que vão, atualmente, muito além de salvaguardar e tornar conhecido do público o imenso patrimônio que abrigam. A título de exemplo, lembramos que cerca de 75/80% do público dos museus universitários de ciências é escolar. E é cada vez mais conhecida a contribuição desses museus para a melhoria e a ressignificação do ensino de Ciências e Biologia em todo o Brasil. A capacitação de professores e o atendimento a estudantes de todos os níveis os tem aproximado dos processos e produtos da ciência e da tecnologia, aumentando o interesse do público pela ciência e despertando vocações científicas em adolescentes e jovens.

Visando somar esforços, promover ações conjuntas e ampliar suas conquistas, tornando-se mais visíveis tanto dentro quanto fora das universidades, os museus propuseram-se a trabalhar em "redes" e/ou associações, alcançando melhores e mais amplos resultados. Associações científicas regionais e nacionais também têm envidado esforços no sentido de ampliar o apoio aos museus universitários, levando em conta o seu trabalho de produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico. O Fórum Permanente de Museus Universitários (FPMU) foi criado com o objetivo de encorajar e mobilizar os museus universitários para o debate e a reflexão de problemas que afetam a todos, como financiamento, formas de gestão, inserção no cotidiano da vida acadêmica, intercâmbio com outros parceiros sociais, entre outros. A busca de soluções que possam beneficiar o conjunto desses museus e a luta continuada por políticas das universidades e órgãos governamentais, que visem ao seu crescimento e desenvolvimento, ainda não conseguiram envolver a todos. Apesar de todo o esforço, ainda não se conseguiu definir uma orientação estratégica para o futuro dessa categoria de museus no Brasil. No entanto, os resultados parciais já alcançados ao longo dos últimos anos mostram que é preciso perseverar. O próximo Encontro Nacional do FPMU a ser realizado em 2015 propõe a discussão das "perspectivas dos museus universitários brasileiros" e espera avançar significativa e concretamente em direção a um novo futuro para esses museus. Mas espera-se também que as universidades se conscientizem da riqueza que detêm e posicionem-se afirmativamente diante de seus museus. E que a partir daí, juntas, trabalhem para que sejam implementadas políticas de apoio e incentivo, uma vez que um museu universitário, se ainda não o é completamente, deverá ser um espaço aberto à comunidade, sem pré-requisitos, para que o público veja, admire, pergunte, discuta, aprenda, troque experiências, critique, sugira e, sobretudo, QUEIRA VOLTAR!

4 EXPERIÊNCIA E MEMÓRIA – MUSEU DE CIÊNCIAS MORFOLÓGICAS DA UFMG

Localizado no Instituto de Ciências Biológicas (ICB) da UFMG, o Museu de Ciências Morfológicas (MCM) é produto de um projeto interdisciplinar e interinstitucional de pesquisa, desenvolvido com o objetivo de possibilitar o acesso da comunidade ao conhecimento do organismo humano, até então restrito a profissionais e futuros profissionais das áreas biológica e da saúde. Com as portas da informação

abrindo-se nas diversas áreas do conhecimento, o *des*conhecimento do organismo humano começou a incomodar os cidadãos, em vários setores da sociedade, independentemente de idade, níveis socioeconômico e de escolaridade. Por isso a demanda desse conhecimento por grupos de pessoas da comunidade, embora representasse algo novo no fim dos anos 80 do século XX, era real e crescente, embora o atendimento a esse público fosse considerado absolutamente inviável por grande parte da comunidade acadêmica da UFMG, principalmente a do ICB. Mas a equipe de professores do Laboratório de Pesquisa em Histologia Animal, do Departamento de Morfologia do ICB, incumbida de acolher os solicitantes e justificar a inviabilidade institucional de atendê-los, resolveu computar dados desses grupos, como idade, profissão, escolaridade, motivo do interesse, entre outros. E surpreendeu-se diante do número crescente e da diversidade de público e de interesses, resolvendo propor o projeto de pesquisa visando ao estudo do público e da viabilidade de se criar um espaço na UFMG para tal atendimento.

Após inúmeras reuniões, infindáveis análises e reflexões, optou-se pela criação de um museu universitário, que poderia ser o espaço democrático de diálogo e convivência com os diversos públicos, independentemente de sua condição física, níveis socioeconômico, cultural e de escolaridade. Além disso, havia ainda o fato de o Departamento de Morfologia ministrar disciplinas sobre a morfofisiologia humana a alunos do ciclo básico dos cursos da área de saúde, agregando, portanto, profissionais capacitados, rico acervo de anatomia humana e laboratórios de pesquisa e ensino em microscopia de luz e eletrônica, onde as micrografias e eletromicrografias poderiam ser produzidas.

A proposta de criação do museu, entretanto, causou grande impacto negativo. Dificuldades? – Todas, naturais e/ou proporcionadas. A palavra-chave era "falta": de recursos, de espaço, de vontade política, de pessoal. Além disso, as coleções de anatomia humana eram de uso exclusivamente acadêmico e não poderiam ser utilizadas por outros públicos. E, enquanto a Equipe procurava resolver tantos problemas, a demanda de público só aumentava.

Formada a equipe multiprofissional, constituída de especialistas de várias universidades brasileiras, que se deixaram contaminar e voluntariamente aderiram ao projeto, a palavra-chave foi logo substituída por "superação". A partir daí a experiência de integração e aprendizado só fez crescer, e o grupo, que contava com pesquisadores, professores, técnicos e estudantes, começou a buscar parcerias financeiras externas à Universidade e, enquanto os recursos não vinham, desenvolvia o trabalho

sob a forma de mutirão, desde a adequação dos espaços expositivos à preparação do acervo – peças anatômicas humanas, animais, fotomicrografias aos microscópios de luz e eletrônicos, embriões e fetos humanos em diferentes estádios de desenvolvimento, elaboração de legendas explicativas, de painéis informativos e tantas outras atividades e desafios que envolvem a criação de um museu, principalmente um museu sem referências anteriores que pudessem servir como parâmetro.

Depois de inúmeras peregrinações em busca de recursos, inclusive em editais (que negavam porque o projeto envolvia ensino e extensão e não apenas pesquisa), o primeiro incentivador/investidor no projeto foi o ex vice-presidente da República José Alencar, quando presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais. Sua adesão abriu portas para outros parceiros, até que a Fundação Vitae chegou ao Brasil e até o projeto, possibilitando a conclusão de sua primeira etapa e a abertura do Museu ao público, em 1997.

A demanda represada do público trouxe novos desafios, obrigando a equipe a ser ágil no desenvolvimento e experimentação de metodologias de atendimento, na organização das equipes de agendamento, recepção, avaliação, documentação, mas principalmente a investir na preparação de mediadores, a face humana do diálogo com o público.

> Los guías son realmente educadores-comunicadores cuya actuación interdisciplinar es esencial para el cumplimiento de las acciones educativas y de divulgación del museo. Un buen mediador es aquel que no es burócrata, que evita la actitud de profesor y que se coloca en el nivel del público para poder dialogar con él, para que de forma interactiva ambos logren construir conocimiento. (SÁNCHEZ-MORA, 1997)

Mas nenhuma dificuldade pesava mais à equipe: afinal, o Museu havia se tornado realidade, o público estava ali, os educadores atuando num espaço totalmente democrático e acessível, inclusive a cidadãos com limitações e/ou deficiências. Mas até mesmo falar de inclusão causava estranheza à comunidade acadêmica na época, pois era considerada utópica.

Agregando vários projetos até então desenvolvidos paralelamente, o Museu de Ciências Morfológicas tornou-se um programa constituído de dois núcleos básicos: *núcleo central* e *núcleo de projetos*. Ao núcleo central estão vinculadas as exposições e ações educativas a elas relacionadas. As *exposições de longa duração*

mostram, didaticamente, a morfologia humana (da fertilização ao desenvolvimento embrionário e fetal – Embriologia); a constituição macroscópica (órgãos e estruturas evidenciando sua dimensão, forma, cor – Anatomia) e a constituição microscópica (células – Biologia Celular e Molecular e tecidos – Histologia), focalizando, assim, a morfologia humana em abordagem sistêmica, com enfoque comparativo entre animais vertebrados, ao final de cada exposição.

A *exposição da tecnologia socioeducacional e inclusiva*, constituída de réplicas do organismo humano, tridimensionais e em relevo, desenvolvidas visando possibilitar aos deficientes visuais estudarem o corpo humano de forma concreta e interativa, conquistou, além da satisfação do público e de rica experiência à equipe MCM, a construção do Laboratório de Pesquisa e Educação Inclusiva (com apoio do MCTI e do BNDES), que mantém disponível para o público, escolar ou não, a referida coleção (do projeto "A célula ao alcance da mão"). Esta coleção também trouxe ao Museu a possibilidade do trabalho itinerante.

A *exposição itinerante* é apresentada em eventos científico-educacionais, em empresas, presídios, shoppings, cidades do interior de Minas e de outros estados brasileiros, conforme demanda. A educação científica itinerante possibilita outros ganhos para escolas e municípios atendidos, como o treinamento de professores e monitores para atendimento aos diferentes tipos de público, participação em oficinas de arte-educação, com produção de material didático, debates sobre temas relacionados à saúde, solicitados pelas comunidades local/regional, entre outras demandas. Os temas mais solicitados revelam a preocupação de todos os brasileiros na atualidade, como efeitos e prevenção ao uso de drogas, violência e banalização da vida, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência, produção e destino do lixo, desenvolvimento sustentável, benefícios e prejuízos das usinas nucleares para a saúde humana, nutrição e obesidade, estresse e imunidade, além de temas atuais de ciência trazidos pela mídia. As palestras são ministradas por profissionais das áreas biológicas e da saúde, com a participação de acadêmicos da UFMG nos debates.

As *exposições temáticas temporárias* são resultantes de pesquisas desenvolvidas pela equipe do MCM, retratando temas específicos de interesse da população e/ou sugeridos como temas nacionais para reflexão. A expografia é uma forma atraente e suave de interagir com o público, tendo a arte como aliada. Posteriormente tais exposições tornam-se disponíveis para outras instituições, conforme demanda.

O *núcleo de projetos do MCM* reúne os trabalhos de pesquisa, difusão e educação científica, mantendo sempre o caráter socioeducacional. Dentre os principais

projetos, destacam-se: "Pesquisa, Educação e Prevenção ao uso de Drogas"; "Capacitação de Professores de Ensino Fundamental e Médio"; "Cientista Mirim – educação científica para crianças"; "Oficinas de Arte-Educação Inclusiva – produção de material didático"; "Leve Ciência para a Vida – boletim de divulgação científica sobre temas de interesse dos visitantes"; "Qualidade de Vida não tem Idade – preparação para o envelhecimento saudável e ativo"; "Estudo de Público do MCM", dentre outros. O compartilhamento e o apoio a pesquisas de mestrado e doutorado envolvem não só a equipe do MCM, como também programas de pós-graduação de diferentes instituições. A assessoria e a implantação de laboratórios de educação inclusiva em outras instituições de ensino e pesquisa em vários estados brasileiros, bem como a criação de salas interdisciplinares de ciências em polos regionais de educação de Minas Gerais dependem de demanda.

Figura 1. Espaço educativo externo do Museu de Ciências Morfológicas (MCM)[1]

[1] As figuras de 1 a 10 fazem parte do Arquivo documental do MCM.

Figuras 2, 3 e 4. Espaços expositivos e público do MCM

Figuras 5 e 6. Laboratório de Pesquisa e Educação Inclusiva do MCM

Figuras 7 e 8. Oficina de arte-educação e produção de material didático

Figuras 9 e 10. Capacitação de professores para educação inclusiva

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

São bem conhecidos de gestores e equipes de muitos museus universitários brasileiros os desafios de criar e manter esses museus, com os resultados qualitativos e quantitativos que vêm alcançando, apesar de tão poucos recursos, equipes aquém das necessárias, falta de apoio e de incentivo. Mas a consciência das potencialidades desses espaços de ciência e cultura tem levado suas apaixonadas equipes a sustentá-los com empenho, dedicação e sensibilidade. Vivenciam experiências humanas, cujas recompensas ultrapassam às das demais atividades acadêmicas; muitas de suas escolhas, nem sempre compreendidas por priorizarem o público em vez das próprias carreiras profissionais, valem cada opção e/ou sacrifício.

Com o Museu de Ciências Morfológicas não é diferente, somando-se a tudo isso o fato de ter por missão a promoção da saúde e a preservação da vida humana. Dos inúmeros desdobramentos de seu trabalho, alguns merecem ser destacados, como o crescimento profissional e humano de sua equipe – a família MCM; o

atendimento a quase um milhão de pessoas, entre elas milhares de cidadãos com limitações e/ou deficiências; a capacitação de professores atuantes, a formação de novos, a contribuição para a melhoria e a ressignificação do ensino de ciências nesta área; o incentivo à socialização de coleções de anatomia humana, disponibilizadas a novos públicos em outras universidades brasileiras e em outros países; a criação de museus universitários semelhantes, alguns já em funcionamento e outros em fase de implantação; o retorno do público, cada vez mais ávido do conhecimento do organismo humano, consciente de ser este o seu maior patrimônio. Soma-se a isso o crescimento do turismo científico, que nos faz acreditar que a sonhada cultura científica está se tornando realidade no Brasil. Cita-se, entretanto, com pesar, o fato de, desde a sua abertura, o Museu nunca ter podido acolher toda a demanda do público escolar, que sempre ultrapassa a capacidade de atendimento do MCM.

Vale destacar, ainda, a experiência piloto do MCM na retomada do projeto de criação do Museu de Ciências Biológicas (MCBio), no Instituto de Ciências Biológicas (ICB). Quando da criação do Museu de Ciências Morfológicas, o projeto original da equipe era a criação do Museu de Ciências Biológicas, visando à abordagem mais ampla da vida, missão do ICB em suas atividades de ensino e pesquisa. Mas como isso não foi possível naquela época, o projeto foi retomado em 2014 e avança com amplo apoio institucional e a participação interdepartamental e interinstitucional de professores, técnicos e estudantes. Também é favorável o momento de grande convergência de fatores, como o incentivo e o maior aporte de recursos para a criação de museus de ciências no Brasil, a urgência na capacitação de professores de Ciências e de Biologia, incentivada pela CAPES, o estímulo à ampliação da divulgação científica: "Hoy se mira con particular interés la función divulgativa de los ambientes educativos que tienen un impacto social como los museos, entre otras razones, por su posible contribución a la formación de una cultura científica en los ciudadanos" (SÁNCHEZ-MORA, 1997).

O MCBio apresentará exposições de longa duração, disponibilizando seu rico acervo didático-científico e exposições temáticas temporárias, que difundirão, de forma didática e interativa, os processos, resultados e produtos das pesquisas desenvolvidas no ICB. Novos *apaixonados* começam a se contagiar e os resultados prometem!

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. M. Desafios da relação museu-escola. *Comunicação e educação*. São Paulo, p. 50-56, 1997.

AMARO, D. G. *Da lógica da exclusão à lógica da inclusão*: reflexão sobre uma estratégia de apoio à inclusão escolar. Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br/art_da_logica_da_exclusao.asp>. Acesso em: 22 fev. 2013.

ASSUMPÇÃO, A. M.; GOUVÊA, G. Práticas enunciativas em evento de divulgação científica em um museu de ciências do Rio de Janeiro. *Ensaio – Pesquisa em Educação em Ciências*. Belo Horizonte, v. 12, p. 49-68, 2010.

BIZERRA, A. *Atividade de aprendizagem em museus de ciências*. São Paulo: USP, 2009. 274 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 2009.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação*: uma investigação à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BRAGANÇA GIL, F. Museus de ciência: preparação do futuro, memória do passado. *Revista de Cultura Científica*, Lisboa, n. 3, p. 72-89, 1988.

CAFFAGNI, C. W. A. *O estudo das analogias utilizado como recurso didático por monitores em um centro de ciência e tecnologia de São Paulo*. São Paulo: USP, 2010. 207 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 2010.

CAZELLI, S. *et al*. Tendências pedagógicas das exposições de um museu de ciência. In: GUIMARÃES, V.; SILVA, G. A. *Implantação de centros e museus de ciência*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

CAZELLI, S.; MARANDINO, M.; STUDART, D. Educação e comunicação em Museus de Ciências, aspectos históricos, pesquisa e prática. In: GOUVÊA, G.; MARANDINO, M.; LEAL, M. C. (Org.). *Educação e Museu*: a construção social do caráter educativo dos museus de ciências. Rio de Janeiro: ACCESS/FAPERJ, 2003. p. 83-106.

CHEVALLARD, Y. *La transposición didáctica*: del saber sabio al saber enseñado. Buenos Aires: Aique, 1991.

CONTIER, D. *Relações entre ciência, tecnologia e sociedade em museus de ciências*. São Paulo: USP, 2009. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 2009.

CURY, M. X. (Coord.). *Estudo sobre Centros e Museus de Ciências*: subsídios para uma política de apoio. São Paulo: VITAE; MAE/USP, 2000.

DAVALLON, J. Comunicação e sociedade: pensar a concepção da exposição. In: MAGALHÃES, A. M.; BEZERRA, R. Z.; BENCHETRIT, S. F. *Museus e comunicação*: exposições como objeto de estudo. Rio de Janeiro: Livros do Museu Histórico Nacional, 2010. p. 17-34.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia* – Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GRANATO, Marcus. As exposições e o uso de acervos em Museus de Ciência e Tecnologia. In: MAGALÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano; BENCHETRIT, Sarah Fassa. (Org.). Museus e Comunicação: exposições como objeto de estudo. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2010, p. 237-258.

GRUSMAN, C. *Educação, ciência e saúde no museu*: uma análise enunciativo-discursiva da exposição do museu de microbiologia Instituto Butantan. São Paulo: USP, 2012. 264 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 2012.

LOURENÇO, M. C. O patrimônio da Ciência: importância para a pesquisa. *Museologia e Patrimônio*, v.1, n. 2, p. 47-53, 2009.

MANCE, Euclides. *A revolução das redes*: colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 2000.

MANSINI. E. S. (Org.). *Do sentido pelos sentidos para o sentido*: sentidos das pessoas com deficiência sensorial. São Paulo: Vetor, 2002.

MASSARANI, L.; MOREIRA, I. C.; BRITO, F. (Org.). *Ciência e público*: caminhos da divulgação científica no Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fórum de Ciência e Cultura, 2002.

MATURANA, H. *Cognição, ciência e vida cotidiana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

RIBEIRO, M. G. (Org.). *Educação inclusiva em Ciências* – corpo humano. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

RIBEIRO, M. G. A experiência do Museu de Ciências Morfológicas: museus de ciências e inclusão social. In: WORKSHOP VITAE/BRITISH COUNCIL – GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO EM CENTROS DE MUSEUS DE CIÊNCIAS, 3., 2004, São Paulo. *Anais*...., 2004. p. 66-72.

RIBEIRO, M. G. Inclusão Social em Museus. In: X REUNIÓN DE LA RED DE POPULARIZACIÓN DE LA CIÊNCIA Y LA TECNOLOGIA EM AMERICA LATINA Y EL CARIBE (RED POP - UNESCO) y IV TALLER "CIÊNCIA, COMUNICACIÓN Y SOCIEDADE". San José, Costa Rica, May, 2007.

RIBEIRO, M. G. Universidade, museus universitários e o desafio da Educação, valorização e preservação do patrimônio nacional. In: *MUSEUS, coleções e patrimônios:* narrativas polifônicas. Rio de Janeiro: [s.n.], 2007. p. 20-47.

RIBEIRO, Maria das Graças. Mediação – a linguagem humana dos museus. In: MASSARANI, Luisa; RODARI, Paola; MERZAGORA, Mateo (Ed.). *Diálogos & ciência*: mediação em museus e centros de ciência. Rio de Janeiro: Museu da Vida/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2007. p. 67-74.

RODRIGUES, D. *Perspectivas sobre inclusão* – da educação à sociedade. Porto: Porto Editora, 2003.

SABOYA, L. A. *Museus de C & T*: implantação e expansão – Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro: [s.n.], 2009. p. 357-390.

SÁNCHEZ-MORA, M. C. Los museos y la cultura científica: una aproximación a través del recuerdo de las exhibiciones museográficas. *Revista Museologia e Patrimônio*, México, v. 4, n. 1, p. 3-27, 2011.

SÁNCHEZ-MORA, María del Carmen. Diversos enfoques as visitas guiadas nos museus de ciência. In: MASSARANI, Luisa; RODARI, Paola; MERZAGORA, Mateo (Ed.). *Diálogos & ciência*: mediação em museus e centros de ciência. Rio de Janeiro: Museu da Vida/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2007. p. 21-27.

SANTOS, B. *Comunidade escolar e inclusão*: quando todos ensinam e aprendem com todos. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Universidade no século XXI*: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/reforma/Documentos/PALESTRAS/2004.7.20.12.10.23.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2014.

SANTOS, F. M. T.; GRECA, M. I. (Org.). *A pesquisa em ensino de ciências no Brasil e suas metodologias*. Educação em Ciências. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2006. p. 437.

SANTOS, M. O. C. *Lições das coisas (ou canteiro de obras) através de uma metodologia baseada na educação patrimonial*. Rio de Janeiro: PUC, 1997.

SEQUEIROS, L. *Educar para a solidariedade* – Projeto didático para uma nova cultura de relações entre os povos. Porto Alegre: Artmed, 2000.

VÁZQUEZ, A. A; MANASSERO, M. A. Las actividades extraescolares relacionadas con la ciencia y la tecnología. *Revista Electrónica de Investigación Educativa*, México, v. 9, n. 1, p. 1-22, 2008.

O acervo de obras raras e especiais do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais

Diná Marques Pereira Araújo
Wellington Marçal de Carvalho
Anália Gandini Pontelo

1 APRESENTAÇÃO

O acervo de obras raras e especiais da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) é gerido pela Biblioteca Universitária (BU) que, por meio da Divisão de Coleções Especiais, preserva e garante o acesso aos acervos bibliográficos patrimoniais da Universidade. Enquanto setor técnico, a Divisão dá apoio ao Sistema de Bibliotecas (SB) por meio de consultorias, visitas técnicas e cursos. O apoio às bibliotecas do Sistema é centrado em questões relacionadas aos processos de seleção, às discussões sobre raridade, às fontes de informações sobre livros raros e antigos e à preservação.

Tendo em vista as questões em discussão nos últimos dois anos com os profissionais do SB-UFMG, esta abordagem inicia-se tratando sobre questões terminológicas, especificamente, sobre o "livro raro" e o "livro antigo" e sua adoção em bibliotecas. Escapa às motivações deste texto abordar questões conceituais, que não são únicas e universais, porque as perspectivas não o são. Nossa abordagem pretende apenas ensaiar uma das possíveis respostas para a pergunta que tem habitado as discussões sobre a temática no SB da UFMG: o que as bibliotecas institucionais, a partir do século XX, querem dizer quando se referem a "livro raro" ou "livro antigo"? Apresentamos momentos distintos da gestão do acervo de obras raras e especiais na

BC a partir de 1981 até nossos dias. O levantamento de informações sobre o acervo foi identificado em documentos administrativos. A abordagem foi estruturada em ordem cronológica por décadas. Finalmente, salientamos a importância de uma política de desenvolvimento de acervos raros e especiais para a biblioteca universitária, para isso propomos abordagens que contemplariam as necessidades atuais da Divisão de Coleções Especiais da BU-UFMG.

2 PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO: LIVRO RARO, LIVRO ANTIGO, LIVRO

Em 1976, o bibliotecário britânico Roderick Cave publicou o livro *Rare book librarianship*, no qual descreve como fatores centrais da natureza do livro raro a escassez, a reputação (do livro ou autor), a moda, a condição física e material e a proveniência. O leitor do capítulo "The nature of the rare book", do citado livro, ao contextualizar alguns exemplos, percebe que livros altamente cotados no mercado livreiro daquela época – comprovando a defesa do autor – hoje não estão tão bem cotados assim. Evidência de que a raridade de mercado fundamenta-se na especulação de escassez, manipulada pelo comércio livreiro e por desejos de colecionadores. Apesar de o autor defender, em muitos momentos, a importância do livro raro para as bibliotecas enquanto "documento"[1] de pesquisa, sua proposição sobre o livro raro transita no universo livreiro com ponderações intimamente relacionadas à bibliofilia. Ao tratar sobre raridade, Cave lança mão das características defendidas por Carter (1948) em *Taste and technique in book collecting*, que são: a raridade absoluta, a raridade relativa, a raridade local, a raridade de mercado e a raridade em bibliotecas institucionais.

A presente abordagem tem como centro a raridade em uma "biblioteca institucional".[2] O valor de um livro raro em uma biblioteca institucional não é, ou não deveria ser, pautado por critérios da bibliofilia. As motivações dessa biblioteca e as motivações dos bibliófilos são distintas. Tal afirmação não descarta a importância da bibliofilia para a história das bibliotecas. No caso da UFMG, os bibliófilos são os

[1] O termo documento não é utilizado pelo autor. A atribuição do termo neste trecho é nossa responsabilidade.

[2] Seguindo a expressão usada por Carter e para não discutir sobre as tipologias de bibliotecas (universitária, pública, especializada etc.) e também para não entrar em questões sobre instituições públicas ou privadas, optamos pelo uso dessa expressão.

grandes protagonistas da formação do acervo de obras raras e especiais. O alerta quanto aos critérios da bibliofilia dá-se apenas para destacar que o valor e a significância de um livro não se encerram no universo do colecionismo bibliográfico. Entre as razões de existência de um livro raro em uma biblioteca institucional estão também a preservação do patrimônio bibliográfico institucional, local, nacional e/ou mundial sobre sua guarda. Há situações em que a identificação de livros, enquanto documentos patrimoniais, absolutamente ultrapassam os critérios postos pelos bibliófilos. São muitos os fatores relativos à raridade de um livro em uma biblioteca patrimonial – a antiguidade, a originalidade, os materiais, o interesse da temática, o pertencimento a um conjunto documental/bibliográfico/museológico, a procedência –, mas seus fins sempre serão a preservação da memória escrita e a geração de conhecimento garantidas pelo acesso.

No Brasil, a obra *O que é livro raro?*, publicada em 1989, de autoria da bibliotecária Ana Virgínia Pinheiro, é apontada pela autora como o marco inicial das sistematizações de critérios de raridade, pois não havia, até aquele momento, "investigações bibliográficas que [abordassem] critérios de raridade [...] de forma metodológica e sistemática" (PINHEIRO, 1989, p. 19). A autora define seu enfoque como "uma abordagem alternativa na determinação de critérios de raridades bibliográfica" para as "bibliotecas brasileiras" (PINHEIRO, 1989, p. 17) tendo como recomendação metodológica pré-requisitos de abordagem do livro tendo em vista: o limite histórico; os aspectos bibliológicos, o valor cultural; a fundamentação em pesquisa bibliográfica; e as características do exemplar.

A expressão "livro antigo" também é usada nos contextos das bibliotecas institucionais. Em algumas bibliotecas a expressão é atribuída tendo em vista o antigo regime tipográfico[3] de produção do livro impresso, compreendido entre os três séculos que sucedem a produção do livro a partir de tipos móveis e a revolução industrial. Assim, a data eleita, sobretudo em bibliotecas europeias, como limite temporal do "livro antigo" é o ano de 1811. Corporificando materialidades específicas diretamente associadas à sua feitura o livro antigo é, por isso mesmo, distinto daquele produzido com o auxílio de processos industriais em massa. Assim, ele pode ser apreendido como:

[3] Expressão usada por Chartier (1981).

a) materialidade objetivada: o papel, a tinta, a cor, o couro, o pergaminho, o tecido, os ferros, as linhas, os adesivos, a forma;
b) testemunho factual revelado em sua materialidade por meio das técnicas e práticas de encadernação, de douramento, de composição tipográfica, de produção editorial-textual-gráfica, que convergem, sobretudo, para apreensão do livro como resultado de práticas sociais, culturais e estéticas características de um regime de produção.

No Brasil, a data de 1811 não corresponde ao final do regime tipográfico de produção do livro no país, que oficialmente iniciou-se no século XIX. Em Minas Gerais, por exemplo, as primeiras impressões datam dos 30 primeiros anos do século XIX. O uso do termo "livro antigo" em nossas bibliotecas não possui, assim, o mesmo significado daquelas. Entretanto, a expressão tem ganhado novos usos devido, sobretudo, às discussões relacionados à preservação dos patrimônios escrito e impresso a partir dos primeiros anos do século XXI. Mouren (2007, p. 26, 27) cita que para o Conselho de Bibliotecas Francesas o livro antigo está contemplado em uma compreensão de "documento patrimonial" em bibliotecas. Suas tipologias manifestam-se em:

- livro raro: livros manuscritos, livros únicos, livros de tiragens reduzidas;
- livro antigo: os incunábulos, todos os livros impressos de modo artesanal até 1811, livros impressos há mais de um século;
- manuscrito: escritos à mão, escritos datilografados (cópias manuscritas ou datilografadas de obras literárias, originais, cópias manuscritas ou datilografadas de documentos históricos ou administrativos);
- coleções iconográficas (impressas ou manuscritas): estampas, gravuras, desenhos, fotografias, mapas e plantas;
- exemplares da bibliofilia contemporânea: o livro objeto.

Diante da diversidade de características e proposta de estruturação de acervos bibliográficos patrimoniais, a biblioteca universitária precisa responder: o que se quer dizer quando se faz referência a "livro raro", "livro antigo"? A resposta precisa ser individualizada para a realidade de cada instituição e deve fazer parte da política de formação e desenvolvimento de acervos da biblioteca. Pallier (1994), ao tratar sobre a função patrimonial das bibliotecas universitárias, aponta que a função de guardiãs da herança cultural do conhecimento sempre esteve presente na história dessas bibliotecas. As bibliotecas da UFMG têm sob sua guarda significativo

patrimônio manuscrito e impresso de destacado valor cultural, social e histórico para Minas Gerais, para o país e para o mundo. Tais acervos não estão apenas concentrados nas categorias antigo, raro ou obras dos séculos XIX e XX. Suas modalidades de composição são complexas, como são diversas as tipologias dos documentos que elas abrigam (manuscritos, impressos, obras de arte sobre papel, partituras e muitos outros). Nesse sentido para além de compreender as categorias e critérios que envolvem o patrimônio gráfico documental em nossas bibliotecas precisamos compreender também o significado cultural, social e político dele em nossas bibliotecas. No caso da Biblioteca Universitária da UFMG, os esforços para preservar e garantir o acesso a esse patrimônio é um dos desafios presentes desde a formação de coleções bibliográficas, ditas raras e especiais da Universidade.

3 FORMAÇÃO DO ACERVO DE OBRAS RARAS E ESPECIAIS DA UFMG

A Universidade de Minas Gerais (UMG), três anos após sua fundação em 1927, formou uma biblioteca de "obras raras". O *Projeto de Mobiliário e Equipamento da Biblioteca Central* (1980) confirma a existência dessa biblioteca, que nasceu a partir da reunião de "obras raras" das faculdades que formaram a Universidade. Alocada em prédio da Universidade na Rua Guajajaras, em Belo Horizonte, seu acervo contou com poucos, mas significativos, exemplares de livros raros e antigos.

Em 1962, a Biblioteca de Obras Raras foi transferida para o prédio da Reitoria. Paralelamente, "diferentes unidades possuíam suas próprias bibliotecas" (UFMG, 1980, p. [7]).

Em 1976, foi criada a Biblioteca Central (BC) e, no ano seguinte, o Sistema de Bibliotecas (SB) da UFMG foi centralizado. A ocasião de um novo prédio, a reestruturação do SB e os profissionais que trabalhavam nesta instituição favoreceram a transferência dos acervos raros especiais da Reitoria para o novo espaço. Assim, Caldeira afirma que a formação dos acervos bibliográficos raros e especiais presente na BC

> remonta à coleção existente na antiga biblioteca da Reitoria da Universidade de Minas Gerais, localizada no centro de Belo Horizonte. Posteriormente, obras e coleções existentes nas bibliotecas das unidades acadêmicas [...] foram transferidas para a Biblioteca Central, no *campus* Pampulha. (CALDEIRA, 1997, p. [1])

A *reunião* de coleções e livros não impediu que algumas unidades permanecessem com seus acervos raros e especiais, como fizeram a Faculdade de Medicina, a Faculdade de Letras, a Faculdade de Direito e a Faculdade de Ciências Econômicas, entre outras. No artigo *Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais* Etelvina Lima, Marcio Pinto de Barros e Alipio Pires Castelo Branco apontam que o "*serviço de coleções especiais*" (LIMA, BARROS e CASTELO BRANCO, 1972, p. 130) foi planejado para ocupar o 3º andar do prédio

Novas doações de coleções/arquivos de particulares para a Universidade geraram a ampliação dos espaços de guarda no prédio da BC.[4] Tais acervos compreendem os Projetos de Pesquisa – vinculados às unidades acadêmicas responsáveis por sua gestão; e a Divisão de Coleções Especiais (Dicolesp) gerida pela BU. Os acervos estão estruturados em:

Projetos de Pesquisa:

- Acervo de Escritores Mineiros – Faculdade de Letras.
- Acervo Curt Lange – Escola de Música.
- Helena Antipoff – Faculdade de Educação.

Biblioteca Universitária – Divisão de Coleções Especiais:

- Coleção Memória Intelectual da UFMG.
- Coleção de Obras Raras: Arduino Bolivar, Brasiliana, Camilo Castelo Branco, Geral, Linhares, Luiz Camillo de Oliveira Netto, Referência, Patrologia.
- Coleções Especiais: Faria Tavares, Francisco de Assis Magalhães Gomes, José Israel Vargas, Livro de Artista, Marco Antonio Dias, Orlando de Carvalho, Acervo Indígena.

4 DIVISÃO DE OBRAS RARAS E ESPECIAIS NA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

4.1 Abordagens iniciais – Década de 1980

No prédio da Biblioteca Central, as coleções especiais ficaram sob a administração do Departamento de Serviços ao Usuário (DSU), que iniciou uma série de

[4] Atualmente os acervos estão distribuídos no 3º e no 4º andares.

ações para a organização dos acervos. Foram estabelecidas metodologias de trabalho e propostas para a gestão dos acervos, entre as quais os critérios de organização e de estruturação dos acervos por coleções, conforme modelo adotado pela Reitoria na década de 1960.

O documento *Obras Raras: fase inicial de organização do serviço* aponta a estrutura das atividades iniciadas:

> I. Organização da Coleção:
> Etapa 1: arranjo físico do acervo na Biblioteca;
> Etapa 2: processamento técnico da coleção;
> Etapa 3: publicação do catálogo do acervo.
> II. Metodologia do serviço (desenvolvimento):
> Etapa 1: desempacotar e desamarrar livros, separá-los e reuni-los por coleção;
> [...]
> Etapa 3: separar livros que estão em circulação e reuni-los ao acervo raro [Coleção Geral];5
> Etapa 4: separar folhas soltas para futura reunião e encadernar os volumes da Patrologia.
> (UFMG, 1981)

Após estas fases, não realizadas integralmente, o Departamento de Formação e Processamento do Acervo (DFPA) nomeou uma equipe responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento do Programa de Organização das Obras Raras da BC. O Programa tinha como objetivo definir um modelo para a organização das coleções recém-transferidas para a BC.

Desse modo, no ano de 1983, o DFPA elabora a *Proposta para organização da coleção de obras raras da Biblioteca Central da UFMG.* O documento, apresentado à direção da BU, contemplou a seleção, catalogação, arranjo, critérios de raridade, fontes de referência que deveriam ser utilizadas na identificação e na catalogação dos livros e um breve vocabulário específico sobre livros raros.

[5] Nesse momento foram enviados livros do acervo corrente da BC e das bibliotecas da Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas, FACE, Escola de Engenharia, Instituto de Ciências Biológicas. Não identificamos documentos que descrevam os critérios utilizados para tal "recolhimento".

A proposta foi a primeira intenção de estabelecer critérios de raridade bibliográfica para livros raros no SB-UFMG, bem como o primeiro documento a destacar a necessidade de uma política de desenvolvimento de acervos raros para o Sistema. Os critérios apresentados foram fundamentados em critérios preexistentes de outras bibliotecas brasileiras e também em características de livros raros apontadas em obras de referência da área. Contudo, a proposta não foi oficializada.

Em nenhum dos documentos sobre o tratamento do acervo há referências sobre a preservação. Os processos biblioteconômicos de preparação do livro para guarda e disponibilização ao usuário não foram detalhados. A consulta aos livros do acervo revela que ocorreram: inserção de etiquetas adesivas e/ou esmaltes na lombada de livros, aplicação de carimbos molhados em folhas de rosto, inscrições com tintas, reencadernações em formato padrão com refilamento dos cortes, contudo não há documentação que justifique a adoção de tais práticas. A preocupação identificada na gestão desse período era destacadamente a catalogação. Ação devida, justa e acertada. As intervenções causadas durante os processos de organização em bibliotecas geram rotinas mecânicas, a adoção indiscriminada pode causar danos irreversíveis em acervos bibliográficos. Sem documentos que nos relatem a "decisão" sobre as práticas, não podemos justificar as rotinas adotadas.

No final da década de 1980, bibliotecários do SB-UFMG participaram de ações desenvolvidas pela Fundação Biblioteca Nacional (FBN), por meio de encontros, de cursos de capacitação profissional, de produção de materiais de referência sobre o tratamento de acervos raros, que geraram excelentes frutos para a gestão das obras raras da UFMG na década seguinte.

4.2 Pesquisas, inventários e avaliações – A partir década de 1990

Em 1991, a BU, por meio da Divisão de Planejamento de Divulgação (DPD), realizou inventário dos livros raros da BC no período de setembro de 1991 a julho de 1992, conforme procedimentos adotados pela FBN. O trabalho gerou o desenvolvimento de pesquisas, projetos, publicação de artigos científicos, estudos sobre valoração e propostas de gestão e preservação dos acervos.

Paralelamente ao trabalho da BC foi desenvolvido o projeto de pesquisa *Inventariação e identificação da Coleção de Obras Raras da Biblioteca Central da UFMG*, sob a coordenação do Prof. Paulo da Terra Caldeira, da Escola de Biblioteconomia da UFMG.

O relatório, resultado dos trabalhos, destacou a necessidade de estabelecimento de procedimentos de conservação, critérios para catalogação e arranjo do acervo.[6] A organização dos acervos raros, além das pesquisas específicas, exigia o estabelecimento de critérios que enfocassem a raridade para a identificação e o recolhimento de exemplares no acervo bibliográfico do Sistema. Desse modo, em 1992, por meio do DPD, a BU estabelece o documento *Critérios adotados para seleção de Obras Raras da UFMG*.[7]

O documento *Critérios adotados para seleção de obras raras* pretendeu elencar as características para a identificação de um livro como raro. O objetivo da proposição era auxiliar na identificação e no recolhimento de livros raros no acervo bibliográfico SB-UFMG. Não identificamos se o recolhimento foi efetivado, bem como não temos como comprovar o uso do critério como uma ferramenta para aquisição de livros raros para a Universidade. Também não há documentos que descrevam o processo de formação dos critérios, por isso ainda é impossível apontar quem ou quais foram os profissionais que desenvolveram o documento e/ou presença de consultores.

Novamente, não há documentação que aponte qual o fundamento teórico para a definição dos critérios. Entretanto, ao avaliar o documento, é nítida a presença das recomendações metodológicas apontadas no livro *O que é livro raro?*, de autoria da bibliotecária Ana Virgínia Pinheiro.

Desde a definição dos critérios em 1992 até 2010, nenhum outro documento retoma a discussão sobre o tema. Relatos dos bibliotecários do SB-UFMG apontam que, na prática, a definição ficou restrita ao acervo de Obras Raras da BC. Pelo exposto, considera-se que houve necessidade de contextualizar e discutir o documento junto às bibliotecas do SB-UFMG.

A definição de raridade tendo como auxílio um critério preestabelecido pode surgir como "solução" dos problemas relacionados à seleção e ao recolhimento de

[6] Nessa década, foram formadas várias comissões internas para a avaliação dos acervos bibliográficos e arquivísticos presentes no prédio da BC. Nesse sentido, são criados grupos de trabalho com o intuito tanto de inventariar os acervos, quanto de apontar trabalhos realizados pela BU. Também no ano 2000 o projeto Inventário de Arquivos e Coleções Especiais – subprojeto da Comissão de Avaliação de Acervos da UFMG – apresentou relatório que buscou revelar questões acerca da adoção de uma política geral de acervos da Universidade como um todo (não mais restrito aos acervos da BC. Não é escopo deste texto abordar esses trabalhos.

[7] Os critérios de raridade podem ser consultados no *site*: <www.bu.ufmg.br>.

livros, mas não é. Vejamos um dos critérios da BC: "edições populares, obras sobre histórias de descobrimentos e colonização, obras premiadas, traduções" (UFMG, 1992a). Basta preencher uma dessas categorias para o livro ser raro? A seleção de um livro com essas características precisa responder outras questões: Qual contexto de produção deste livro? O que distingue este livro das demais publicações de seu período? Que premiação? Por que essa premiação? Uma tradução? De qual livro? Quem é o tradutor? Por que essa tradução é importante? Qual a importância deste livro para a instituição? As questões serão várias. Sant'ana (2001, p. 12) destaca que os "critérios acompanhados de pequenas notas explicativas do motivo de sua inclusão" possibilitam a devida compreensão de sua adoção por parte da instituição que realiza o processo de seleção.

Richard (2013), no artigo "La formation aux questions patrimoniales dans les bibliothèques", aponta que os acervos patrimoniais desenvolveram-se consideravelmente nos últimos anos e destaca a responsabilidade do profissional da biblioteca tendo em vista que

> a determinação do estatuto de patrimônio para as coleções é cada vez mais competência dos profissionais que devem medir a importância do acervo que está sobre sua responsabilidade e não somente limitar as coleções patrimoniais aos documentos "antigos, raros e preciosos". Todos os profissionais da biblioteca devem estar conscientes dos contornos e desafios dos acervos patrimoniais. (RICHARD, 2013)[8]

A autora sinaliza que a formação contínua garante que o bibliotecário acompanhe as evoluções científicas e técnicas no desenvolvimento do seu trabalho nesses acervos.

A História do Livro, a História das Bibliotecas e áreas correlatas ao livro – como a Bibliofilia, as disciplinas instrumentais de Bibliologia e a Codicologia – são disciplinas que estreitam a relação do bibliotecário de um acervo patrimonial com um dos documentos mais frequente em seu trabalho: o livro. Sem a compreensão do "livro" o critério de raridade corre o risco de ser um código binário. Questionável.

[8] Texto original em língua francesa, tradução nossa.

O critério de raridade auxilia o processo de aquisição, identificação, seleção, recolhimento e/ou formação de coleções, sendo um item que compõe a política de desenvolvimento de acervos raros da instituição. Sua existência exige constantes estudos e avaliações por meio de uma equipe transdisciplinar de profissionais que trabalhem com o livro raro. Os critérios de raridade da BU são indicativos para seleção de livros raros nas bibliotecas do SB-UFMG, porém é premente: implantar grupos de estudos para discussão e análise do critério estabelecido; sistematizar procedimentos de aquisição, identificação, seleção e recolhimento para guarda especial na biblioteca da Unidade Acadêmica ou na Divisão de Coleções Especiais.

4.3 Projetos e reestruturações – Anos 2000

Nos anos 2000, os acervos raros e especiais da BC vivenciaram mudanças realizadas por meio de projetos de:

- reforma e readequação do 4º andar da BC, inclusive para receber o acervo de obras raras e especiais;
- catalogação para disponibilização de livros no catálogo *online*;
- digitalização do acervo da Coleção Linhares;
- catalogação do arquivo da Assessoria de Segurança e Informações (AESI-UFMG);
- realização de exposições de grande porte;
- desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão direcionados à preservação dos acervos.

As iniciativas contaram com fomento de instituições como a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), a Petrobras, além de investimentos financeiros oriundos da administração central da UFMG. Os trabalhos contaram tanto com o apoio quanto com a proposição dos professores Alcenir Soares dos Reis, Heloísa Maria Murgel Starling, Jacyntho Lins Brandão, Junia Ferreira Furtado, Maria da Conceição Carvalho, Paulo da Terra Caldeira, Rodrigo Patto Sá Motta, Wander Melo Miranda.

Em 2005, a bibliotecária Marlene de Fátima Vieira Lopes e o restaurador Mario Anacleto de Sousa Junior apresentaram o projeto "Instalação definitiva e adequação do espaço físico do acervo de obras raras e especiais da UFMG com vistas à conservação e acesso". O projeto foi contemplado com fomento do Banco Nacional

de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Desde as primeiras propostas de trabalho na década de 1980, pela primeira vez, a gestão dos acervos raros e especiais da BC foi fundamentada em ações indissociáveis de preservação e de tratamento da informação. Entre os benefícios do projeto estão: a criação de reserva técnica com climatização e mobiliário adequado aos formatos dos documentos; a criação de ateliê com equipamentos necessários para a higienização, acondicionamento e pequenos reparos; higienização, acondicionamento e catalogação de todos os livros do acervo datados do século XVI ao XVIII;[9] e a publicação de um manual para catalogação de livros raros.[10]

Após esse projeto, foi possível estruturar ações contínuas de conservação em coleções específicas, sistematizar as rotinas de higienização e visitas orientadas, realizar exposições temporárias e receber doações e coleções.[11] Destacamos algumas das ações desenvolvidas após o projeto:

- Conservação preventiva do arquivo da Assessoria de Segurança e Informações (AESI-UFMG), o qual passou por higienização, acondicionamento e foi armazenado em espaço adequado.[12]

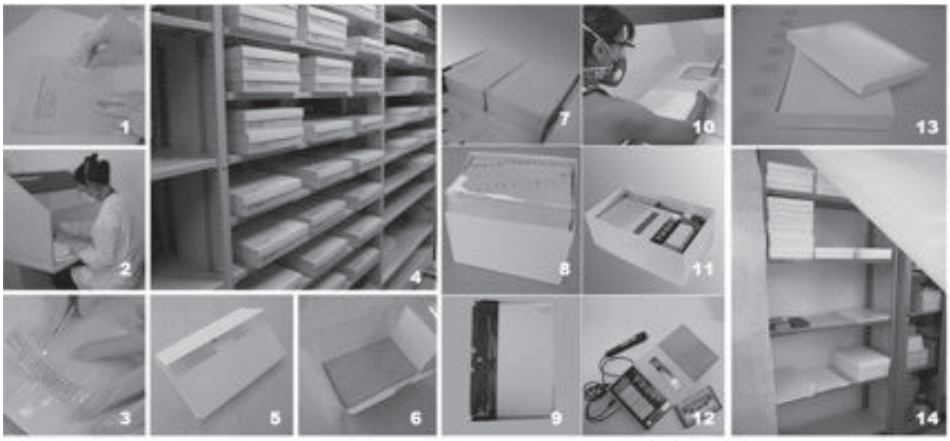
[9] Aproximadamente 9.000 exemplares.

[10] A publicação *Manual para entrada de dados bibliográficos em formato MARC 21 - Ênfase em obras raras e especiais* está disponível para *download* no *site* da BU: <www.bu.ufmg.br>.

[11] Foi o caso da Coleção de Livro de Artista da Escola de Belas Artes.

[12] O trabalho foi desenvolvido por meio de projeto fomentado pela Pró-Reitoria de Extensão da UFMG, em 2011. Contou com a participação dos bolsistas: Aline Rabello Ferreira, Camilla Maia Camargos, Hanna Fedra Carvalho, Fábio Mendes Zarattini, Ires Leite Couto, João Henriques Martins Regagnan.

Figura 1. Etapas da conservação preventiva arquivo AESI-UFMG



Arquivo AESI-UFMG – Etapas de Conservação Preventiva: higenização, acondicionamento e armazenamento.
Legenda:
1. Limpeza com pó de borracha.
2. Limpeza a seco com trincha em mesa de higienização.
3. Retirada de etiquetas adesivas identificadoras para guarda adequada em papel filifold.
4. Armazenamento definitivo dos documentos (posição horizontal) em estante deslizante em ambiente climatizado.
5. e 6. Invólucros para acondicionamento.
7. Acondicionamento anterior de fichas de descrição dos documentos do Arquivo.
8. Acondicionamento atual das fichas em caixa adequada (proteção superior com poliéster).
9. Acondicionamento anterior.
10. Limpeza a seco com trincha em mesa de higienização.
11. Acondicionamento de gravadora (toca-fitas).
12. Gravadora, fita-cassete e microfone.
13. Acondicionamento atual.
14. Organização do material higienizado para envio definitivo ao ambiente climatizado.

Fonte: UFMG/BU/Fábio Mendes Zarattini – Semana do Conhecimento, 2011.

Exposições temporárias

A exposição temporária na Divisão de Coleções Especiais é uma estratégia para que o público conheça o conteúdo de suas coleções. Ela visa apresentar e difundir o acervo tanto por seu valor patrimonial quanto por seu interesse relacionado à pesquisa. Alonso Fernández e García Fernández (2010, p. 41) relatam que a "exposição é um

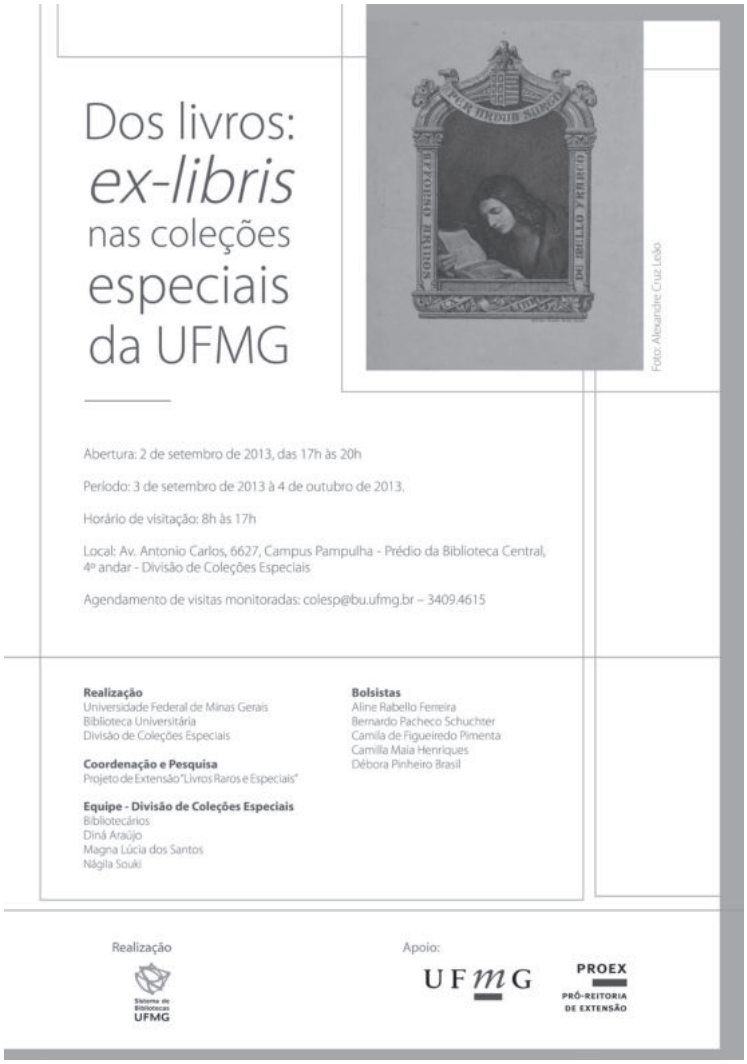
método e uma estratégia para ver, conhecer e comunicar".[13] O mesmo ver, conhecer e comunicar ocorre com a equipe da biblioteca que prepara a exposição. É um momento de reconhecimento, conscientização, diálogo e aproximação com o acervo, por isso uma oportunidade para que o bibliotecário exerça seu fazer responsável de conhecer, preservar e difundir o acervo sob sua guarda. Os resultados das exposições temporárias que aconteceram no setor entre os anos de 2011 e 2013 indicam que todas as exposições geraram pesquisas ao acervo durante e após as mostras. Creditamos os resultados tanto às propostas dos curadores, quanto às visitas orientadas que acompanham as exposições.

Figura 2. Exposição Coleção Livro de Artista. Curadoria Amir Brito Cador

Fonte: UFMG/BU/Coleção Livro de Artista, 2013.

[13] Texto original em língua espanhola, tradução nossa.

Figura 3. Exposição Coleção Ex-libris. Curadoria Divisão de Coleções Especiais



Fonte: UFMG/BU/Comunicação, 2014.

Graças à documentação produzida pelos bibliotecários nas décadas de 1980 e 1990 foi possível traçar um possível histórico da formação das obras raras e especiais na UFMG. Contudo, não descartamos a presença de lacunas e/ou necessidades de correções.

Atualmente, com distâncias de 60, 30, 20 anos, apontar decisões que poderiam ser distintas pode ser simples. Estamos cientes de que as iniciativas, desde 1930, contribuíram em suas medidas para a preservação do acervo de obras raras e especiais da Universidade. Recuar e rever o percurso da gestão do acervo permite optarmos pela continuidade de propostas bem-sucedidas. Olhar para o passado também ilumina as formas de compreender, de questionar e de redirecionar a gestão do patrimônio bibliográfico da UFMG, hoje, tempo em que as responsabilidades também são muitas. Há livros, nas bibliotecas do SB, que necessitam de avaliação, seleção e recolhimento para guarda especial, especificamente os livros adquiridos nos primeiros anos de vida da UMG. São livros, em sua maioria, do século XIX e início do XX que participaram da vida acadêmica de alunos, de professores e de pesquisadores. Esses livros não constam em repertórios bibliográficos e/ou bibliofílicos de raridade, mas representam a biblioteca patrimonial da Universidade. Compreender o que são esses livros pode ser também compreender os programas da educação superior naqueles anos. Eis mais um critério para sua salvaguarda.

5 POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE ACERVOS RAROS E ESPECIAIS EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

A Universidade, com a missão de gerar e difundir conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais em suas vertentes do ensino, da pesquisa e da extensão, tem, por meio da biblioteca universitária, a responsabilidade de garantir o acesso, desenvolver e preservar os acervos bibliográficos sob sua guarda.

Desde a década de 1980, a sinalização para a institucionalização de uma política de desenvolvimento de acervos raros e especiais é premente. Nesse caso, uma política que atenda às especificidades de um acervo bibliográfico patrimonial em uma biblioteca universitária. Uma proposta de desenvolvimento de acervo que não desassocie a preservação e o acesso. A compreensão do acervo enquanto bem reservado para ser preservado e também para ser disponibilizado ao público pode contar, em suas proposições para a salvaguarda, com os pontos apresentados a seguir. A proposição de uma política de desenvolvimento de acervos raros e especiais para a BU -UFMG deve ser fruto de um trabalho em equipe e transdisciplinar. Oportunamente, diante das necessidades da Divisão de Coleções Especiais da BU, as sugestões de itens a serem contemplados nesse documento seriam:

Formação e desenvolvimento

- Definição das tipologias de documentos e temáticas a serem inseridas no acervo da Universidade.
- Aquisição:
  – Doação: critérios para recebimento de livros/acervos
  – Compra:
    ▪ modalidade de aquisição de livros especiais e raros/antigos.
    ▪ instrumentos legais e recursos financeiros que garantam a aquisição de novos livros para o acervo
  – Troca, permuta: interinstitucionais.
  – Recolhimento: identificação de títulos que devem ser retirados do acervo corrente do SB-UFMG.
- Seleção: processos e instrumentos

Gestão de Informação

- Catalogação: além dos procedimentos padronizados de nível de descrição, inserir descrições que individualizem o exemplar (descrição material, encadernação, marcas de circulação e posse, intervenções e estado de conservação (materiais e técnicas), proveniência e percurso do livro na instituição.
- Documentação dos acervos
- Digitalização: garantias de acesso ao conteúdo digital e físico.

Acesso

- Acesso aos documentos por meio de:
  – pesquisa na biblioteca
  – acesso e atendimento remoto
- Exposições (internas e externas)

Programas de educação patrimonial

Preservação

- Diagnóstico de conservação.
- Prioridades de ações.
- Gerenciamento de riscos que salvaguardem os acervos contra fogo, água, condições ambientais inadequadas, ataque de micro-organismos, insetos

e roedores, armazenagem e acondicionamento indevidos, danos causados pela manipulação da equipe da biblioteca e pelos usuários, roubo, vandalismo.

- Critérios de intervenção: conservação curativa e restauração do acervo.
- Rotinas e procedimentos para higienização, acondicionamento e armazenagem conforme tipologia documental e estado de conservação.
- Padronização de procedimentos de identificação e segurança individual dos documentos do acervo.
- Digitalização: preparação de exemplares, preservação de documentos digitais.

Como exposto, uma política de formação e desenvolvimento de acervos raros e especiais em bibliotecas universitárias extrapola os pontos apresentados acima. Ainda devem ser consideradas as questões de infraestrutura financeira, física e de recursos humanos. Contudo, fatalmente, eles refletem as necessidades vivenciadas e desejadas para a preservação do patrimônio bibliográfico da UFMG. O acervo de obras raras e especiais é instrumento para o ensino, a pesquisa e a extensão na Universidade, assim, temos como nosso maior desafio efetivar os meios para que todos aqueles que formam a UFMG o reconheçam e o preservem enquanto patrimônio bibliográfico da instituição.[14]

[14] Referência à citação de Melot (2004): "Le bien patrimonial doit être reconnu collectivement, et entretenu collectivement".

REFERÊNCIAS

ALONSO FERNÁNDEZ, Luis; GARCÍA FERNÁNDEZ, Isabel. *Diseño de exposiciones*: concepto, instalación y montaje. 2. ed. rev. e ampl. Madrid: Alianza Editorial, 2010. 275 p.

CALDEIRA, Paulo da Terra. As coleções especiais da UFMG. In: PAIVA, Marco Elizio. *Galeria Brasiliana*. Belo Horizonte, Escola de Belas Artes, 1997. (Exposição).

CALDEIRA, Paulo da Terra; SANTOS, Silvana Aparecida Silva; ASSIS, Francisco de. Um acervo precioso: a coleção de obras raras da UFMG. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 17., 1997, São Luís. *Anais*... São Luís: FINEP, 1997.

CARTER, John. *Taste and technique in book collecting*. Cambridge: University Press, 1948.

CAVE, Roderick. *Rare book librarianship*. London: C. Bingley; Hamden, Conn: Linnet Books, 1976. 168 p.

CHARTIER, Roger. L'ancien régime typographique: réflexions sur quelques travaux recentes. *Anais* ESC, ano 36, n. 2, p. 191-209, mar.-abr. 1981.

LIMA, Etelvina; BARROS, Marcio Pinto de; CASTELO BRANCO, Alipio Pires. Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 128-131, set. 1972.

MELOT, Michel. Qu'est-ce qu'un objet patrimonial?. *Bulletin des Bibliothèques de France*, n. 5, 2004. Disponível em: <http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2004-05-0005-001>. Acesso em: 14 jun. 2012.

MOUREN, Raphaële. *Manuel du patrimoine en bibliothèque*. Paris: Éditions du Cercle de la Librairie, 2007.

PALLIER, Denis. La fonction patrimoniale. In: RENOULT, Daniel. *Les bibliothèques das l'Université*. Paris: Éditions du Cercle de la Librairie, 1994. p. 160-166.

PINHEIRO, Ana Virgínia Teixeira da Paz. *Que é livro raro?* Uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica. Rio de Janeiro: Presença, 1989. 71 p.

RICHARD, Hélène. La formation aux questions patrimoniales dans les bibliothèques. *Bulletin des Bibliothèques de France*, n. 5, 2013. Disponível em: <http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2013-05-0039-009>. Acesso em: 13 dez. 2013.

SANT'ANA, Rizio Bruno. Critérios para a definição de obras raras. *Revista Online Bibl. Prof. Joel Martins*, Campinas, v. 2, n. 3, p. 1-18, jun. 2001.

Documentação arquivística

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Biblioteca Universitária. *Projeto de Mobiliário e Equipamento da Biblioteca Central.* Belo Horizonte: Biblioteca Universitária, 1980. [Não paginado].

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Biblioteca Universitária. Departamento de Formação e Processamento do Acervo. *Obras raras*: fase inicial de organização do serviço. Belo Horizonte: Biblioteca Universitária, [1981. Não paginado].

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Biblioteca Universitária. Departamento de Formação e Processamento do Acervo. *Proposta para organização da coleção de obras raras da Biblioteca Central*. Belo Horizonte: Biblioteca Universitária, [1983. Não paginado].

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Biblioteca Universitária. Divisão de Coleções Especiais. *Instalação definitiva e adequação do espaço físico do acervo de obras raras e especiais da UFMG com vistas à conservação e acesso*. Belo Horizonte: Biblioteca Universitária, 2005. [Não paginado].

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Biblioteca Universitária. Divisão de Planejamento e Divulgação. *Coleção de obras raras*: inventário e transferência da DPD para BC. Belo Horizonte: Biblioteca Universitária, 1992a. [Não paginado].

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Biblioteca Universitária. Divisão de Planejamento e Divulgação. *Critérios adotados para seleção de obras raras*. Belo Horizonte: Biblioteca Universitária, 1992b. [Não paginado].

Memória e trabalho: o arquivo histórico do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Carla Simone Chamon
Adalson Nascimento

O Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) é uma instituição escolar centenária[1]. Sua história começou em 1910, quando foi instalada na cidade de Belo Horizonte a Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais, cumprindo o decreto republicano de 1909, que determinava a criação de 19 escolas dessa natureza no Brasil. À época, a instituição oferecia formação profissional primária gratuita. Nos anos de 1940, com a Reforma Capanema, a Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais transformou-se em Escola Técnica de Belo Horizonte, passando a ofertar ensino profissional de níveis ginasial e médio. Nas décadas de 1950 a 1970, a Escola passou por forte crescimento, aumentando o número de alunos, expandindo seus cursos técnicos de nível médio e criando cursos de graduação na área de Engenharia Industrial, o que levou à sua transformação em um Centro Federal de Educação Tecnológica no ano de 1978. Hoje, o CEFET-MG oferta diversos cursos técnicos de nível médio, de graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado) em Belo Horizonte e em várias cidades mineiras.

[1] Este texto é resultado de pesquisas realizadas no âmbito dos projetos "100 anos de história do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais: organização do acervo histórico", coordenado pelos profs. Adalson Nascimento e Carla Chamon, e "Escolarização do ensino de ofícios (1850-1950)", coordenado pela profa. Carla Chamon, ambos financiados pelo CNPq e pela FAPEMIG.

Ao longo de mais de 100 anos de funcionamento, o CEFET-MG acumulou um patrimônio documental de considerável importância para a comunidade acadêmica e para a comunidade em geral. São documentos produzidos pela instituição e que são valiosos tanto pelo seu caráter histórico, quanto pelo seu caráter probatório. Dado o grande valor histórico do acervo, e no ensejo das comemorações do centenário do CEFET-MG, o grupo de pesquisa NEMHE (Núcleo de Estudos de Memória, História e Espaço) iniciou em 2010 o projeto "100 anos de história do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais: organização do arquivo histórico". Esse projeto, finalizado em 2013, contou com financiamento do próprio CEFET-MG, da FAPEMIG e do CNPq, e com a participação de professores da instituição e do curso de Arquivologia da UFMG, bem como de alunos dos cursos de graduação em Arquivologia e em História.

O projeto teve por objetivo realizar o tratamento arquivístico do conjunto documental histórico produzido e acumulado entre os anos de 1910, data de fundação da escola, e 1978, momento em que iniciou-se uma nova fase na trajetória da instituição. Ao longo do projeto, foi realizada a identificação, a higienização, a organização intelectual e física e o acondicionamento do acervo, visando garantir condições adequadas de guarda. Para permitir o acesso aos documentos, foram elaborados inventários descrevendo o fundo Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais, formado pelos documentos produzidos entre 1910 e 1943, e o fundo Escola Técnica Federal de Minas Gerais, compreendendo os documentos produzidos entre 1943 e 1978.

A preocupação com o acervo do CEFET-MG nasceu de um gesto típico do historiador: a ida aos arquivos. Foi visitando e pesquisando no chamado "Arquivo Morto",[2] localizado no *Campus* I[3] da instituição, que deparamo-nos com um processo de sistemática destruição dos documentos ali depositados. Essa destruição dava-se seja pela ação do tempo e das péssimas condições de armazenagem, seja pelo descarte de documentos considerados "velhos" e sem utilidade. Boa parte da documentação que a instituição se preocupava em preservar, como os documentos contábeis e as

[2] A expressão "arquivo morto" é utilizada por professores e servidores técnico-administrativos do CEFET -MG. No Brasil, ela é largamente utilizada para designar o conjunto de papéis sem valor corrente nas organizações. Trata-se de uma expressão pejorativa que remete a uma representação de documentos considerados sem vida e, portanto, sem interesse para as instituições. Para se designar os arquivos de terceira idade é utilizada a expressão "arquivos permanentes".

[3] O *Campus I* do CEFET-MG localiza-se na Av. Amazonas, 5.253, em Belo Horizonte, e é sua sede principal.

pastas funcionais de professores, tinha como justificativa apenas a valorização do documento como objeto comprobatório. Era seu caráter de prova que permitia a sua subsistência. Seu valor cultural, como lugar da memória, raramente (ou apenas como obra do acaso) era considerado. A maior parte da documentação estava guardada em caixas de papelão acidificado, num depósito sem circulação de ar e com incidência direta de raios solares, o que comprometia a sua integridade. Além disso, grande quantidade de poeira, de sujidades e de micro-organismos presentes na documentação também se constituíam em fatores de deterioração dos documentos, como se pode ver nas imagens a seguir, registradas pela equipe do projeto antes do início dos trabalhos, em abril de 2010.

Figuras 1 e 2. Arquivo CEFET-MG (2010)

Figura 3. Livro de Ata da Escola de Aprendizes Artífices -1910 (Arquivo CEFET-MG – 2010)

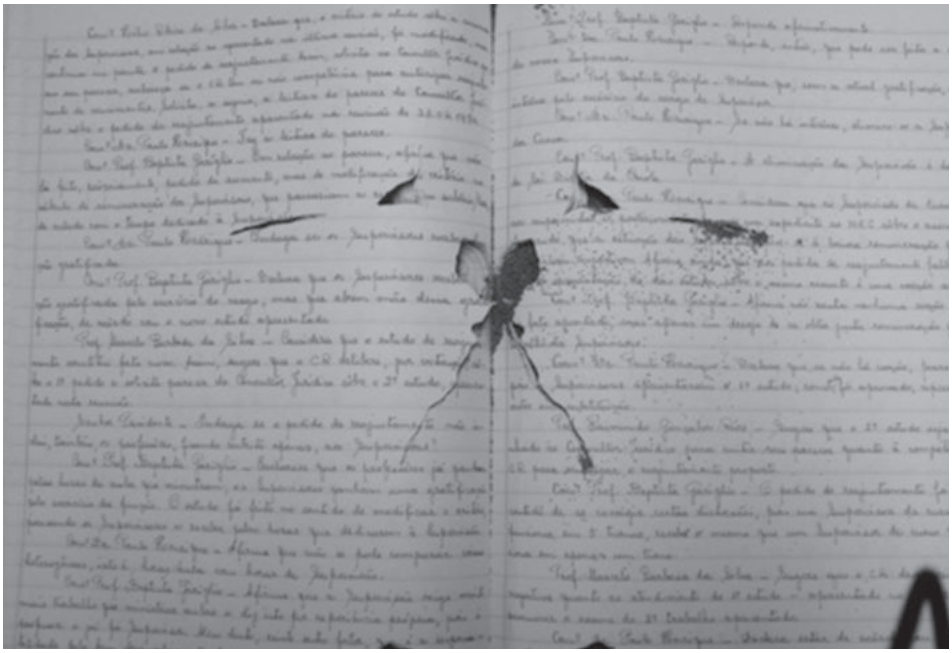
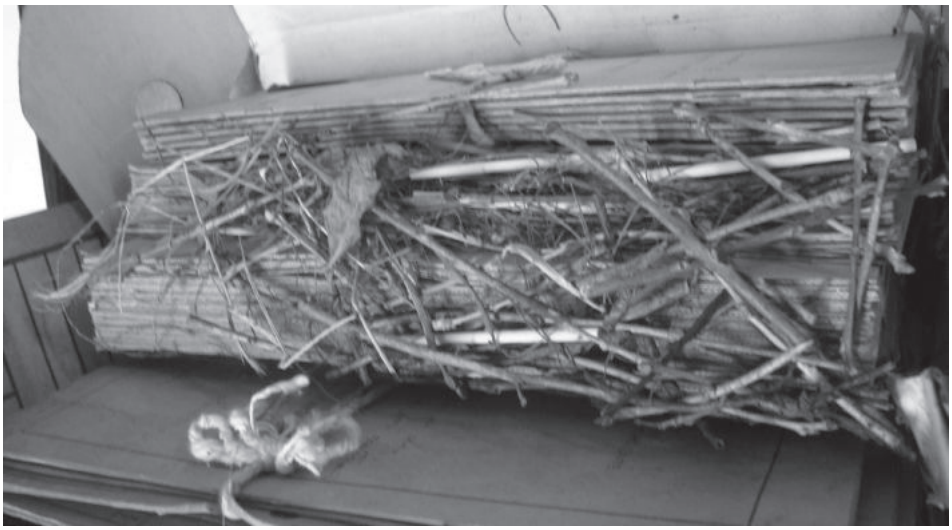


Figura 4. Ninho de passarinho em documento do Arquivo do CEFET-MG (2010)



Em termos da organização intelectual do arquivo, a situação não era melhor e inexistiam listagens que permitissem a localização dos documentos. O acesso era feito diretamente nas caixas por meio da leitura das etiquetas, cujos dados, quando corretos, eram sumários e não informavam de maneira suficiente sobre o conteúdo das caixas. A localização dos documentos também era dificultada pela ausência de sequência lógica delas.

Como se percebe, o cenário do arquivo era desolador: uma rica documentação produzida pela Escola desde o ano de sua fundação, em 1910, amontoada num depósito empoeirado, desorganizado, infestado de insetos e pragas, exposta à destruição. O que estava em jogo nesse processo era a perda de uma documentação cuja importância não se avaliava, cujo potencial, como testemunho histórico e como suporte de uma memória coletiva, se desconhecia. E, como insistiu Bloch, a transmissão desses testemunhos não é um processo natural, mas depende de causas humanas:

> Ao contrário do que parecem por vezes imaginar os principiantes, os documentos não surgem aqui ou acolá por artes mágicas. A sua presença ou a sua ausência em determinado fundo de arquivo, em determinada biblioteca, em determinado terreno, dependem de causas humanas que de maneira alguma escapam à análise, e os problemas que a sua transmissão levanta, longe de se encontrarem somente ao alcance de exercícios técnicos, respeitam, eles mesmos, ao mais íntimo da vida do passado, porque aquilo que se encontra, afinal, em jogo não é nem mais nem menos do que a passagem da memória das coisas através das gerações. ([s.d.], p. 65, 66)

A memória não se preserva por um processo natural e, apesar do seu aspecto "livre, espontâneo e quase onírico", como nos ensina Bosi, "ela não é sonho, é trabalho" (1998, p. 55). É ação vigilante que busca a preservação de um patrimônio e a sua transformação em um "lugar de memória". É trabalho de guardar, de organizar, de impedir o processo de deterioração dos documentos para que eles possam cumprir sua função de pôr a salvo a história.

Animado por essas ideias, o NEMHE/CEFET-MG elaborou o projeto de organização do acervo da instituição, com o objetivo de enfrentar o problema de destruição e de desorganização dos documentos da Escola, organizando e implementando ações de preservação, destinação e organização do arquivo histórico do CEFET-MG. Nesse processo, o grupo buscou uma parceria com a Escola de Ciência da Informação

(ECI/UFMG), tendo em vista garantir o diálogo entre os pressupostos teórico-metodológicos da história e da arquivística.

Os procedimentos adotados para criar uma configuração lógica e material dos documentos foram realizados em diversas etapas. A organização intelectual incluiu a identificação dos fundos, o arranjo, a codificação e a descrição por meio de inventários. A organização física foi realizada com a higienização e o acondicionamento adequado a partir da produção de invólucros e substituição das caixas. Nesse processo, três diferentes fundos foram identificados no acervo: Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais (1910-1943); Escola Técnica Federal de Minas Gerais (1943-1978); Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (1978-atual). O projeto desenvolvido ocupou-se dos dois primeiros, os quais são o objeto de reflexão no presente artigo. Nosso objetivo aqui é relatar e analisar a prática arquivística desenvolvida no processo de organização desses dois fundos, refletindo acerca dos desafios enfrentados pela equipe envolvida no projeto e as especificidades que caracterizaram esse processo, buscando também lançar luz sobre as potencialidades das fontes ali depositadas para a história da educação profissional no Brasil.

CONSTITUIÇÃO DOS FUNDOS

No início dos trabalhos, foi feito um diagnóstico preliminar no qual foram identificados documentos de valor primário, documentos de valor secundário ou permanente e documentos sem valor de guarda no arquivo geral do CEFET-MG. Os documentos de valor primário são aqueles de uso corrente e que interessam à instituição produtora, dado o seu valor de prova e informação. Com o passar do tempo, os documentos perdem o seu valor primário e ganham o valor secundário, que é aquele relacionado à possibilidade de análise crítica da administração. Os documentos com valor secundário interessam não apenas ao produtor, mas a outras pessoas e instituições, em função de seu valor histórico e cultural (SCHELLENBERG, 2005).

A ideia de que os documentos ganham novos significados com o passar do tempo remete à teoria das três idades ou do ciclo vital dos documentos formulada nos Estados Unidos em meados do século XX. Para Rousseau e Culture, "na idade ativa, o documento serve regularmente para a administração; na idade semiativa, é utilizado ocasionalmente, e na idade inativa, é destruído ou conservado de modo permanente" (1998, p. 53). Nessa direção, pode-se dizer que o projeto "100 anos de

história do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais: organização do arquivo histórico" trabalhou na organização do chamado arquivo permanente ou final ou histórico do CEFET-MG.

Feito esse diagnóstico preliminar, iniciaram-se os primeiros estudos com o objetivo de identificar os fundos ali existentes, ou seja, a proveniência dos documentos guardados no depósito. Segundo, Bellotto, fundo de arquivo

> é o conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família, no exercício de suas funções e atividades, que guardam entre si relações orgânicas, e que são preservados como prova ou testemunho legal e/ou cultural, não devendo ser mesclados a documentos de outro conjunto, gerado por outra instituição, mesmo que este, por quaisquer razões, lhe seja a fim. (2006, p. 128)

Para a identificação foi necessário entender a dimensão histórica da instituição, reconstruindo o contexto em que os documentos foram produzidos: a estrutura administrativa, as funções e as atividades da Escola. A investigação foi realizada em textos normativos – leis, decretos, regimentos, diagramas de organização estrutural – e nos próprios documentos do acervo, com o objetivo de conhecer a trajetória administrativa e a dinâmica da instituição produtora do conjunto.[4] Nessa pesquisa, verificamos que ao longo dos últimos cem anos houve mudanças significativas no nível de ensino, no grau de autonomia administrativa e pedagógica, no posicionamento dentro da Administração federal e no próprio nome da Escola.

A instituição foi fundada em 08 de setembro de 1910, fruto do Decreto nº 7.566, sancionado em 1909, pelo presidente Nilo Peçanha, instituindo a criação de 19 escolas profissionais de nível primário, denominadas Escolas de Aprendizes Artífices. A Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais, instalada na capital mineira oferecia inicialmente o curso primário, o curso de desenho e a aprendizagem de ofícios em cinco oficinas: ferraria, marcenaria, carpintaria, ourivesaria e sapataria.

Em agosto de 1941, em cumprimento ao artigo 37 da Lei nº 378, de 1937, a Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais foi denominada Liceu Industrial de

[4] O texto *Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais: 100 anos, muitas histórias*, de Chamon e Goodwin Júnior (2011) foi produzido, em boa parte, a partir dos dados levantados nessa investigação.

Minas Gerais. A partir dessa Lei, a expectativa era de que a instituição ministrasse o ensino profissional em todos os ramos e graus. Antes mesmo de se efetivar qualquer mudança prática nos níveis de ensino, o Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, promoveu uma reestruturação do ensino industrial no país. A partir de então, a instituição passou a se chamar Escola Industrial de Belo Horizonte, deixando de ofertar o ensino profissional de nível primário e passando a ministrar o ensino profissional em nível ginasial. Um ano depois, com a criação de seu primeiro curso técnico de nível médio – Curso Técnico de Construção de Máquinas e Motores –, o Decreto nº 11.447, de 23 de janeiro de 1943, reconheceu a Escola como Escola Técnica de Belo Horizonte (ETBH), ofertando a partir de então ensino industrial ginasial e de segundo grau.

Em 1965, em virtude da Lei nº 4.759, de 20 de agosto, a ETBH passou a se chamar Escola Técnica Federal de Minas Gerais. A partir de 1978, com a Lei nº 6.545, de 30 de junho, a Escola ganhou sua atual denominação: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Essa mudança não ficou restrita à sua denominação, pois a nova estruturação ampliou as atribuições da instituição e deu a ela o *status* de Instituição Federal de Ensino Superior Isolada, considerada autarquia de regime especial.

A pesquisa realizada no âmbito do projeto evidenciou que tais mudanças estruturais e de subordinação alteraram de maneira significativa as funções e atividades da Escola. Tomando como referência a literatura arquivística, em especial Duchein (1986), foram identificados os três fundos gerados na trajetória da instituição a partir de 1910.

Quadro 1. Fundos gerados durante a trajetória do CEFET-MG

Nome	Período	Modalidade de ensino oferecida	Fundo produzido
Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais	Set./1910 a ago./1941	Ensino profissional primário	Fundo Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais (1910-1943)
Liceu Industrial de Minas Gerais	Ago./1941 a jan./1942	Ensino profissional primário	
Escola Industrial de Belo Horizonte	Jan./1942 a jan./1943	Ensino profissional ginasial	
Escola Técnica de Belo Horizonte	Jan./1943 a ago./1965	Ensino profissional ginasial e Ensino técnico de segundo grau	Fundo Escola Técnica Federal de Minas Gerais (1943-1978)
Escola Técnica Federal de Minas Gerais	Ago./1965 a jun./1978	Ensino técnico de segundo grau	
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	Jun./1978 em diante	Ensino técnico de segundo grau e Ensino superior	Fundo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (1978 em diante)

O conjunto documental mais remoto, fundo Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais, iniciado em 1910, tem como data final 23 de janeiro de 1943, quando o Decreto nº 11.447 alterou as atribuições da Escola. Até agosto de 1941, o ensino oferecido era o primário. A partir de então, com a transformação da Escola em Liceu e, em fevereiro de 1942, com a reestruturação nacional do ensino industrial, realizada no Ministério de Gustavo Capanema, a instituição deixou de ofertar ensino primário e passou a oferecer ensino profissional de nível ginasial, em cursos industriais de quatro anos. Em janeiro de 1943, além do ginásio industrial, a escola passou a ofertar o ensino técnico de segundo grau. Trata-se de uma mudança relevante que significou uma alteração na competência da Escola e, portanto, nesse momento, encerrou-se a produção do fundo.[5] Essa data marca também o início da produção de novo fundo documental – o fundo Escola Técnica Federal de Minas Gerais (1943-1978).

O segundo fundo inicia-se em 1943, momento em que a Escola passa a ofertar o ensino técnico de nível médio e ganha o nome de Escola Técnica de Belo Horizonte,

[5] O período em que a Escola ofereceu o ensino profissional em nível ginasial foi curto – um ano –, o que inviabilizaria a sua organização em um fundo separado, razão por que eles foram incorporados o primeiro fundo.

nome que é alterado em 1965 para Escola Técnica Federal de Minas Gerais.[6] O fundo encerra-se em 1978, quando os cursos de Engenharia de Operação foram transformados em cursos de Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica. Nesse momento, a Escola ganhou sua atual denominação de Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais e ampliou sua atuação em direção ao ensino de nível superior, passando a ser considerada como Instituição Federal de Ensino Superior Isolada, justificando assim o fechamento do segundo fundo e a criação do terceiro.[7]

Como se percebe do relato acima, mesmo sendo essencial seguir a definição do termo "fundo" da teoria arquivística, o que ocorre na prática não é uma mera identificação desses fundos em meio à massa documental. Na verdade, os fundos do arquivo do CEFET-MG, como quase todos os fundos, não repousam nos arquivos esperando simplesmente sua identificação, sendo necessário um trabalho de constituição. No caso do CEFET-MG, a opção foi tomar as alterações na sua competência político-pedagógica como marcos para determinar a constituição dos três fundos.

CONSTRUÇÃO DO QUADRO DE ARRANJO E DO INVENTÁRIO

O estudo da trajetória da instituição permitiu-nos não só a identificação dos fundos, mas também a definição do arranjo ou classificação dos documentos, no qual estão representadas as funções e as atividades da Escola. O quadro de arranjo de um fundo expõe os vínculos entre os documentos e entre os conjuntos de documentos. Como aponta Duranti (1994), os documentos estão ligados entre si por um elo que é criado no momento em que são produzidos ou recebidos, que é determinado pela razão de sua produção e que é necessário à sua própria existência, à sua capacidade de cumprir seu objetivo, ao seu significado, confiabilidade e autenticidade. Na verdade, os registros documentais são um conjunto indivisível de relações intelectuais permanentes tanto quanto de documentos.

Nesse sentido, realizamos estudos com o objetivo de estabelecer um ordenamento que resgatasse a organicidade dos fundos, ou seja, buscamos garantir que cada documento individualmente fosse agrupado e inter-relacionado com outros docu-

[6] Apesar da mudança de nome, as atribuições didático-pedagógicas da instituição não se modificaram.

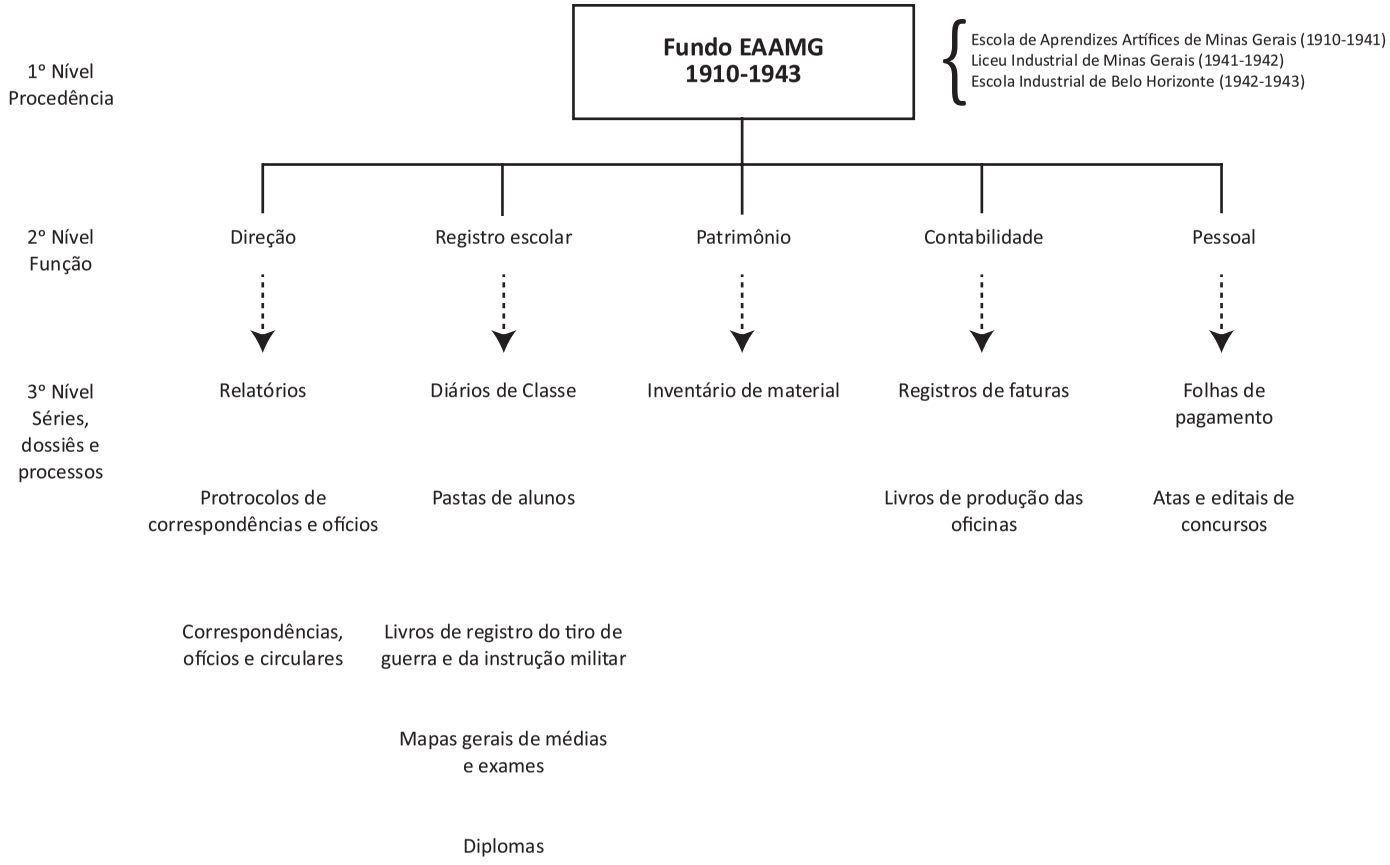
[7] Esse terceiro fundo deverá ser objeto de organização nos próximos anos.

mentos em diferentes níveis e classes. A partir dos estudos realizados e de princípios teóricos estabelecidos, foi montado um esquema de agrupamento dos documentos chamado quadro de arranjo. O primeiro nível representa o próprio fundo documental que agrupa os documentos da entidade. No segundo nível do quadro, os documentos foram agrupados em diferentes funções, cada uma delas indicativa do seu papel em relação à atividade-fim da instituição. O último nível do quadro de arranjo reúne séries que agrupam tipos documentais. O tipo documental é a "configuração que assume uma espécie documental, de acordo com a atividade que a gerou" (CAMARGO; BELLOTTO, 2010, p. 80). A definição das séries ocorreu paralelamente ao estudo das funções num processo interdependente, como explica Bellotto:

> O levantamento dos tipos depende do conhecimento das atividades [funções] desenvolvidas pela entidade produtora/acumuladora do arquivo e das relações orgânicas entre aquelas atividades entre si, entre elas e os documentos por ela produzidos/acumulados e entre os documentos em si. (2008, p. 73)

Tanto o fundo Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais, quanto o Fundo Escola Técnica Federal de Minas Gerais perderam a sua organicidade original, o que exigiu a reconstituição do esquema a partir de sua funcionalidade e não da sua estrutura administrativa. No caso do primeiro fundo, como a estrutura da Escola era ainda bastante simples e a massa documental pequena, essa reconstituição foi relativamente menos complexa. Os documentos foram agrupados em cinco diferentes funções (grupos): direção, registro escolar, patrimônio, contabilidade e pessoal. A denominação de cada um dos grupos já designa sua função em relação à atividade-fim da instituição. Dentro de cada um dos grupos foram definidas as diferentes séries documentais, conforme o quadro seguinte:

Quadro 2. Quadro de arranjo do Fundo Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais (1910-1943)

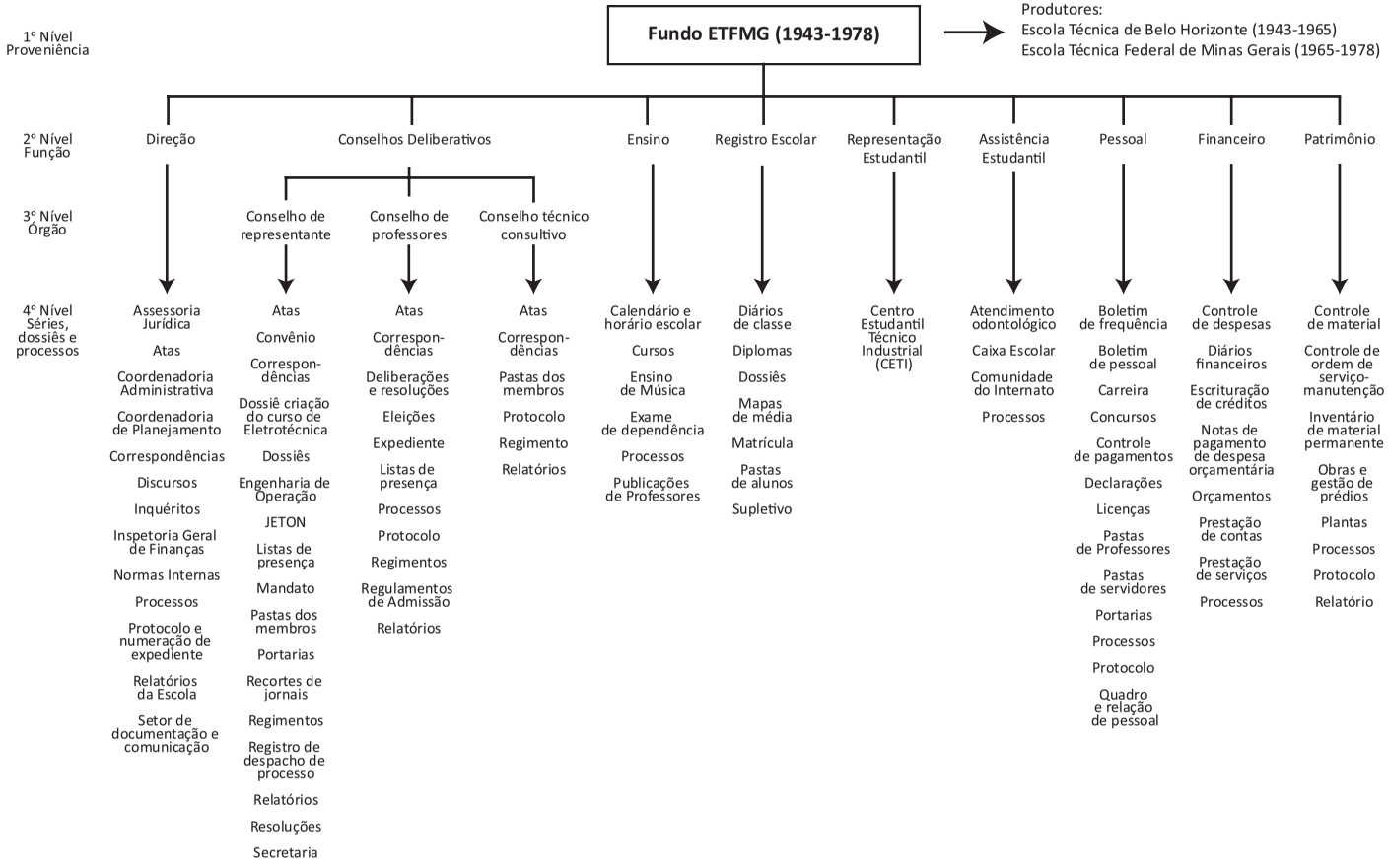


Universidade e Patrimonio_MIOLO.indd 134 23/11/2015 10:19:46

No caso do segundo fundo, a reconstituição do esquema foi mais complexa. No período de 1943 a 1978, a Escola passou por importantes transformações, que tiveram impacto profundo em sua produção documental e em sua estrutura administrativa. Em 1958, ela transferiu-se para a sede atual e, com a expansão do espaço físico, criou novos cursos e aumentou significativamente o número de alunos. De uma média de 300 alunos matriculados no início dos anos de 1950, a Escola passou para 700 matrículas em 1963, 1.800 em 1969 e 4.000 em meados da década de 1970 (CHAMON, GOODWIN, 2011). Em 1959, a Escola passava a ser regida pela Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro, que concedia aos estabelecimentos de ensino industrial da rede federal autonomia didática, administrativa, técnica e financeira. Essa autonomia significou um movimento de criação, ao longo das décadas de 1960 e 1970, de vários novos setores e departamentos pedagógicos e administrativos, complexificando paulatinamente o organograma da Escola. Além disso, podemos perceber que alguns setores mudavam de nome e de função ao passo que outros eram extintos.

O aumento no número de alunos, de professores, de técnicos, bem como a expansão de sua estrutura administrativa provocou um aumento vertiginoso da massa documental produzida pela instituição. Aliado a isso, as diversas alterações pelas quais a Escola passou durante o período entre 1943 e 1978 geraram grande dinamismo na sua estrutura administrativa. Diante desse quadro, a classificação embasada na estrutura administrativa tornou-se inviável, pois seria impossível representar as diversas mudanças ocorridas. Nesse sentido, a opção mais uma vez foi, a partir dos dados do contexto original de produção, agrupar os documentos por funções.

Quadro 3. Quadro de arranjo do Fundo Escola Técnica Federal de Minas Gerais (1943-1978)



O primeiro nível do quadro de arranjo refere-se ao fundo e indica que todos os documentos ali agrupados são provenientes do período da Escola Técnica. O segundo nível do quadro de arranjo, denominado grupo, representa as funções desempenhadas pelo órgão produtor. Foram identificadas nove macrofunções: Direção, Conselhos Deliberativos, Ensino, Registro Escolar, Representação Estudantil, Assistência Estudantil, Pessoal, Financeiro e Patrimônio. A função Conselhos Deliberativos é composta por três classes que agrupam os documentos gerados por três diferentes conselhos que funcionaram na escola. O último nível do quadro é formado pelas séries de documentos, caracterizadas, na maior parte das vezes, por tipologias. Algumas das classes são temáticas ou, ainda, formadas por dossiês e processos.

A definição das séries demandou reflexão e constantes readequações, em virtude de grande parte da documentação ter sido encontrada desordenada. No último nível, as diferentes tipologias documentais são compostas por documentos como atas, correspondências, diários de classe, diplomas, livros de inventário, livros de protocolo, livros de registro de materiais de oficinas, pastas com registro da vida escolar de alunos, pastas funcionais de professores, processos, plantas baixas referentes à construção da Escola, relatórios diversos, documentação contábil e financeira.

Muitas das dificuldades surgiram devido à extinção e/ou criação de novas funções no período em estudo, o que trouxe dúvidas quanto à criação de novas séries e/ou nomes mais adequados. De acordo com Sousa, "a série, que aparece em vários modelos de classificação, é o nível de classificação que gera o maior número de discussões na literatura arquivística. Principalmente pelo sentido que ganha em cada tradição arquivística" (2008, p. 92).

Também foi desafiador lidar com documentos encontrados isolados e sem contexto de acumulação. Um dos grandes desafios, portanto, foi entender a trajetória do documento, ou seja, a relação entre o órgão que o produziu e o órgão pelo qual foi acumulado. Na medida do possível, a organização do arquivo priorizou a manutenção dos documentos à maneira que foram acumulados, de acordo com o princípio do respeito à ordem original, "segundo o qual o arquivo deveria conservar o arranjo dado pela entidade coletiva, pessoa ou família que o produziu" (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 137).

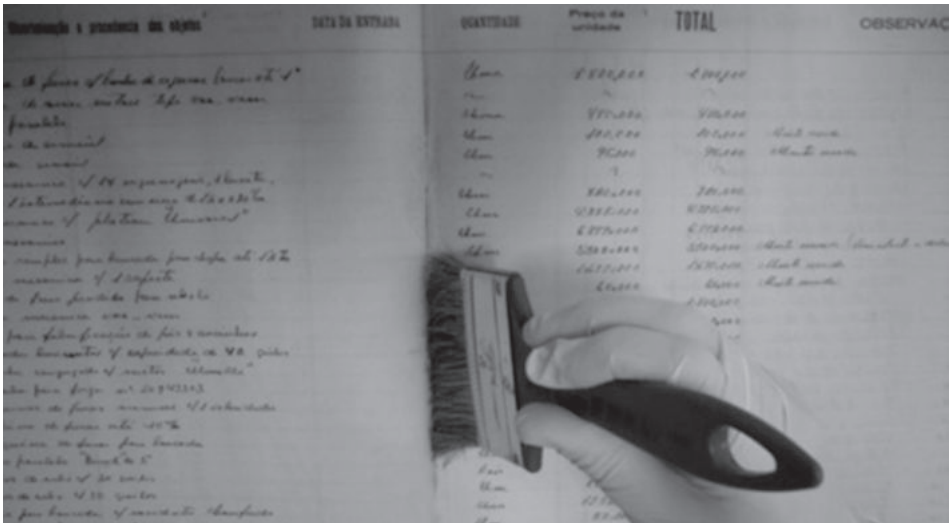
A organização do acervo culminou com a elaboração de inventários que descrevem cada um dos fundos documentais, e os índices, apresentados em

tabelas que identificam os itens das séries.[8] A elaboração dos instrumentos de pesquisa tem como objetivo tornar eficaz o acesso do pesquisador aos documentos. Além disso, permite ao investigador entender a trajetória da instituição produtora e o arquivo produzido.

CONSERVAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO E ACONDICIONAMENTO

Além dos procedimentos de organização intelectual – identificação do fundo, arranjo, descrição –, ao longo do projeto foi realizado também o tratamento físico que incluiu a limpeza dos documentos e a confecção de embalagens adequadas para garantir a preservação. Foram estabelecidos códigos que identificam a localização dos documentos no quadro de arranjo (notação de arranjo) e no espaço físico do depósito de guarda (código de endereçamento topográfico).

Figura 4. Trabalho de higienização de um livro de inventário de materiais da então Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais
(Arquivo CEFET-MG, 2011)



[8] Os inventários foram estruturados a partir das áreas e elementos da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE). A normalização da descrição arquivística tem como objetivo principal o intercâmbio de informações em ambiente digital. A NOBRADE prevê informações diversas sobre o fundo e as séries tais como o volume de cada unidade e as condições de acesso e de reprodução.

Figura 5. Organização dos documentos históricos por data e tipo documental (Arquivo CEFET-MG, 2011)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do projeto foram realizados procedimentos de organização intelectual – identificação do fundo, arranjo, descrição –, bem como o tratamento físico que incluiu a limpeza dos documentos e a confecção de embalagens adequadas para garantir a preservação dos documentos produzidos e acumulados pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Foram estabelecidos códigos que identificam a localização dos documentos no quadro de arranjo (notação de arranjo) e no espaço físico do depósito de guarda (código de endereçamento topográfico).

Esse processo, aqui narrado, demonstrou que a organização de arquivos permanentes passa necessariamente pela história da entidade produtora e do contexto em que está inserida. Dessa maneira, os pesquisadores e alunos envolvidos no trabalho de organização do Fundo Escola de Aprendizes Artífices e do fundo Escola Técnica Federal de Minas Gerais voltaram-se não apenas para a história da escola mineira, mas também para a história do ensino técnico no Brasil. Mas se, por um lado, a dimensão histórica da instituição é condição necessária para a organização do acervo, por outro, é a organização do acervo que dá visibilidade e condições de investigação de documentos que nos possibilitam novas interpretações dessa história.

O potencial da documentação organizada é grande, trazendo informações que permitem acessar fragmentos da cultura material da escola, das condições materiais de seu funcionamento, dos conteúdos disciplinares, dos métodos pedagógicos, do processo de profissionalização do magistério, do perfil dos alunos que ingressavam no ensino profissional ao longo do século XX. Fontes profícuas para a investigação da História da Educação, por meio da análise desses documentos podemos captar tanto aspectos que permitem a compreensão da lógica organizacional e legal da instituição, mas também, e principalmente, aspectos do cotidiano escolar, a partir de documentos por ela produzidos no seu fazer diário.

Nesse sentido, a recuperação, preservação e organização desses documentos é tarefa importante não só porque eles são patrimônio cultural no qual se inscreve uma memória social, mas também porque eles nos permitem avançar na construção de uma história da educação, e mais especificamente da educação profissional no Brasil. A relevância central desse trabalho está em garantir a preservação de acervos de valor histórico para a instituição e para o ensino técnico profissional, criando condições para que eles se tornem objetos de pesquisa.[9]

Por fim, é preciso salientar que ações desenvolvidas no âmbito do projeto visando a esta organização podem se perder, uma vez que, se não houver uma política de arquivos instituída que possibilite a organização dos documentos desde o momento de sua produção, em alguns anos poderá haver novamente o mesmo quadro de acúmulo documental desordenado. Além disso, falta ainda garantir condições adequadas de acesso dos pesquisadores ao acervo. Importante ressaltar, ainda, a

[9] Esse acervo documental vem sendo pesquisado e tem gerado artigos acadêmicos, dissertações de mestrado e exposições sobre a história do ensino profissional em Minas Gerais.

importância da formação interdisciplinar da equipe de trabalho. Se o historiador contribui para a investigação acerca da história da instituição produtora do acervo, o arquivista traz as ferramentas conceituais da teoria e da metodologia da arquivística, ambas tarefas indispensáveis nesse processo.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes*: tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Diplomática e tipologia documental em arquivos*. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

BLOCH, Marc. *Introdução à história*. 5. ed. Mem Martins: Publicações Europa América, [s.d.].

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*. Lembrança de Velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BRASIL. *Decreto nº 11.447*, de 23 de janeiro de 1943. Fixa os limites da ação didática das Escolas Técnicas e das Escolas Industriais da União, e dá outras providências.

BRASIL. *Decreto nº 7.566*, de 23 de setembro de 1909. Cria nas Capitais dos estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 4.07*3, de 30 de janeiro de 1942. Lei Orgânica do Ensino Industrial.

BRASIL. *Lei nº 378*, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública.

BRASIL. *Lei nº 4.759*, de 20 de agosto de 1965. Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais.

BRASIL. *Lei nº 6.545*, de 30 de junho de 1978. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências.

BRASIL. *Lei nº 8.159*, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Centro de Memória da Educação FEUSP/FAPESP, 2010.

CHAMON, Carla Simone; GOODWIN JUNIOR, James W. *Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais*: 100 anos, muitas histórias. Belo Horizonte, 2011. (mimeo.)

CHAMON, Carla Simone; NASCIMENTO, Adalson. *Inventário do Acervo da Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais*: 1910-1943. CEFET-MG, Belo Horizonte, 2011.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). NOBRADE: Norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro, v. 10-33, p. 14-33, abr. 1982/ago. 1986.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994.

GONÇALVES, Janice. *Como classificar e ordenar documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

ROUSSEAU, Jean-Yves; CULTURE, Carol. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos modernos*: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

SOUSA, Renato Tarcísio Barbosa de. A classificação como função matricial do que-fazer arquivístico. In: SANTOS, Vanderlei Batista dos Santos. *Arquivísitica, temas contemporâneos*. Brasília: SENAC, 2008.

Sobre os autores

Adalson Nascimento – Graduado e mestre em História pela UFMG e doutor em História da Educação pela mesma universidade. Professor da Escola de Ciência da Informação da UFMG. Tem experiência na área de Arquivologia e História, atuando principalmente nos seguintes temas: arquivos permanentes, organização de arquivos, arquivos escolares e universitários, memória, história política e história da educação.
E-mail: <adalson@ufmg.br>.

Anália das Graças Gandini Pontelo – Bibliotecária. Especialista em Políticas Públicas. Mestra em Administração. Vice-Diretora da Biblioteca Universitária – Sistema de Bibliotecas da UFMG.
E-mail: <analiagandini@yahoo.com.br>.

Andrea Moreno – Professora da FaE-UFMG. Graduada em Educação Física (UERJ), mestre em Educação (PUC-Rio), doutora em Educação (UNICAMP), pós-doutorado em Educação (UFRJ/Universidade de Lisboa). Desenvolve pesquisas relacionadas à História da Educação do corpo, História da Educação Física e História das Práticas corporais.
E-mail: <andreafaeufmg@gmail.com>.

Carla Simone Chamon – Graduada em História e doutora em Educação pela UFMG. Professora de História e de História da Educação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. É autora do livro *Escolas em reforma saberes em trânsito: a trajetória profissional de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade* (Editora Autêntica) e uma das organizadoras do livro *Arquivos e História do ensino técnico no Brasil* (Mazza Edições).
E-mail: <carlachamon@gmail.com>.

Carlos Alberto Ávila Araújo – Diretor da Escola de Ciência da Informação da UFMG. Pós-doutor pela Universidade do Porto, doutor em Ciência da Informação pela UFMG. Atuou no Centro de Memória da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Líder da linha "Informação, cultura e sociedade" do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFMG.
E-mail: <casal@eci.ufmg.br>.

Diná Marques Pereira Araújo – Bibliotecária. Universidade Federal de Minas Gerais, Biblioteca Universitária.
E-mail: <dina-araujo@bu.ufmg.br>.

Letícia Julião – Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora adjunta do curso de Museologia da Escola de Ciência da Informação/UFMG. Foi diretora do Museu Histórico Abílio Barreto e Superintendente de Museus do Estado de Minas Gerais. Atua nas áreas de Museologia, História, museus, colecionismo, patrimônio e memória.
E-mail: <juliao.leticia@gmail.com>.

Luciano Mendes – Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestre em Educação pela mesma universidade e doutor em Educação pela Universidade de São Paulo. Professor Titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, onde é Diretor do Centro de Pesquisa, Memória e Documentação e coordenador do Projeto Pensar a Educação, Pensar o Brasil – 1822/2022, iniciativa desenvolvida em rede por mais de uma dezena de instituições universitárias do Brasil.
E-mail: <lucianomff@uol.com.br>.

Maria das Graças Ribeiro – Foi professora do Departamento de Morfologia do ICB/UFMG. Idealizou e dirigiu o Museu de Ciências Morfológicas e o Laboratório de Pesquisa e Educação Inclusiva da UFMG. Dirigiu a Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura da UFMG e presidiu o Fórum Permanente de Museus Universitários. Faleceu em setembro de 2015, durante o processo de edição desta coletânea.

Silvana Santos – Graduada em Biblioteconomia pela Escola de Ciência de Informação da UFMG, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (ECI/UFMG). Diretora da Divisão de Arquivo do Departamento de Administração de Pessoal/Pro-Reitoria de Recursos Humanos/UFMG.
E-mail: <silsanter@gmail.com>.

Renato Venâncio – Professor na Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisador do CNPq. Entre 2005-2008, dirigiu o Arquivo Público Mineiro. Atualmente desenvolve pesquisa a respeito da legislação arquivística brasileira e é diretor da Diretoria de Arquivos Institucionais da UFMG.
E-mail: <rvenancio@eci.ufmg.br>.

Rita de Cássia Marques – Historiadora, doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora Associada da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Coordenadora do Centro de Memória da Escola de Enfermagem. Integra a Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura da UFMG, desde sua fundação, em 1999, sendo sua atual coordenadora.
E-mail: <rcmarques23@gmail.com>.

Verona Campos Segantini – Historiadora, doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora Adjunta da Escola de Belas Artes (UFMG), atuando nos cursos de graduação em Museologia e Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis. Foi vice-coordenadora da Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura da UFMG e coordenou o Núcleo de Expografia do Espaço do Conhecimento UFMG.
E-mail: <veronasegantini@yahoo.com.br>.

Wellington Marçal de Carvalho – Bibliotecário. Especialista em Recursos Hídricos e Ambientais. Mestre em Letras. Doutorando em Letras (bolsista CAPES). Diretor da Biblioteca Universitária – Sistema de Bibliotecas da UFMG.
E-mail: <marcalwellington@yahoo.com.br>.

A Coleção **Pensar a Educação Pensar o Brasil** é fruto de uma parceria entre a *Mazza Edições* e o *Projeto Pensar a Educação Pensar o Brasil – 1822/2022*. Este Projeto, desenvolvido em parceria por docentes e discentes da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, da Universidade Federal de Ouro Preto e da Universidade Federal de Minas Gerais, envolve ações de ensino, pesquisa e extensão que buscam refletir sobre o lugar da educação no âmbito dos projetos de Brasil delineados ao longo de nossa história. Fazem parte do Projeto um *Programa de Rádio*, levado ao ar toda semana na *Rádio UFMG Educativa*, *Seminários Anuais* sobre temas relevantes para a educação Brasileira e a presente *Coleção*.

Integram a Coleção cinco séries: *Série Seminário*, *Série Estudos Históricos*, *Série Clássicos da Educação Brasileira*, *Série Diálogos* e *Série Ensaios*.

A **Série Seminários** publica os textos apresentados nos Seminários Anuais do Projeto, dos quais participam os mais importantes pesquisadores em educação do País. A **Série Estudos Históricos** publica trabalhos de história da educação e de áreas afins que contribuam para alargar o entendimento sobre o lugar da educação no âmbito dos projetos de Brasil delineados ao longo de nossa história. A **Série Clássicos da Educação Brasileira** traz resenhas introdutórias das principais obras sobre educação brasileira publicadas pelos principais pesquisadores em educação do País. A **Série Diálogos** publica textos que buscam fortalecer o intercâmbio entre o professorado da educação básica e os(as) pesquisadores(as) das diversas áreas da educação. A **Série Ensaios** publica interpretações da relação entre a educação e as grandes questões que marcaram e marcam a história da sociedade brasileira nos últimos 200 anos.

O objetivo da Mazza Edições e do *Projeto Pensar a Educação Pensar o Brasil – 1822/2022* é que a Coleção contribua para a discussão da educação brasileira e, por meio desta, da constituição da própria sociedade brasileira.

Este livro foi composto em Minion Pro Cond e impresso
em papel Offset 75 g/m² (miolo) e Cartão 250 g/m² (capa),
no mês de novembro de dois mil e quinze.